



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
DIRETORIA DE PESQUISA – DPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED

ANDERSON SANTOS

“RACIOCINAR COM RECTIDÃO”: as lições do compêndio *Lições de Philosophia
Elementar Racional e Moral* de José Soriano de Souza (1871)

Aracaju - 2016

ANDERSON SANTOS

“RACIOCINAR COM RECTIDÃO”: as lições do compêndio Lições de Philosophia
Elementar Racional e Moral de José Soriano de Souza (1871)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha 2 – da Universidade Tiradentes como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato

Aracaju – 2016

“RACIOCINAR COM RECTIDÃO”: as lições do compêndio Lições de Philosophia
Elementar Racional e Moral de José Soriano de Souza (1871)

ANDERSON SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha 2 – da Universidade Tiradentes como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 26/02/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato – PPED-UNIT
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita – PPED-UNIT
(Avaliador interno)

Prof.^a Dr.^a Terezinha Oliveira – PPE-UEM
(Avaliador externo)

Prof.^a Dr.^a Dinamara Garcia Feldens – UFS
(Avaliador externo)

Aracaju – 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

S237r Santos, Anderson
RACIOCINAR COM RECTIDÃO: as lições do compêndio Lições de
Philosophia Elementar Racional e Moral de José Soriano de Souza (1871)
/ Anderson Santos; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato
– Aracaju: UNIT, 2016.

133 p. il.: 30 cm

Inclui bibliografia.
Dissertação (Mestrado em Educação)

1. Manuais escolares-ensino. 2. Educação. 3. Ensino de filosofia. I.
Ferronato, Cristiano de Jesus (orient.). II. Universidade Tiradentes. III.
Título.

CDU: 1: 37

Ficha catalográfica: Marcos Orestes de S.M.Sampaio CRB/5 1296

“Para todos os textos cuja existência não começou com a tela, é preciso preservar as próprias condições de sua inteligibilidade, conservando os objetos que os transmitiram”. (CHARTIER, 2009, p. 153).

Que esse trabalho possa tornar-se um objeto de transmissão do texto ao qual nos colocamos a refletir no decorrer dessas páginas.

DEDICATÓRIA

Devo dedicar este trabalho a Senhora Ilma Maria - minha mãe.
Ao Senhor Francisco Antonio - meu pai.
Saibam que esse foi o sonho que peguei para mim.

AGRADECIMENTOS

É chegado o tempo de agradecer.

Portanto, estendo os meus maiores agradecimentos a minha mãe – Ilma – se hoje concluo este trabalho é um reflexo da educação que a senhora me proporcionou. O meu maior obrigado.

Meu pai – Francisco – o resultado de qualquer conversa é uma reflexão. Em termos de conversas, tivemos muitas. E saiba que em todas não deixei de aprender, ainda que um simples termo, mas aprendi.

A meus irmãos, Renata, Aparecida, Rogério, Álvaro, Gerlândio, a família em geral. Sei da torcida de todos por mim.

Por ter aguentado as ausências e os estresses, não posso deixar de agradecer a você – Josimere de Oliveira.

Ao Prof. Dr. Cristiano Ferronato, que além de orientar me deu a oportunidade de refletir sobre o objeto de estudo que aqui trabalhamos. Meu amigo – não paramos por aqui. Conto com suas orientações para um novo projeto de pesquisa.

A querida Prof^a Dr^a Dinamara Feldens. Foi você que me mostrou a prática de pesquisar. De coração, que esse trabalho possa ser um produto de um pesquisador que você – cuidadosamente – ajudou a formar.

A Prof^a Dr^a Ilka Miglio, pelas valiosas observações. Na pré-qualificação, na qualificação, agora na defesa e, durante as aulas da disciplina Educação Brasileira. O aprendizado foi e continuará sendo muito valioso.

A Prof^a Dr^a Terezinha Oliveira, por gentilmente ter aceitado nosso convite para a qualificação. Trouxe-nos valiosas observações das quais utilizamos o máximo, como forma de agradecimento e confiança, pois sabemos da competência e comprometimento com nosso campo de pesquisa.

Aos membros do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista.

Prof. Joelson Silva aquele que me proporcionou a felicidade de ser chamado de seu coorientador, não posso deixar de te agradecer também meu caro.

Prof. Dilson Gonzaga, esse é realmente diferenciado. Suas caronas foram fundamentais, mas o companheirismo e observações foram sempre apreciados. Meus agradecimentos vão para você também.

Professora, Enfermeira, Mãe, Amiga, são só algumas virtudes que elevo a Angela. Devo te agradecer também. Minha parceira de congresso. Conseguimos.

Bárbara – do cabelo diferenciado – meus agradecimentos também. Pelos estudos e a parceria no estágio docente, além do preenchimento do PIT da disciplina História do Brasil Imperial. Devo destacar aqui também as observações no cansativo, mas divertido e especial, processo de correção deste texto. Por qual razão se iniciou, continua e não pode parar. – Para com isso! – Não. Mais uma vez muito obrigado.

A turma de 2014 do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes – Josiane, Laudelino, Caio, Edilberto, Mayanna, Maynara, Kalyne, Kate, Luciene, Wadington, Ranusia, Kátia, Rony, Laisa, Akistênia, Fabrício e, em especial Daniella Lima – a mestre que realmente desconcerta. Meus agradecimentos, pela amizade e pelo sono nos diálogos.

Meu amigo Rubens, professor, artista, o cara que sabe exatamente o que acontece ao passar da idade. Mencioná-lo aqui é fundamental, amigo.

A turma da disciplina de História do Brasil Imperial noturna 2014/2 do curso de História da Universidade Tiradentes. Nossas conversas a cada aula também foram fundamentais. Agradeço a todos.

Aos nove alunos do Curso de Verão do Colégio Bom Pastor 2014/1. Meus primeiros alunos.

A vida em certos momentos da nossa jornada aqui na terra nos devolve coisas das quais não esperamos. Assim foi com Kabal Metamorfose, sua esposa Rosi e, a pequena Renata. Uma família que rapidamente se tornou importante para mim. Ganhei um verdadeiro irmão que sem dúvidas posso compartilhar um pouco dessa realização. Meu mais sincero agradecimento, mano.

Se faltou algum nome não é uma forma de não agradecimento ou esquecimento, é que a lista foi grande.

O tempo de agradecer continua.

RESUMO

Este texto tem como objetivo de estudo a análise do compêndio de filosofia *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* de José Soriano de Souza, publicado na cidade do Recife em 1871 pela Livraria Acadêmica de João Walfredo de Medeiros e adotado como manual de ensino do *Gymnasio Provincial Pernambucano*, instituição a qual seu autor ocupava a cadeira dessa disciplina. Trata-se de uma leitura da obra observando sua materialidade em consonância com o ensino do período, bem como com os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, especificamente o Livro III que trata das Ciências Naturais e Filosóficas, neste estavam dispostas algumas orientações para elaboração de manuais de ensino tanto para o ensino secundário, como para o ensino superior. Para o desenvolvimento da pesquisa, elegemos a História dos manuais escolares como o campo de estudo para melhor condução dos nossos objetivos. Buscamos, a partir dessas reflexões, abordar sobre o ensino de filosofia no Brasil no século XIX, apresentar alguns dados biográficos de José Soriano de Souza e do curso de filosofia previsto no estatuto, bem como alguns aspectos do pensamento filosófico do autor presente na obra e a maneira como este era visto por outro intelectual, seu contemporâneo. A partir do compêndio, procuramos refletir sobre algumas de suas características destacando, sobretudo, o pensamento do seu autor com o intuito de responder as questões levantadas, bem como pensar o raciocinar com retidão, termo levantado pelo autor em sua obra.

Palavras-chave: Educação. Ensino de filosofia. Ginásio Pernambucano. Ensino Secundário. José Soriano de Souza.

ABSTRACT

This text has as study objective analysis of the philosophy compendium *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* of José Soriano de Souza, published in the city of Recife in 1871 by the Academic Bookstore João Walfredo de Medeiros and adopted as a teaching manual *Gymnasio Provincial Pernambucano*, institution to which its author held the chair of the discipline. This is a reading of the work observing its materiality in line with the teaching of the period as well as the Statute of the University of Coimbra in 1772, specifically the Book III which deals with the Natural Sciences and Philosophical, this were set some guidelines for drafting teaching textbooks for secondary education and for higher education. Seeking the development of research, we chose the history of textbooks as the field of study to better conduct of our goals. To this end, we seek from these reflections, discuss about the philosophy of education in Brazil in the nineteenth century, present some biographical data José Soriano de Souza, the philosophy course provided for in the statute, as well as some aspects of philosophical thought of this author in work and how it was seen by another intellectual, his contemporary. From the compendium, we try to reflect on some of its features highlighting, above all, the thought of the author in order to answer the questions raised as well as think the reason with righteousness term raised by the author in his work

Keywords: Education. Teaching philosophy. Gymnasium Pernambucano. Secondary teaching. José Soriano de Souza.

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT

LISTA DE QUADROS

1 SOBRE MANUAIS ESCOLARES: uma história a se contar.....	13
1.1 Dos aportes teórico-metodológicos.....	18
1.2 De onde partimos e onde queremos chegar.....	24
2 José Soriano de Souza, a filosofia racional e moral e suas lições.....	27
2.1 FILOSOFIA RACIONAL E MORAL: o curso segundo os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772.....	32
2.2 O LOUVOR DA FILOSOFIA: questões religiosas na filosofia de José Soriano ou sua “Filosofia da Igreja”.....	43
2.3 Teorias e aspectos Tomistas e sua aplicação.....	49
3 UMA ESCOLA, DUAS IDEIAS: o comportamento tradicional e a busca por ideias novas na Faculdade de Direito do Recife.....	53
3.1 Os frutos salutares do tradicional modo de pensar de José Soriano de Souza.....	54
3.2 “O BANDO DE IDEIAS NOVAS”: as novidades da liderança intelectual de Tobias Barreto.....	59
3.3 LENTE CONTRA LENTE: a conturbada divergência filosófica entre José Soriano de Souza e Tobias Barreto.....	64
4 O compêndio “Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral”	74
4.1 1871: da edição à utilização.....	76
4.2 Curso elementar de Philosophia segundo José Soriano de Souza.....	80
4.3 “UNIÃO SEM CONFUSÃO, DISTINÇÃO SEM SEPARAÇÃO”: o caminho para se formar ideias.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXOS.....	104

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – O curso de Filosofia Racional e Moral e a caracterização de suas disciplinas segundo o Estatuto da Universidade de Coimbra de 1772.....	35
Quadro 2 – Disciplina introdutória do curso.....	38
Quadro 3 – Lógica.....	39
Quadro 4 – Metafísica Geral ou Ontologia.....	40
Quadro 5 – Psicologia.....	40
Quadro 6 – Teologia Natural.....	41
Quadro 7 – Ética ou Direito natural.....	42
Quadro 8 – Exemplos para estudos da lição.....	87

1 SOBRE MANUAIS ESCOLARES: uma história a se contar

Uma prática que se tornou muito comum, entre alguns professores¹ da segunda metade do século XIX, era que esses agentes transformavam suas lições e compilações de manuais, resumos, traduções e apostilas em compêndios. Algumas dessas obras eram adotadas e também serviram como incentivo à elaboração e publicação de mais obras desta natureza. José Soriano de Souza está entre essas figuras, ao ter seu compêndio de filosofia publicado pela Livraria Acadêmica de João Walfredo de Medeiros, localizada na cidade do Recife, em 1871.

O compêndio contém 560 páginas e está dividido em cinco partes, intituladas: Lógica na primeira parte; Metaphysica Geral ou Ontologia, na segunda; Psychologia, na terceira; Theologia Natural, na quarta e Ethica ou Direito Natural, na quinta e última parte, além da lição preambular.

Consta na primeira parte da obra um estudo sobre duas correntes filosóficas. Uma delas é a filosofia cristã e a outra a filosofia racional, ou seja, a representação de um embate entre as questões filosóficas norteadas pela *fé* diante das reflexões norteadas pela *razão*. A partir dessa constatação, pode-se afirmar que o objetivo maior era defender a relevância e utilização da filosofia cristã em relação à filosofia pautada na razão.

Naturalismo e sobrenaturalismo, razão independente fé humilde, taes são portanto os termos da magna questão debatida na sociedade moderna desde que ao grito da independência religiosa do século XVI; seguio-se o da independência philosophica escrevendo logo o patriarcha da moderna philosophia na primeira pagina do seu codigo a razão humana é por natureza independente. Desde então um espírito maligno e inimigo das crenças da humanidade parece querer destruir todas as cousas estabelecidas, assim na ordem politica, como na moral e intellectual (SOUZA, 1871, p. 5).

¹ **José Soriano de Souza** professor do Ginásio Pernambucano, autor do compêndio Lições de Filosofia Elementar Racional e Moral. **Antonio Herculano de Souza Bandeira**, bacharel em Direito e professor do curso preparatório para a Faculdade de Direito do Recife, tradutor do compêndio Questões de Philosophia do francês Antoine Charma. **Joaquim de Souza Alves**, tradutor do compêndio Curso Elementar de Filosofia do Padre francês Eustaque Barbe adotado pelo Liceu Sergipano em 1862. **Antonio Luís de Mello Vieira**, professor da cadeira de filosofia do Colégio das Artes de Recife.

O quadro do conhecimento que busca apresentar neste ponto é da ciência que trata das noções gerais do ente ligado à ontologia e as normas que conduzem a mente humana. “Tal conhecimento, depende da lógica tida como psicologia primordial na ciência filosófica, pois regula os hábitos humanos para conhecer a si e ao criador, daí resultando a Moral” (MARTINS, 2009, p. 4).

Metaphysica geral ou Ontologia, elucidada na segunda parte tratam do conhecimento metafísico. Para este fim, José Soriano divide a metafísica em três partes: Ontologia, Psicologia e Teologia natural.

A divisão da metaphysica sahe da natureza de seu objecto, o qual, como já vimos, é o ente incorporeo por sua propria natureza ou por precisão do espirito, isto é, são aquelles entes que não só não existem nunca unidos á materia, como Deos e os anjos, mas tambem os que podem estar na materia como a alma humana e o ente commum. Por consequencia toda a metaphysica se divide em duas partes, uma que trata do ente commum, chama-se Ontologia ou a sciencia do ente, e outra que se occupa de Deos e das mais substancias espirituais a qual chama-se Pneumatologia ou a sciencia dos espíritos. Esta se subdivide ordinariamente em Psycholoyia, que trata d'alma racional e Theologia natural, que trata de Deos, quanto é perceptível'ás luzes da razão natural. Deixando pois de parte os anjos, temos que a metaphysica se divide em Ontologia, Psychologia, e Theologia natural (SOUZA, 1871, p. 122).

A essência da alma humana, suas qualidades e a relação com o corpo são os conceitos que direcionam a discussão contida na terceira parte, dedicada por José Soriano à Psicologia. É importante ressaltar que este é o capítulo de maior extensão da obra. Nesta parte, segundo Martins (2009), o ser humano é definido como ser dotado de potência e capacidade superior aos demais. Para melhor explicar o ser humano e seus diversos vínculos com a realidade, José Soriano utilizou o pensamento tomista escolástico como o mais adequado referencial teórico-metodológico. Como demonstrativo do conhecimento de São Tomás de Aquino, ele também refletiu, neste item, o conceito de liberdade e imortalidade da alma.

Mas ha duas especies de espirito, o increado, que é Deos, e o creado que são os anjos, e a alma racional [...] para especificar o tratado do espirito humano é que commumente empregão em sentido estricto a palavra psychologia; a qual portanto se differença da pneumatologia como a especie do genero, o particular do universal [...] mais adequado, digo eu, porque é impossível conhecer bem a alma racional em suas operações, faculdades e propriedades sem attender a intima união em que naturalmente está com o corpo,

e a consequente influencia reciproca que a alma exerce sobre o corpo e o corpo sobre a alma (SOUZA 1871, p. 190, 191).

Ancorado nas afirmações escolásticas é discutido, na quarta e quinta parte da obra, o conhecimento da existência de Deus sob a lente do conhecimento medieval (escolástica). “Deos é inconprehensivel ao espirito limitado do homem; esta é a verdadeira causa de não podermos dizer perfeitamente o que é Deos” (SOUZA 1871, p. 357). Em Ehtica ou Direito Natural são versadas as ações humanas na perspectiva individual e social. Diante disso, José Soriano destaca que “não póde nesta vida haver nada tão excellente e util, como saber o homem dirigir suas acções rectamente aos seus ávidos fins; só assim póde elle chegar ao seu destino” (1871, p. 413). Neste caso, a felicidade.

Elaborado segundo a filosofia de São Tomás de Aquino, o compêndio de José Soriano de Souza, demonstra os aspectos da fé e do tradicionalismo do autor que, ao longo dos capítulos do seu compêndio, defende o pensamento escolástico tomista e sua utilização nas lições do curso que estava encarregado a lecionar. Ele utilizou o tomismo como “[...] uma teoria de compreensão da realidade e também como uma teoria geral do Estado Monárquico em vigor, elucidando as características do padroado adotado por D. Pedro II” (MARTINS, 2009, p. 9).

Para o desenvolvimento da atividade historiográfica e da proposta de estudo aqui apresentada, consideramos a noção de que, como historiadores, sabemos da impossibilidade de reconstituir o passado como ele foi vivenciado. O máximo que podemos é recuperar algumas facetas, parte de um todo muito mais complexo e dinâmico. É, portanto, aqui pretendido não alcançar a verdade plena, mas recuperar alguns aspectos do espaço e tempo vivenciado pelo professor José Soriano e o uso do compêndio escrito por ele, *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*, e sua possível influência no ensino de filosofia no Brasil na segunda metade do século XIX.

No que se refere ao modelo de pesquisa, a abordagem qualitativa foi a mais adequada para ser seguida. Isto porque a metodologia não pode almejar o alcance da verdade, com o que é certo ou errado, deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática em que se dá a realidade. Sendo o professor José Soriano e sua obra os elementos pesquisados, buscamos por meio

de levantamento bibliográfico as bases para compreensão das diversas especificidades do espaço e tempo em que estes objetos estavam inseridos.

A possibilidade de analisar o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* de José Soriano de Souza surgiu quando, em conversa com o Prof. Dr. Cristiano Ferronato acerca de projetos de pesquisa, tive o primeiro contato com alguns aspectos da trajetória de vida do intelectual paraibano da segunda metade do século XIX e seu compêndio. Naquele momento soube apenas da sua formação e de algumas de suas obras, dentre estas o compêndio que tratamos nesse trabalho.

A partir do terceiro período do curso de licenciatura em História na Universidade Tiradentes, dei início a minha condição de aluno bolsista de Iniciação Científica sob a orientação da Prof^a Dr^a Dinamara Garcia Feldens. As práticas e técnicas de pesquisa que tive a oportunidade de aprender durante esse tempo me ajudaram no processo de elaboração do projeto para o mestrado. Ao integrar o Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO/GT-SE, também pude aprofundar o entendimento sobre os aspectos da instrução dos oitocentos no Brasil. Naquele momento passamos a trabalhar com esse período. No decorrer das pesquisas chegamos a dados importantes sobre o autor do compêndio que nos colocamos a estudar, como, por exemplo, a pouca quantidade de trabalhos sobre ele, atribuindo, desta maneira, um caráter de ineditismo à pesquisa. Não tomamos isso como algo “desanimador” e sim o oposto. Ficamos mais convictos de que o trabalho que estávamos a construir não somente serviria de contribuição à memória de José Soriano, mas, também, para o Gymnásio Provincial Pernambucano como instituição de ensino secundário que adotou o compêndio como manual de ensino. Além disso, colaboramos com o campo da História da Educação cujo este trabalho está inserido.

Egresso do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte², José Soriano de Souza (1833-1895) junto a seus dois irmãos, Brás Florentino Henrique de Souza (1825-1870) e Tarquínio Bráulio de Souza (1829-1894), tornou-se lente catedrática³ da

² O **Lyceu Provincial da Parahyba do Norte** é tratado por Ferronato (2014) em seu livro, resultado de sua tese de doutoramento, *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*, defendida em 2013.

³ A expressão **Lente** muito utilizado no sistema educacional do século XIX é sinônimo de Professor. Para a expressão **Lente Catedrática** devemos entendê-la como professor de uma disciplina/curso específico. Os **Lentes Catedráticos** tinham tempo de serviço preestabelecido e, após o término de suas atividade era nomeado um Lente Substituto para o curso/disciplina.

Faculdade de Direito de Olinda, criada por Decreto Imperial em 11 de agosto de 1827. José Soriano, o mais novo dos irmãos lyceanos, nasceu em 15 de setembro de 1833 na Paraíba e faleceu em 12 de agosto de 1895, em Recife. Formou-se em Medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1860), em 1866 recebeu o título de *Honoris Causa* ao concluir o curso de Filosofia na Universidade de Louvain, na Bélgica.

Em 1871 publicou, na cidade do Recife, o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. Este foi adotado como manual de ensino de filosofia do *Gymnasio Pernambucano*, instituição a qual o autor, em concurso prestado para a cadeira de Filosofia (1867), concorreu com o sergipano Tobias Barreto⁴ (1839-1889), sendo este, na época, um personagem já conhecido entre os intelectuais. No entanto, ao superar seu concorrente, passou, a partir deste ano, a ocupar a cadeira da disciplina de Filosofia do ginásio. O compêndio foi utilizado pelo próprio José Soriano para as lições do curso de Filosofia Elementar Racional e Moral daquela instituição.

O pouco que foi encontrado sobre o autor do compêndio, em nossas mãos tornou-se muito. Ainda no decorrer do processo de pesquisa encontramos na rede de internet o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* inteiramente digitalizado e de forma gratuita. Após organizarmos os dados coletados sobre o autor e termos a obra em mãos, nossa principal fonte, estávamos prontos para estudá-la. Restava-nos apenas definir, metodologicamente, como trabalhar o referido manual de ensino.

A fundamentação teórica empregada nesse estudo corresponde a História dos Manuais Escolares como forma de análise geral. Também destacamos a área das disciplinas escolares, tratada no decorrer do trabalho não de maneira aleatória, uma vez que o compêndio aqui analisado estava restrito a ser utilizado em um curso composto por disciplinas escolares específicas. Neste caso, o curso de Filosofia Racional e Moral determinado a partir dos Estatutos da Universidade de Coimbra de

⁴ **Tobias Barreto de Menezes** nasceu no dia 7 de junho de 1839 na Vila de Campos do Rio Real, atualmente a cidade chama-se Tobias Barreto. Após não ter se adaptado no seminário na Bahia em 1861, regressou para a Vila de Campos para em 1863 mudar-se para a cidade do Recife e iniciar seus estudos na Faculdade de Direito do Recife onde tornou-se membro do movimento intelectual, poético, crítico, filosófico e jurídico, conhecido como Escola do Recife. Foi lente desta mesma faculdade, além de ser Patrono da cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 26 de junho de 1889 na cidade do Recife.

1772, estes que redefiniam os conteúdos a serem aplicados nas disciplinas do curso filosófico, tanto para o ensino secundário quanto para o ensino superior.

1.1 Dos aportes teórico-metodológicos

Estando inserido no campo dos estudos acerca da História dos Manuais Escolares utilizamos como aporte teórico-metodológico Alain Choppin (2009), Antônio Batista e Ana Maria Galvão (2003) e, Circe Bittencourt (2004 e 2008). Dialogar com essa temática por meio dos autores mencionados nos permite compreender que na análise dos manuais escolares não podemos abstrair a ideia dos contextos legislativos e normativos que regulamentavam sua elaboração, concepção, difusão, bem como utilização. Além disso, em torno desses impressos, segundo Batista e Galvão (2003), havia a crença de sua capacidade de educar o povo em favor de um projeto político e de construção ou reforço de uma identidade nacional.

Nas reflexões que contemplam a História das Disciplinas Escolares, André Chervel (1990) nos surgiu com significativas avaliações. Visto que a disciplina é aquilo que se ensina, de acordo com ele, a matéria de ensino é algo suscetível a contribuir para o exercício intelectual.

Os manuais escolares são importantes objetos culturais no campo da história da educação. E, assim como nos propõe o pesquisador Dominique Juliá (2001, p. 34), “o manual escolar não é nada sem o uso que dele for realmente feito, tanto pelo aluno como pelo professor”. É, portanto, a partir dessa afirmação que buscamos chegar ao problema levantado, que é compreender as implicações de uso do compêndio não somente pelo professor, mas pelos alunos.

Nesta perspectiva, a uniformização dos conteúdos e dos métodos promove uma independência de produção, trazendo a emergência de uma nomenclatura específica. Assim, destacamos segundo Choppin que

A diversidade do vocabulário empregado reflete a complexidade do manual: segundo as épocas e os ares culturais – mas também, e em menor grau, por uma época e por um país dado -, encontramos uma pluralidade de vocábulos que remetem tanto ao conteúdo intelectual, ao suporte material, a uma ou outra de suas múltiplas funções, etc (2009, p. 25).

Em síntese, a diversidade de vocabulários a que se refere não vem de todo modo interferir no seu uso por parte dos alunos. Refere-se à forma como são traduzidas as influências que são exercidas de um lugar para o outro porque, conforme o legislativo e normativo, não são as mesmas representações e expectativas a serem privilegiadas.

Diante das reflexões daquele que é utilizado neste trabalho como um dos aportes teórico-metodológico voltamos a nos aproximar da história da educação no Brasil, considerando, principalmente, José Soriano e o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. Destaca-se que, analisá-lo significa “não apenas estar atento ao seu papel na inculcação de uma cultura escolar e de um conjunto de valores, mas também ao papel que exerce nesse complexo quadro mais geral” (BATISTA e GALVÃO, 2003, p. 19). Fazem parte, assim, os manuais escolares, de todo um acontecimento no âmbito da instrução.

Vale salientar que, referente à sua utilização, esta era feita ora na tentativa de compreender ou solucionar problemáticas, ora sobre o histórico de uma determinada disciplina, sobre as questões relacionadas às diferenciações da educação de meninos e meninas e, por fim, a dinâmica de estruturação das culturas escolares. Ir além das suas transparências e destacar, sobretudo, suas ressalvas técnicas, além de pedagógicas e sociais, no cerne dessa discussão tornam-se fundamentais, pois a ação de seu uso implica a solidificação das disciplinas, bem como dos saberes por meio dos manuais norteados e, inclusive, compreendidos.

No campo da cultura escrita no Brasil, bem como da cultura escolar, são os manuais escolares importantes objetos de pesquisa, porque não se trata de um material que se esgota em si mesmo. Contrário a isso, eles se desdobram diante de determinada cena discursiva que promove e enseja. Por exemplo, a interação entre professores e alunos e o que por meio dela é constituído. Conforme análise de Choppin (2009), os compêndios, ao serem incluídos nessa categoria, mesmo com o advento das ditas obras de vulgarização dos conhecimentos inspiradas nos tratados científicos, seriam tratados como “protomanuais”. Todavia, ainda continuariam a atender ao público escolar com estruturas de conteúdos definidas para as disciplinas e, sobretudo, com a dinâmica de posse de um livro por aluno.

Acerca dessa definição de análise, ainda sob o julgo de Choppin, os manuais escolares, além de base para organização do ensino, seriam também um modo de determinação e estruturação

Dos saberes, um determinado estado de desenvolvimento técnico e comercial e, mais extensamente, um tipo definido de cultura, no sentido do conjunto de valores fundadores: respeito ao saber, especialmente sob sua forma impressa, fiel à forma escolar de educação, concepção da especificidade das idades da vida, etc (2009, p. 33).

Sob o que corresponde ou propõe os compêndios escolares na nossa visão moderna de manuais, assim como assegura Choppin (2009), ainda que utilizados e regulados seguindo um padrão voltado para a organização do ensino, bem como da estruturação do conhecimento, esses devem ser tratados de maneira indiferente a noção de resumos. Uma vez que a prática de resumir ou apresentar os primeiros conceitos de uma determinada matriz de ciência eram mais comuns nos livros de vulgarização do conhecimento. A noção de compêndio aqui pretendida, sob a ótica do compêndio de filosofia analisado, parte do princípio de que existe organização e conteúdo científico no desenvolvimento da obra. Haja vista que para as lições de filosofia dentro do espaço escolar se efetuassem, como para as demais disciplinas, era necessário o uso do manual particular de ensino.

Da variedade de manuais ou compêndios de ensino de filosofia que circulavam nas instituições de ensino no Brasil no século XIX, as obras *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*, “*Curso Elementar de Filosofia*”, do Padre Eustaque Barbe e *Questões de Filosofia*, de Antoine Charma, que circularam em Liceus e Escolas baianas e sergipanas” (SANTOS, 2013, p.15), buscavam no ato da sua elaboração, bem como da sua utilização, atender os requisitos curriculares elencados nos estatutos e normas das instituições de ensino, liceus, escolas e seminários, do século XIX.

A relação do manual escolar e a escola, que desempenha um importante papel para a consolidação da cultura escolar, também possibilitava a interação com o mundo cultural em geral. Uma vez que,

Ao contrário da idéia difundida de que os saberes escolares e, particularmente, os manuais escolares, consistiram apenas uma adaptação simplificada, para fins didáticos, de conteúdos produzidos no campo da cultura e da ciência, essas investigações vêm evidenciando que a origem desses saberes e objetivos é bem mais complexa e que, muitas vezes, é a escola e seus materiais que se deve atribuir a origem de conhecimentos e saberes posteriormente apropriados pelas esferas do conhecimento erudito e científico (BATISTA e GALVÃO, 2003, p. 19).

Voltando nossos olhares para a obra analisada, bem como para pensamento filosófico em geral de seu autor, entendemos que esta foi além do espaço escolar, tornando-se referência em outros espaços, pois foi tomada como referencial teórico para elaboração de outros textos voltados ao histórico do pensamento filosófico no Brasil⁵.

*Instruir cientificamente e educar moralmente*⁶ eram os objetivos comuns dos compêndios em curso desse período, sendo que muitos circulavam mediante decreto, estatuto e regulamento das instituições de ensino baseados nos Estatutos reformados da Universidade de Coimbra de 1772⁷. Frente a isso, lembra-nos Choppin (2009), que os respectivos compêndios ou manuais eram também agentes transformadores da sociedade e ainda se constituíam como importante instrumento de construção de identidade. Consequentemente, também atuavam com significativa relevância no papel político, pois os referidos manuais eram progressivamente objetos planetários que se impuseram “no mundo, pelo viés da evangelização e da colonização, adotado pela maior parte dos países de sistemas educativos e de métodos de ensino inspirados no modelo ocidental” (2009, p. 25).

De igual forma, como bem demonstra Justino de Magalhães,

O manual escolar tem uma materialidade; espécime e produto autoral, editorial, mercantil, ele é mercadoria e produto industrializado e comercializado, com características próprias e que cumpre objectivos específicos nos planos científico, social e cultural. Os seus modos de produção e de circulação envolvem uma cadeia de agentes e estão condicionados por uma série de prerrogativas: dimensões autorais; técnicas e materiais de fabrico e reprodução; processos e percursos produtivos; circunstâncias e condicionalismos de comercialização, circulação, difusão, acesso (2006, p. 7).

⁵ A obra de José Soriano de Souza também foi utilizada pelo Seminário Católico de São Paulo para o curso de Filosofia. Seu pensamento filosófico também foi tomado como parâmetro para se pensar a questão tomista no Brasil. Leonel Franca em sua obra *Noções de História da Filosofia* faz essa análise, assim como Fernando Arruda Campos em *Tomismo no Brasil* e, Ubiratan Borges de Macedo em *A ideia de liberdade no século XIX, o caso brasileiro*.

⁶ Cf. SANTOS (2013)

⁷ Segundo Carvalho (2007) a Universidade de Coimbra foi fundada em 1290 em Lisboa e, transferida em 1308 para Coimbra. Esteve por dois séculos sob o controle jesuítico, durante os quais a Universidade esteve isolada da influência do progresso intelectual e científico europeu. Situação que veio a modificar-se em 1759 com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e das suas colônias. Em 1770, com a publicação do *Compêndio Histórico*, buscavam-se reparar os estragos deixados nas ciências, professores e, diretores da Universidade de Coimbra. Finalmente em 1772 ocorre a reforma da Universidade, com a publicação dos seus novos Estatutos.

Da mesma maneira que ocorreu com a obra *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*, escrito e utilizado por José Soriano para as lições do curso filosófico racional e moral do Ginásio Pernambucano, buscamos refletir as questões das disciplinas escolares por meio de André Chervel. Este autor esclarece-nos que uma disciplina é igualmente uma maneira de disciplinar o espírito, um modo a oferecer métodos e regras que abordam diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte. A partir dessa compreensão, ainda segundo Chervel, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designam, “até o fim do século XIX, mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso” (Id., 1990, p. 178).

O processamento dessa questão se dá por meio de como o termo “disciplina” é empreendido na instituição. Em razão de a escola ser um espaço de particularidades, ainda que habitado por distintos agentes. No âmbito interno ou externo, a escola constitui-se como um espaço produtor de saber próprio e desempenha um papel eminentemente ativo e criativo o que “somente a história das disciplinas escolares está apta a evidenciar” (Ibid., p. 200).

A função real da escola na sociedade é então dupla. A instrução das crianças, que foi sempre considerada como seu objetivo único, não é mais do que um dos aspectos de sua atividade. O outro, é a criação das disciplinas escolares, vasto conjunto cultural amplamente original que ela secretou ao longo de decênios ou séculos e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em sua lenta progressão em direção à cultura da sociedade global. No seu esforço secular de aculturação das jovens gerações, a sociedade entrega-lhes uma linguagem de acesso cuja funcionalidade é, em seu princípio, puramente transitória. Mas essa linguagem adquire imediatamente sua autonomia, tornando-se um objeto cultural em si e, apesar de um certo descrédito que se deve ao fato de sua origem escolar, ela consegue contudo se infiltrar subrepticiamente na cultura da sociedade global (Ibid., p. 200).

Essa via dupla na qual, segundo Chervel, a escola está associada, configura-se a partir do propósito escolar de formar e instruir indivíduos, remodelando a cultura particular destes sujeitos. Uma vez alcançado este objetivo, a sociedade em geral foi adentrada, moldada e, principalmente, modificada culturalmente. É neste contexto que o manual de ensino desponta como um agente significativo na construção desse processo.

A relação entre aluno e disciplina, proposta pelo manual e, respectivamente, seus estudos, exige remeter-nos as finalidades⁸ do ensino que se processaram ora como finalidades religiosas, ora como finalidades sócio-políticas. Estas, pensadas a partir do meio social, vão conduzir os objetivos primordiais estabelecidos ao campo instrucional e/ou educacional, tendo em vista que a história dos conteúdos torna-se a componente central dessa discussão, a partir do momento que se caracterizou como o pivô da sua constituição. Além de, segundo Chervel, possuir um papel mais amplo quando,

Ela se impõe colocar esses ensinos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para ela de fazer aparecer à estrutura interna da disciplina, a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa, mesmo se analogias possam se manifestar de uma para a outra. (1990, p. 187).

Essas finalidades vão surgindo de acordo com os componentes da dita disciplina. No caso do compêndio analisado, as formas de exposição de ensino, os exercícios e a motivação são algumas das maneiras por onde se processou a busca em promover aos jovens alunos fins sociais e religiosos.

Para tanto, o estudo das disciplinas escolares, configurando-se como o principal meio de conhecimento educacional, deve ser processado seguindo a ideia de que essas cruzam-se com o meio social quando a sociedade seleciona, classifica e distribui seus modos de transmissão de conhecimento.

Neste caso, refletir sobre os fenômenos e práticas íntimos ao ambiente escolar, com vistas à questão social, implica considerar a história das disciplinas escolares e os seus componentes, ou seja, o professor, o aluno e o manual de ensino. Assim, as reflexões sobre a organização disciplinar como um mecanismo fundamental para considerações acerca da cultura escolar caracterizam-se como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e práticas que permitem a transmissão dos mesmos. Os manuais escolares representam, nesse contexto, o mecanismo por meio do qual essa transmissão de saberes é operada.

⁸ Para Chervel (1990), finalidades religiosas, quando nas escolas públicas do século XIX era dever do mestre dar aos alunos aula de educação religiosa e de promover em suas aprendizagens o sentimento de seus deveres para com Deus, seus pais, com os homens e, para com eles mesmos. E finalidades sócio-políticas, pode ser segundo as épocas, restauração de antigas ordens, formação de uma classe média por meio do ensino secundário e, desenvolvimento do espírito patriótico.

Empenhamos, neste estudo, em recuperar parte de um todo muito mais complexo, por meio das práticas de ensino e aprendizagem aplicadas em sala de aula, bem como dos objetivos que regulavam a constituição disciplinar. Conforme Juliá (2001), o espaço aberto por essa categoria seria, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular.

1.2 De onde partimos e onde queremos chegar

O processo de construção de uma pesquisa só é possível quando o pesquisador dispõe de um *corpus documental* que possa buscar as informações que lhe ofereçam respostas para as problemáticas levantadas. A busca e o encontro com tais fontes não formam, por si só, um conjunto de questões as quais buscamos e são internas à história da educação, como os documentos que acabam sobrevivendo ao longo do tempo e adquirem um caráter mais oficial. Uma vez notado com os olhos de historiador, os documentos saem do seu estado pré-estabelecido, passando para o processo de manutenção e tentativa de preservação, ou mesmo recuperação das suas mais significativas facetas. É, portanto, o caminho para chegar nesses objetivos, à leitura e interpretação das fontes a partir de alguns referenciais teórico-metodológicos.

Aliada à essa questão epistemológica, bem como diante do encontro com o objeto, buscamos e analisamos o conjunto de ideias depositadas em forma de texto por José Soriano de Souza em seu manual. Nelas, nos deparamos com a materialidade e caráter científico sob a qual o autor imprimiu em sua obra e, sobretudo, o que buscava, em geral, para as lições da disciplina em que ocupava a cadeira.

O diálogo constante com nossa fonte, mediado pelos conceitos e aportes teórico-metodológicos elencados anteriormente, foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho que nos propomos. Além de significativas obras sobre a filosofia no Brasil, tais como *O Tomismo no Brasil* (1998), de Fernando Arruda Campos, *Noções de História da Filosofia* (1978), de Leonel França e, ainda, *A ideia de liberdade no século XIX, o caso brasileiro* (1997), de Ubiratan Borges de Macêdo, as pesquisas utilizando as ferramentas da internet foram valiosas. Encontramos alguns trabalhos sobre José Soriano de Souza e seu compêndio e, também, estudos

similares ao nosso como, por exemplo, a dissertação de mestrado “*Para instruir o espírito e melhorar o coração*”: compêndios escolares de Filosofia Racional e Moral em Sergipe no século XIX (2013), de Marcus Éverson Santos, que trata da análise de dois manuais de ensino de filosofia no ensino secundário em Sergipe. O ensino de História no primeiro *Gymnasio da Capital (1894-1931)* (2012), dissertação de mestrado de Joana Borges de Faria, que estudou o ensino de história no Ginásio da Capital São Paulo sob a ótica das lições do Professor Cônego José Valois de Castro e seu compêndio.

Em sua forma geral, nosso trabalho ficou organizado em quatro seções: A primeira intitulada SOBRE MANUAIS ESCOLARES: uma história a se contar; a segunda, José Soriano de Souza, a Filosofia Racional e Moral e suas lições; a terceira, UMA ESCOLA, DUAS IDEIAS: o comportamento tradicional e a busca por ideias novas na Faculdade de Direito do Recife e, por fim, a quarta, O compêndio “Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral”.

Nesta primeira seção, como foi visto, apontamos os caminhos teórico-metodológicos percorridos e fazemos a caracterização do nosso objeto.

Na segunda seção, buscamos dados biográficos de José Soriano de Souza estabelecendo como ponto de partida o *Lyceu Provincial da Parahyba Norte*, até o *Gymnásio Provincial Pernambucano*. Refletimos sobre seu posicionamento filosófico tradicional pautado na fé e buscamos demonstrar os conflitos de ideias filosóficas com as questões dos filósofos tradicionalistas diante dos questionamentos dos filósofos modernos.

Na terceira seção, trabalhamos com alguns dados sobre o embate intelectual protagonizado por José Soriano de Souza e Tobias Barreto.

Na quarta seção, voltamos nossos olhares para a análise do compêndio. O ponto inicial é em 1871, ano de sua edição. Buscamos demonstrar as perspectivas de formação do curso elementar segundo José Soriano de Souza, além de analisar as propostas e divisões para o seguimento de cada área do conhecimento, bem como os ideais *Tomistas* sob os quais o autor direciona sua obra. Por fim, abordamos, mediante o próprio posicionamento do autor, as bases de formação de ideias para o homem moral que se pretendia formar, sob quais aspectos e, sobretudo, sob qual metodologia.

Nas considerações finais, foram retomados os resultados da pesquisa em consonância com o problema levantado. Para tanto, ainda foram mantidos nossos

diálogos com o referencial teórico-metodológico adotado. Isso nos possibilitou considerar a trajetória profissional de José Soriano de Souza como titular da cadeira de filosofia do ginásio pernambucana e a utilização de seu compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*.

2 JOSÉ SORIANO DE SOUZA, A FILOSOFIA RACIONAL E MORAL E SUAS LIÇÕES

Nascido em 15 de setembro de 1833 na cidade da Paraíba, José Soriano de Souza destinou a maior parte da sua vida às atividades intelectuais e públicas. Formou-se em Medicina (1860), pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁹, e em Filosofia (1866), pela Universidade de Louvain¹⁰, na Bélgica. Egresso do *Lyceu Provincial da Parahyba do Norte*, junto a seus dois irmãos, Braz Florentino Henrique de Souza¹¹ (1825-1870) e Tarquínio Bráulio de Souza¹² (1829-1894), tornou-se lente catedrático da Faculdade de Direito de Olinda, criada por Decreto Imperial em 11 de agosto de 1827. Como professor catedrático da referida faculdade, lecionou Direito Público e Constitucional, além de Direito Natural e Direito Romano. Em 1867, em movimentado concurso para a Cadeira de Filosofia do Gymnásio Provincial Pernambucano, conquistou a cátedra¹³ da cadeira do então ginásio.

Teve ainda uma grande participação nos jornais católicos de Recife. Atuou como redator e jornalista em vários periódicos na segunda metade dos Oitocentos, entre estes: *A Esperança* (1864), o *Cathólico* (1872) e *A União* (1873). Em sua vida política foi deputado na Assembleia Provincial entre 1886 e 1889. Com a implantação da República, segundo Campos, participou da “comissão que elaborou o projeto de constituição do Estado de Pernambuco, tendo sido, outrossim, representante daquele Estado no Congresso Constituinte.” (1998, p. 46).

Dentre suas mais significativas obras que interessam ao campo filosófico, podemos apontar: *Compêndio de Filosofia, Ordenado Segundo os Princípios e*

⁹ Fundada em 5 de novembro de 1808 pelo príncipe regente D. João, por Carta Régia, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve inicialmente o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, e funcionava Hospital Militar do Morro do Castelo.

¹⁰ A Universidade Católica de Louvain, era a mais antiga, a maior e a mais proeminente universidade da Bélgica. Fundada em 1425, a universidade desmembrou-se em outras duas no ano de 1968: a Katholieke Universiteit Leuven, de fala holandesa, e a Université Catholique de Louvain, de fala francesa.

¹¹ Nasceu na Província da Paraíba em 1825, iniciou seus estudos na Faculdade de Direito do Recife em 1846, concluiu em 1850 e, já no ano seguinte conquistou seu título de doutor. Em 1855 foi nomeado professor desta mesma Faculdade, onde ocupou a cadeira de Direito Criminal. Faleceu em 1870, aos 45 anos de idade na Província do Maranhão, onde um ano antes havia sido nomeado presidente.

¹² Nasceu em 1829 no Rio Grande do Norte. Em 1857, bacharelou-se em Direito pela faculdade de Direito do Recife, obteve seu título de doutor em 1859 e, já no ano seguinte ingressou no corpo docente desta instituição como professor substituto. Ocupou a cadeira do Direito Eclesiástico da Faculdade de Direito do Recife e, ainda foi professor de filosofia do Ateneu de Natal e, da Escola Naval do Rio de Janeiro onde veio a falecer em 29 de agosto de 1894.

¹³ Cátedra da cadeira é sinônimo de Titularidade de uma disciplina. No caso da Cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano o Lente Catedrático ou professor titular desta, era José Soriano de Souza.

Métodos de São Tomás de Aquino (Recife - 1867), *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* (Recife - 1871), *Princípios Sociais e Políticos de Santo Agostinho* (Recife - 1866), *Princípios Sociais e Políticos de São Tomás de Aquino* (Recife - 1866), *Elementos de Filosofia do Direito* (Recife - 1880), *Considerações sobre a Igreja e o Estado, sob o ponto de vista Jurídico, Filosófico e Religioso* (Recife - 1874), *Princípios Gerais de Direito Público e Constitucional* (Recife - 1893).

José Soriano de Souza faleceu em 12 de agosto de 1895, na cidade do Recife, aos 61 anos de idade.

Este intelectual se insere no movimento da segunda metade do século XIX de professores-autores¹⁴ de seus próprios manuais utilizados em suas aulas. Entre suas obras, *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* foi produzida e publicada na cidade do Recife em 1871 e adotada como manual de ensino de Filosofia do *Gymnásio Pernambucano*.

Estudos no período abrangido por este trabalho, ou seja, a segunda metade dos Oitocentos, como os de Schueller (2007 e 2008), destacam que os professores começaram a não perceber mais os livros, ou manuais didáticos, como apenas objeto de auxílio em sala de aula e deram início à sua produção, passando desta forma a serem “sujeitos ativos” no processo de análise, avaliação e mesmo de produção desses objetos pedagógicos. Os livros utilizados em sala começaram a contar com as assinaturas dos professores como seus autores, fossem eles do ramo primário ou secundário, com uma clara preponderância do gênero masculino.

A segunda metade dos Oitocentos foi um período de significativas transformações no Brasil, pois o Estado e as instituições educativas passavam pelo seu processo de constituição juntamente com novas representações sobre a nação e a educação brasileiras.

Segundo Scheuller,

¹⁴ Para Schueller (2008, p. 564) no percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos auxiliares de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo, seja produzindo tais compêndios. Professores primários e secundários passaram a elaborar livros e materiais didáticos, tornando-se assim autores de obras destinadas ao ensino nas escolas primárias e secundárias. A presença das mulheres nos grupos de sociabilidade intelectual do período, como professoras e praticantes da escrita, não foi irrelevante, mesmo que mais tímida em relação à masculina, ainda mais se levamos em consideração de que nesta época o predomínio da escrita pertencia ao sexo masculino.

Tais transformações repercutiram, por exemplo, na ampliação das demandas do ensino primário e secundário, repercutindo também no mundo editorial, com investimentos em produções de livros escolares. Os livros foram entendidos e eleitos como instrumentos que poderiam contribuir para viabilização das propostas existentes, tenham sido elas quais fossem, já que em circulação divulgaria um saber bem determinado. Cabe ressaltar que para que pudessem ser utilizadas nas escolas primeiramente, as obras deveriam ser previamente aprovadas pelo Governo Imperial (2008, p. 54).

Nesse sentido, entendemos que os professores passaram a atuar intelectualmente, refletindo, como afirma Schueller, (2008, p. 570) “sobre os modelos educacionais em circulação [...] na segunda metade do século XIX”.

No que consta do ensino de filosofia, função desempenhada por José Soriano no ensino secundário do ginásio pernambucano, este chegou ao Brasil trazido pelos religiosos da Companhia de Jesus no século XVI (1553). Não poderia ser de outra forma, dado que esses religiosos foram os primeiros a processar a educação na nova terra. Inicialmente os integrantes da Companhia se dirigiram ao Brasil com o objetivo de catequizar os gentios, mas logo perceberam a necessidade e a utilidade de criar as escolas para a educação das crianças e para a formação das futuras elites da nova terra. Notaram que era mais fácil e de resultados mais seguros conquistar e formar crianças. Com elas preparavam “os homens do futuro e que, já no presente, evangelizariam os pais ou, pelo menos, captar-lhes-iam as simpatias” (LEITE, 1938, p. 31).

A Igreja católica vivia, naquele momento, o movimento da Contra-Reforma¹⁵, que priorizava restituir a antiga ordem retornando o poder à Igreja. Buscando restabelecer suas bases, o catolicismo incentivou a edificação de novas ordens, entre estas a Companhia de Jesus (1534), que tomou para si a missão de restabelecer a tradição e os dogmas católicos, uma vez que, por meio da catequese e evangelização eles tinham um único objetivo: encaminhar novas almas para a religião católica. Além disso, os jesuítas representavam “o antirreformismo por se

¹⁵ **Contra-Reforma**, também conhecida por **Reforma Católica** é o nome dado ao movimento que surgiu no seio da Igreja Católica e que, segundo alguns autores, teria sido uma resposta à Reforma Protestante iniciada com Lutero, a partir de 1517. Em 1545, a Igreja Católica Romana convocou o Concílio de Trento estabelecendo entre outras medidas, a retomada do Tribunal do Santo Ofício (inquisição), a criação do Index Librorum Prohibitorum, com uma relação de livros proibidos pela Igreja e o incentivo à catequese dos povos do Novo Mundo, com a criação de novas ordens religiosas, dentre elas a Companhia de Jesus. Outras medidas incluíram a reafirmação da autoridade papal, a manutenção do celibato eclesiástico, a reforma das ordens religiosas, a edição do catecismo tridentino, reformas e instituições de seminários e universidades, a supressão de abusos envolvendo indulgências e a adoção da Vulgata como tradução oficial da Bíblia. Conforme Durant (1957).

tratar de uma ordem militante e, mais ainda, educadora onde seu alto ideal que propugnava era a soberania do Papa e da fé católica” (CALÓGERAS, 1911, p. 4) como sendo a medida ideal para colocar-se à frente do movimento reformista que contestava frequentemente a autoridade da Igreja. Ancorados nesse propósito antirreformista “é concebida a proposta educacional, de onde surgiu o ensino de Filosofia para o Brasil” (MARTINS 2013, p. 310).

Segundo Ângela Martins, ancorada em Serafim Leite e Fernando Arruda Campos,

[...] em 1556, fundou-se o colégio jesuíta da Bahia, que no dizer de Serafim Leite foi “a primeira Faculdade de Filosofia, primeira e única, no século dos quinhentos” (LEITE, 1938, v.VII, p. 46), a partir de então foram criados diversos colégios em várias partes do Brasil: em 1554, o Colégio Santo Inácio, em São Paulo; em 1567, o Colégio do Rio de Janeiro, onde a Filosofia começou a ser ensinada a partir de 1638. Este colégio foi “incorporado a seu correspondente em Coimbra, com o título de Real Colégio das Artes” (CAMPOS, 1978, p.43); em 1652, o Colégio de Nossa Senhora da Luz, em São Luís do Maranhão, neste mesmo ano o Colégio de Santo Alexandre, em Belém, no Pará; em 1654, o Colégio de São Tiago, em Vitória, no Espírito Santo. Em 1572, começa a primeira classe de Filosofia ou Artes, no colégio da Bahia (MARTINS, 2013, p. 311).

Seguindo as orientações contidas na *Ratio Studiorum*, seu manual pedagógico, a Companhia de Jesus conduziu suas ações de ensino. Um ensino de filosofia onde não visava somente à instrução, mas, sobretudo, aproximar o homem de Deus, pois o manual pedagógico dos jesuítas tinha como filosofia prima a acepção tomista conforme a escolástica portuguesa. Com isso, nos seminários e colégios daquele período, os professores deveriam estar constantemente próximos de Aristóteles e São Tomás de Aquino.

Essa condição permaneceu homogênea até o século XVIII, pois a Igreja Católica atuou como principal meio de educação durante esse período. Mesmo com a chegada da Família Real ao Brasil (1808) e em meio à criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional, museus e escolas de nível superior, o curso de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, a Escola Militar e a Escola Naval, no século XIX, o ensino de filosofia no Brasil permaneceu inalterado. A doutrina aristotélico-tomista continuou embasando o ensino de filosofia não só nas escolas católicas, mas também nas instituições públicas de ensino.

Diante da expansão colonial e da descoberta de novas concepções filosóficas e científicas, como a consolidação do positivismo de Augusto Comte¹⁶ no século XIX, a Igreja entrou em um processo de transformação que refletiu diretamente no ensino de filosofia, este que saiu do seu estado de homogeneidade e a partir de então foi se estabelecendo de maneira gradual.

As ideias inspiradas no positivismo refletiram no Brasil no questionamento do modelo de governo, bem como nas bases do ensino. Conforme Japiassú e Marcondes (2001, p. 38) “a característica essencial do estado positivo é ter atingido a ciência, quando o espírito supera toda a especulação e toda a transcendência, definindo-se pela verificação e comprovação das leis que se originam na experiência”. Essa corrente surgiu como refutação à cultura vigente nos discursos dos intelectuais a partir dos anos 70 dos oitocentos. Contudo, seu apogeu foi processado somente no início da última década desse período como a grande influência na formação do pensamento republicano no Brasil.

Sem muitas alterações, e com propostas e projetos de novos manuais de filosofia nos liceus e ginásios dos oitocentos, a filosofia continuava como ensino obrigatório e com a utilização dos velhos manuais de embasamento tomista¹⁷. Nas províncias a filosofia já era “incluída obrigatoriamente no currículo dos liceus e dos ginásios do curso secundário, desde o início do século” (CARTOLANO 1985, p. 28). Isto em decorrência de um fator muito comum, tratando-se dos professores. A maioria daqueles homens obtiveram sua formação nos seminários ou faculdades católicas europeias, das quais destacamos a Universidade de Louvain na Bélgica, onde se formou José Soriano de Souza que, segundo Campos (1998), é o filósofo de corrente tradicionalista mais importante desta época, a segunda metade do século XIX.

¹⁶ **Augusto Comte** (1798-1857), francês, nascido em Montpellier, é considerado o criador do Positivismo. Esse termo é derivado dos três estados em que Comte formula em sua teoria da história - o teológico, o metafísico e o positivo – como pontuais designadores das características globais da humanidade em seus períodos históricos. É autor de numerosas obras, das quais se destacam, *Curso de filosofia positiva* (1830-1848), *Sistema de política positiva* (1851-1854) e, *Catecismo positivista* (1850).

¹⁷ Alguns títulos: **Noções Elementares de Philosophia, Geral e Aplicada às Sciencias Moraes e Políticas, Ontologia, Psychologia e Ideologia** (1839) de Silvestre Pinheiro Ferreira, **Theses Philosophicas sobre a Psycholpgia do Homem** (1830) do beneditino frei Policarpo de Santa Geltrudes, **Curso Elementaire de Philosoçhie** (1858) de Eustaque Barbe, **Questões de Philosophia** (1858) de Antoine Charma, **Cours de Philosophie** (1837) de M. Ph. Damiron, **Factos do Espírito Humano** (1865) e **A Alma e o Cérebro: estudos de Psychologia e Physiologia** (1876) de Domingos José Gonçalves de Magalhães.

No livro III dos estatutos, destinado as Ciências Naturais e Filosóficas, estão os métodos, o referencial e o conjunto de disciplinas a serem ministradas neste curso. Este livro serviu de manual de embasamento para os professores autores e, também, para os liceus e ginásios no que diz respeito à avaliação dos manuais de ensino de uma cadeira específica que posteriormente fosse adotado pela instituição.

2.1 FILOSOFIA RACIONAL E MORAL: o curso segundo os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772

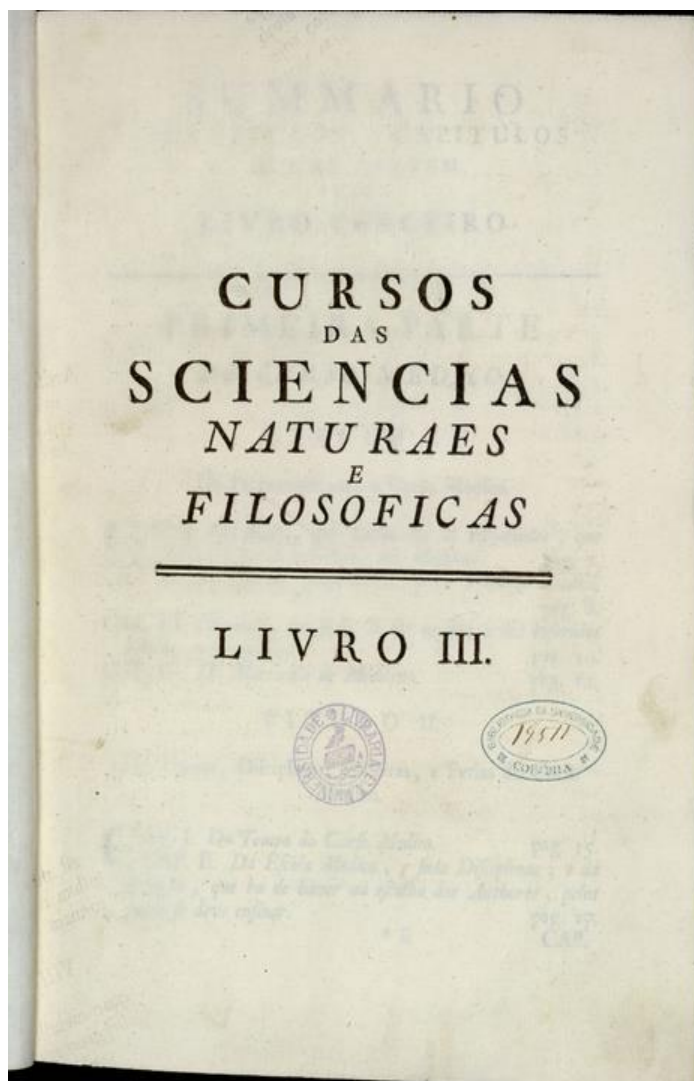
Para haver nas Lições Filosóficas a ordem, e método conveniente ao bom aproveitamento dos Estudantes; o Lente do Primeiro Ano antes de entrar nas Lições próprias das suas respectivas Disciplinas, lerá os Prolegômenos gerais da Filosofia. Neles mostrará o objeto desta ciência, que consiste na aplicação da Razão a todos os diferentes objetos. Sobre que ela se pode exercitar. Explicará o método, que se deve seguir no Estudo Filosófico. Apresentará um prospecto geral de todas as suas Partes. E dará um Resumo da História Filosófica: mostrando a origem, e progressos dela; as diferentes Seitas, em que se dividiu; os esforços, e os delírios dos Filósofos mais célebres na República das letras pelos seus descobrimentos, e pelos seus erros (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 233).

A disciplina Filosofia Racional, Moral e Natural durante o século XIX integrou os currículos dos cursos secundários e superiores. A junção de teoria e prática dentro do espaço curricular desta disciplina possibilitava ao aluno os requisitos necessários para a formação filosófica. Esta *sciencia*, assim chamada pelo então Estatuto, “sob a direção do reitor brasileiro Francisco de Lemos e com total apoio de Pombal nomeado visitador” (CARVALHO, 2007, p. 66), estruturava-se em campos do conhecimento, tal como lógica, ética, psicologia, que a consolidara como disciplina. Recebia, desta forma, as mais variadas representações no âmbito das culturas universitária e escolar. Os saberes presentes nestes ramos, ou matérias, “destinavam-se à instrução científica (teórica) e à inculcação moral de valores (práticos)” (SANTOS, 2013, p. 29). Segundo Carvalho “tratava-se fundamentalmente de lançar a educação à condição de ser útil ao esforço de recuperação econômica.” (2007, p. 67).

Com as já consolidadas Faculdades de Direito e Medicina, nas cidades de São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, além da Filosofia, o ensino secundário se estabeleceu como o curso preparatório para o ingresso dos alunos no ensino superior. Nesta perspectiva, o curso elementar filosófico com seu conjunto de

disciplinas ou divisão em três grandes partes, Racional, Moral e Natural, contemplaria perfeitamente os estabelecimentos das outras faculdades de maneira que neles se podiam instruir mais plenamente os que tiveram ouvido as Lições ordinárias de Filosofia, conforme Universidade de Coimbra (1772).

Figura 1: Livro III dos Estatutos reformados da universidade de Coimbra de 1772.



Fonte: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG_R443_3_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5_item1/P7.html

Após a reforma pombalina, o pensamento português ainda continuava fiel a Aristóteles. Se comparado ao estatuto de 1559, contudo, a intenção a partir deste novo era lançar os estudos de filosofia em outra direção, observando as ciências da razão, compreendida como os limites do curso de filosofia, perpassando pelos princípios sólidos e elementares da Filosofia Racional e Moral. Deveria principiar o curso, a partir destes requisitos.

Na página 229 da terceira parte do livro III dos Estatutos encontram-se os princípios que deveria conter as três grandes partes em que a divide.

1. Na Filosofia Racional se entenderá compreendida a Logica, que dirige as operações do entendimento; e a Ontologia, que prepara os primeiros princípios ideais de todas as ciências. A esta se ajuntará a Pneumatologia, na qual se compreende a ciência dos espíritos, e se divide em Teologia Natural, e Psicologia; formando-se do concurso delas a Metafísica, que trata dos primeiros princípios, e da natureza espiritual.
2. Na Moral se compreenderá tudo o que pertence à Ética: Deixando-se o Direito Natural para a Cadeira privativa dele, que tenho estabelecido, e incorporado no Curso de Jurisprudência.
3. Na Natural finalmente se compreenderão todos os ramos das ciências, que tem por objeto a contemplação da natureza: excetuando somente o que pertence em particular aos cursos Médico, e Matemático; o primeiro dos quais se limita a Física do Corpo Humano; e o segundo a Filosofia da Quantidade, em quanto suscetível de numero e de medida (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 229).

O ensino secundário, ao atuar como agente preparatório dos alunos para o ensino superior presenciava o privilégio das escolas superiores no que diz respeito à delimitação das matérias em que os alunos deveriam concentrar suas ações de estudo para o posterior ingresso no ensino superior. Assim como nos demonstrou Haidar (1972), o monopólio sob o qual gozava o ensino superior perante o ensino secundário era por muito tempo mantido pelas províncias. Desta maneira, ainda segundo Haidar (1972), o ensino secundário ficava restrito a reproduzir em sua estrutura curricular um conjunto de disciplinas prescritas pelos centros de estudos superiores, visando os exames para ingresso de novos alunos. Desse conjunto de instituições, Carvalho (2007) destaca que o Colégio Pedro II, destinado especialmente aos filhos de famílias ricas, além de preparar os jovens alunos para o ensino superior, formava bacharéis em Letras.

Mediante esse novo estatuto fora instituído, tanto para o ensino superior, quanto para o ensino secundário, o tempo ou o calendário do curso, os conteúdos a serem apresentados nas disciplinas, além do espaço em que deveriam ocorrer as lições. Diante de tais regras, estariam as instituições de ensino secundário e superior a agir conforme o estatuto, e os *lentes*, tal como José Soriano, a possibilitar aos alunos ordenar seus atos da razão para um único fim, raciocinar com retidão.

Tal característica está presente no compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*, o que não poderia fugir a regra, já que este foi escrito seguindo as recomendações do referido estatuto. Assim como o recomenda, vejamos no quadro a seguir as proposições estabelecidas para cada campo do conhecimento ao longo do curso:

Quadro 1 – O curso de Filosofia Racional e Moral e a caracterização de suas disciplinas segundo os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772.

DISCIPLINA	CURSO FILOSOFIA RACIONAL E MORAL
Lições gerais da Filosofia	Nesta parte o professor se empenharia em apresentar o objeto desta ciência e a aplicação da razão perante os objetos de domínios diferentes, mas que é possível o seu exercício. Explicaria o método em que iria dirigir o seu estudo filosófico. Apresentaria um breve plano das partes que compõem o curso. E, por fim, deveria apresentar um resumo da História da Filosofia, enfatizando sua origem, seus progressos, suas divisões, os esforços e delírios dos mais célebres filósofos na república das letras pelos seus descobrimentos e pelos seus erros.
Lógica	Introduziria o curso. Deveria o professor discutir, nesta disciplina, a combinação para se alcançar e provar o entendimento, do conhecido para o desconhecido. Mostraria as regras para o raciocínio perfeito, chamado de demonstração.
Metafísica – Ontologia	Esta disciplina ficaria responsável por tratar dos primeiros princípios ideais das coisas e da natureza dos espíritos.
Pneumatologia	Relacionado à Pneumatologia, esta deveria tratar da natureza espiritual da qual é própria do entender.
	Nesta disciplina era trabalhada a importância de como o homem deve conhecer a si mesmo. Mostrando que reflexão e

Psicologia	meditação acabam tornando-se os fatos e experiências e que estas são bases fortes para esta ciência.
Teologia Natural	Nesta se ensinaria as verdades que, pelo uso da razão, poderia alcançar a Deus, além de mostrar com toda a clareza da razão a sua existência.
Moral	Resultante do conhecimento de Deus e da alma, nesta disciplina se estudaria a necessidade do homem ser mais virtuoso do que sábio. Uma ideia clara do estado moral do homem, sua liberdade, suas ações do bem e do mal, do fim e felicidade para que Deus o criou, dos meios de entender e coibir as más inclinações da vontade e satisfazer as obrigações que a lei da razão lhe impõe, tanto a respeito de Deus, como a respeito de si mesmo e dos outros homens.
História Natural	Serviria de base para física e a todas as demais artes. Ainda cabia o professor dar uma ideia aos seus alunos da natureza e constituição do mundo em geral e do globo terrestre em particular.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir do estatuto da Universidade de Coimbra, 1772. Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R443_3_item1/index.html. Acesso: 04 de jan. de 2015.

Segundo Chervel, a história das disciplinas escolares não é obrigada a cobrir uma totalidade dos ensinamentos, contudo, seus conteúdos são evidentemente o componente central, ou seja, o pivô ao redor da qual ela se constitui. Todavia, seu papel é muito mais amplo, uma vez que para alcançar as finalidades as quais está designada significa se impor e colocar esses ensinamentos em relação com os resultados concretos que eles produzem. Para ele, trata-se de fazer aflorar a estrutura interna da disciplina, a sua configuração original, da qual as finalidades deram origem, mesmo se as analogias possam se manifestar de uma para a outra, “mas cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa” (CHERVEL, 1990, p. 189).

Sobre o caso de professores autores dos seus próprios manuais de ensino, nos lembra Bittencourt (2004) que estes eram na maioria das vezes vistos pelo seu papel de escritor de obras personalizadas e representativas e que tornaram-se marcantes na formação de determinadas gerações de alunos. No campo da história dos manuais escolares, ou mesmo da própria análise de um desses manuais tomados como fonte, o foco é analisar os conteúdos da obra, sua importância

relacionada à sua principal característica, que é atuar como veículo de ideologia, seus valores e, sobretudo, seu método de ensino, “no caso de autores de manuais utilizados no ensino secundário é destacar seu papel na constituição das disciplinas escolares” (BITTENCOURT, 2004, p. 478).

Ademais, destaca Bittencourt (2004) que,

[...] nos livros didáticos existem outras informações além do seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências, introduções. Nestes, é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com as autoridades e com os alunos e suas famílias (p. 479).

Pudemos constatar este fato no compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* de José Soriano, no qual logo no prefácio da obra, ele discorre sobre algumas características do curso a lecionar e da própria filosofia, “Que é como o telescópio da intelligencia, pois allonga o seu horizonte, e faz-lhe descobrir novos astros no céu do pensamento e da verdade” (SOUZA, 1871, p. 6).

Os professores autores devendo, a princípio, ser um seguidor das propostas contidas nos programas oficiais da política educacional, também teriam que contar com a parceria dos editores estabelecendo uma boa relação com esses personagens, mesmo sendo em sua maioria nomes famosos (elite) da vida cultural, política e literária do século XIX. Acerca disso, Carvalho ressalta que o poderoso elemento de unificação ideológica da elite imperial foi a educação, pois “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (2007, p. 65). Ou seja, uma relação próxima entre ambos garantiria o processo de transformação do seu manuscrito em objeto de leitura, “um material didático a ser posto no mercado” (BITTENCOURT, 2004, p. 479).

Existia a formação de um triângulo, o qual envolvia professor, alunos e manual de ensino. Em consonância ao objeto deste trabalho, podemos pensar um triângulo formado por José Soriano de Souza, alunado do Ginásio Pernambucano – especificamente do curso elementar de filosofia – e o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. No entanto, este último apresentava uma particularidade, a de colocar o professor como figura central. Mas, existe o aluno e ele era parte fundamental desta relação. Cabia ao manual, conforme Bittencourt (2004) não provocar a separação de ambos.

Foi então que na segunda metade do século XIX tornou-se mais claro e com exatidão que o manual de ensino não era

[...] de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. O aluno era (e ainda é) um público compulsório, mas assumi-lo como consumidor direto do livro significava, para autores e editores, atender a novas exigências, transformando e aperfeiçoando a linguagem do livro (BITTENCOURT, 2004, p. 483).

Diante da reflexão da autora acima, tomada aqui como um referencial metodológico, voltamos a olhar para o compêndio de filosofia de José Soriano. Ele demonstra em sua obra que se fosse seguida uma forma mais usual para a exposição das doutrinas contidas no compêndio, lhe renderiam maiores bens, visto que a leitura seria facilitada e alcançaria um número maior de leitores.

Sem embargo, agora também pensamos dever sacrificar um pouco ao idolo do uso, redigindo estas Lições em estylo commum. Pessoas entendidas e experientes nos tendo dito já por escripto, e já de viva voz, que não sacrificassemos o fundo de forma, e que se as doutrinas de nosso Compendio fossem expostas na fôrma usual produzirão maiores bens, porque facilitarão sua leitura a maior numero de pessoas, e finalmente que se houvessemos de publicar outro livro experimentassemos, assentamos tomar o conselho. Eis aqui porque este escripto vai a modo de lições, nas quaes todavia não foi esquecido o raciocínio (SOUZA, 1871, p. 17).

O compêndio, com uma fácil leitura, daria consequentemente um número cada vez maior de leitores, isso significava ou reforçava a inserção da necessidade de uma religião nas reflexões dos jovens alunos, ou simplesmente leitores. Não queria José Soriano contrariar a filosofia de sua época ou retrogradar o espírito humano, mas fazia questão de mencionar em suas lições a *Summa de Theologia*, pois acreditava que as mesmas ainda podiam dar frutos salutares.

Vejamos nos quadros a seguir o curso de Filosofia Racional e Moral organizado em disciplinas específicas elaborado por José Soriano de Souza em seu compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*.

Quadro 2: Disciplina introdutória do curso.

DISCIPLINA	CURSO
	LIÇÕES DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR RACIONAL E MORAL
Lição Preambular da philosophia em geral	1. O estudo da Philosophia deve começar pelas generalidades desta sciencia. 2. A Philosophia tem tido muitas definições. 3. Sua definição nominal. 4. Sua definição real. 5. Provas da existencia da Philosophia. 6. Porque só imperfeitamente podemos saber da Philosophia. 7. O verdadeiro objecto da Philosophia. 8. A universalidade e unidade característicos dessa sciencia. 9. A Philosophia a mais util e excelente das sciencias racionaes. 10. Ella é-necessaria ao estudo das sciencias sociaes, jurídicas e economicas e ate á mesma religião. 11. Relações de dependencia das sciencias racionaes a respeito da Philosophia. 12. Subordinação da Philosophia á Theologia revelada. 13. O pantheismo ou o atheismo consequencia da negação d'aquella subordinação. 14. Refutação dos erros dos racionalistas neste particular. 15. Como se divide a Philosophia. 16. Porque o seu estudo deve começar pela Logica.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Souza (1871).

Quadro 3: Lógica.

DISCIPLINA	CURSO
	LIÇÕES DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR RACIONAL E MORAL
Lógica	Lição I – da lógica em geral; Lição II – dos termos mentais e orais; Lição III – da definição e divisão e suas respectivas leis; Lição IV – da proposição considerada em si; Lição V – da proposição considerada em suas verdades; Lição VI – do raciocínio em geral, e particularmente do silogismo; Lição VII – das figuras e modos silogísticos — espécies e formas do silogismo; Lição VIII – da indução analogia e hipótese; Lição IX – da verdade e suas diferentes espécies; Lição X – dos diversos estados do espírito em relação a verdade, ou da certeza, evidência, opinião e dúvida; Lição XI – do critério da verdade ou certeza; Lição XII – da

	autoridade do testemunho humano, e das regras de critério histórica; Lição XIII – das causas e remédios dos erros; Lição XIV – dos sofismas; Lição XV – dos sinais em geral e, em particular da palavra e suas relações com o pensamento; Lição XVI – do método e seu ponto de partida – análise e síntese.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Souza (1871).

Quadro 4: Metafísica Geral ou Ontologia.

DISCIPLINA	CURSO
	LIÇÕES DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR RACIONAL E MORAL
Metafísica Geral ou Ontologia	Lição I – Da metafísica em geral e particularmente da ontologia. Noção do ente; Lição II – Dos primeiros princípios ontológicos de conhecimento; Lição III – Dos princípios metafísicos do ente – da essência, suas propriedades e cognoscibilidade; Lição IV – Da casualidade do ente ou das causas; Lição V – Do ente possível ou da possibilidade das coisas; Lição VI – Do ente criado e não criado ou da criação; Lição VII – Do ente necessário e do contingente; Lição VIII – Do ente finito e infinito ou da infinidade – da simplicidade e composição do ente; Lição IX – Da substância, da subsistência e da personalidade; Lição X – Do ente absoluto e relativo ou da relação – do ente de razão; Lição XI – Das propriedades do ente, unidade, verdade, bondade e, da beleza;

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Souza (1871).

Quadro 5: Psicologia.

DISCIPLINA	CURSO
	LIÇÕES DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR RACIONAL E MORAL
	Lição I – Da psicologia em geral – teorias das faculdades da alma; Lição II – Da sensibilidade em geral e particularmente da sensibilidade externa; Lição III – Da natureza e origem sensação;

Psicologia	Lição IV – Da sensibilidade e, principalmente, da imaginação; Lição V – Da memória, reminiscência e associação da ideias; Lição VI – Do entendimento, seu objeto e veracidade; Lição VII – Das operações do entendimento em geral e particularmente da intelecção; Lição VIII – Do juízo, sua natureza e espécie; Lição IX – Da faculdade abstrativa e da abstração; Lição X – Da consciência psicológica e sua veracidade; Lição XI – Das ideias em geral e, particularmente, das falsas teorias ideológicas; Lição XII – Da verdadeira teoria ideológica ou da teoria escolástica; Lição XIII – Do modo como se formam certas ideias de ordem suprassensível, diferentes espécies de ideias; Lição XIV – Da existência e natureza dos universais; Lição XV – Da vontade e da força motriz; Lição XVI – Da liberdade da vontade; Lição XVII – Da alma em geral e, particularmente do eu ou da personalidade humana, sua santidade e identidade; Lição XVIII – Da simplicidade e espiritualidade da alma; Lição XIX – Da imortalidade da alma; Lição XX – Da união da alma com o corpo – sede da alma; Lição XXI – Da origem e unidade da alma.
-------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Souza (1871).

Quadro 6: Teologia Natural

DISCIPLINA	CURSO
	LIÇÕES DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR RACIONAL E MORAL
Teologia Natural	Lição I – Da teologia natural em geral – demonstrabilidade da existência de Deus – provas dessa existência; Lição II – Dos atributos divinos em geral e, particularmente, da essência metafísica de Deus; Lição III – Dos atributos, unidade, eternidade, imutabilidade, simplicidade e infinidade; Lição IV – Da imensidade, onipotência, inteligência e vontade de Deus; Lição V – De Deus criador do mundo – o panteísmo é absurdo e contraditório; Lição VI – Deus conservador do mundo – o concurso divino dos atos da criação; Lição VII – Da divina providência.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Souza (1871).

Quadro 7: Ética ou Direito natural

DISCIPLINA	CURSO
	LIÇÕES DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR RACIONAL E MORAL
Ética ou Direito Natural	Lição I – Da ética ou moral em geral; Lição II – Da natureza da ação humana em geral; Lição III – Do destino do homem, do seu último fim ou da felicidade; Lição IV – Da moralidade dos atos humanos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Souza (1871).

Ao refletirmos sobre os quadros anteriores e levando em consideração a Suma Teológica, especificamente as questões 47 e 79, aquelas que tratam respectivamente sobre a diversificação das coisas em geral e sobre a questão do intelecto, perceberemos essa aproximação. Referente a diversificação das coisas, primeiramente de forma geral, segundo diversificando entre bem e mal e, em terceiro alusiva a questão espiritual. Quanto ao aspecto intelectual, inteiramente ligado a ação do entendimento.

Tendo redigido seu compêndio conforme o espírito do pensamento do Doutor Angélico e convencido dessa verdade, José Soriano expressa, nas páginas da sua obra, que para as lições de Lógica, Metafísica Geral ou Ontologia, Psicologia, Teologia Natural e, Ética ou Direito Natural, atentou mais para o valor do fim do que para a deficiência, sendo que o fim é o próprio Deus e, a deficiência, o homem. Ele preocupou-se em vulgarizar as disciplinas, ou o curso em geral, para, assim, possibilitar um entendimento de maior equivalência ao estado em que se encontrava o leitor. Segundo o próprio autor, o julgamento que fez de suas lições de filosofia, depositadas no compêndio, era que estas estariam adequadas ao magistério de sua época.

Necessária aos estudos da moral, da ciência jurídica, social e econômica, a filosofia, assim considerada por José Soriano, era também utilizada nas reflexões acerca da religião. No entanto, as questões religiosas do seu compêndio de filosofia não nos serviram como fator predominante para discutir no texto a seguir. Entendemos que ele pertence a determinado contexto histórico, bem como sua formação, aquela que lhe possibilitou escrever seu manual e concorrer no concurso

para tornar-se lente de uma instituição de ensino secundário na segunda metade do século XIX. Por este motivo, tomamos como justificativa ser esta característica de sua obra, uma parte relevante e passível de ser estudada, assim como foi feita nas reflexões adiante.

2.2 O LOUVOR DA FILOSOFIA: questões religiosas na filosofia de José Soriano ou sua “Filosofia da Igreja”

A natureza de uma cousa se declara definindo-a, como logo sabereis; por tanto, para que conheçamos a natureza da Philosophia, preciso é defini-la. O que é pois a Philosophia? São innumeraveis as definições que lhe hão dado os autores antigos, e modernos. Uns tomão por seu objecto o que lhe não pertence, outros não abrangerá esse objecto em toda sua extensão real. D'ahi a grande diversidade das definições, e bem assim o despreço em que alguns tem a Philosophia, pois não falta quem conclua dessa discrepância que não existe a cousa que a palavra é destinada a significar (SOUZA, 1871, p. 18).

Na segunda metade do século XIX, mesmo com as ideias positivistas¹⁸ presentes nas instituições de ensino e as críticas direcionadas aos manuais escolares utilizados nos liceus e ginásios, estes ainda permaneciam com seu embasamento de elaboração pautado na fé. Estas obras, segundo Schueller (2008, p. 565) “no campo educacional mantinham suas aproximações com os preceitos da Igreja Católica, já que neste momento muitos livros aprovados possuíam forte influência desta instituição”. Além disso, de acordo com Galvão (2005), os manuais quando analisados deveriam dispor de uma boa organização, apresentando uma sequência lógica e, é claro, não ser confuso. Ainda teriam que ser metodologicamente planejados, pois isso garantiria o uso adequado no espaço escolar e, sobretudo, a sua aprovação. Tal como está presente no aqui analisado compêndio de filosofia de José Soriano, personagem ligado a Igreja Católica e que elaborou seus estudos pautados na escolástica de S. Tomás.

As questões que o lançam ao movimento chamado de Filósofos da Igreja estão presentes em sua obra. E já no livro do estatuto em que define os parâmetros sob os quais o manual para o curso filosófico deveria ser elaborado, definia que era fundamental a presença dos estudos escolásticos nas lições do autor. Isso nos leva

¹⁸ Essas ideias preconizavam o laicismo, o que representava uma ameaça para a Igreja naquele momento. Uma ameaça em termos político, econômico e cultural.

a refletir que não seria incomum não nos depararmos com esses preceitos oriundos da escrita de José Soriano. Além disso, o ocupante da cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano era egresso da Universidade Católica de Louvain na Bélgica, tendo nesta instituição obtido o seu título de doutor em filosofia.

Diante disso, nos ressalta Choppin (2009), que foi por meio de textos, semelhantes ao compêndio aqui analisado cujo conteúdo remetia à religião, que se processou as primeiras aprendizagens da cristandade. E mesmo com as iniciativas do poder público para a organização do ensino popular, um manual específico para uma determinada disciplina, o catecismo ainda era colocado nas mãos dos alunos e este também era observado como manual. Dentro desta perspectiva, Choppin aponta “que os primeiros alfabetos e livros de leitura estão compostos de expressões ou de curtas passagens emprestadas da Bíblia.” (2009, p. 46). E mais adiante, cabe lembrar que, mesmo nos manuais que não apresentam nenhum conteúdo religioso, é possível nos depararmos com essas expressões.

A questão não é portanto simples, pela definição de edição religiosa não é mais evidente. Yvan Cloutier assinala que ao lado da definição que se dá habitualmente, centrada sobre os conteúdos (o conjunto dos impressos tem nos títulos uma conotação religiosa explícita: espiritualidade, Bíblia, moral, teologia, livro de oração, etc.), podemos pensar hoje uma outra, mais ampla, que se apoiando sobre a finalidade do editor inclui todos os títulos produzidos num viés evangelizador, sem olhar a conotação explícita do conteúdo (Ibid, p. 48).

Acerca dessa questão podemos refletir então que, além da possibilidade de existência da permeabilidade entre edição religiosa e edição escolar, ainda pode haver a mesma relação entre edição religiosa e edição para a juventude. Aquela frequentando o ensino primário em preparação para o ensino secundário e, esta segunda, se preparando para as instituições de ensino superior.

De acordo com França (1978), para a compreensão das problemáticas fundamentais, tanto do nível teórico quanto nível prático, sobrepostas ao longo da história, segundo a tradicional concepção católica, só era possível seguindo uma filosofia única e certa, partindo de um núcleo de verdades inexoráveis, constituindo a base ou o seu ponto de partida para as investigações filosóficas, pois a razão orienta-se seguramente em direção da verdade. Haja vista que cumpre-lhe, pois, saber distinguir os desvios multiformes do caminho único e certo. “Cumpre-lhe

discernir o sistema verdadeiro dos errôneos. Cumpre-lhe reconhecer, entre as filosofias, a Filosofia” (FRANÇA, 1978, p. 328).

Acreditava-se que a doutrina verdadeira é perene e progressiva. “Perene nos seus princípios fundamentais, certos e indestrutíveis, progressiva nas conclusões que dêles podem derivar, na extensão mais ampla de suas consequências, nas suas aplicações a novos objetos de estudos” (FRANÇA, 1978, p. 328). É a filosofia genuína aquela que luta contra sistemas falsos e contribui, desta maneira, norteadando a inteligência na investigação da verdade. Na visão católica, esses critérios seriam cumpridos seguindo uma única doutrina, a aristotélico-tomista.

José Soriano de Souza procura dirigir suas lições expostas no compêndio por esse caminho. Se reconhecer entre as filosofias a sua filosofia, para o autor, fosse exaltar a sua religião, assim o fizera, não lançando uma a frente da outra, mas tratando-as como provenientes do mesmo ser, Deus e, sendo assim, havendo a possibilidade de trabalhar ambas em harmonia.

Sim, de certo a razão humana e a religião, a filosofia e a revelação ambas procedem da razão divina [...] mas quão desarrazoada seja aquella igualdade fraternal, facilmente se colhe de ser a religião pensamento divino, verdade eterna, invariavel e perpetua, e a philosophia pensamento humano, e como tal variável e sujeito a paixões e erros. O pensamento humano, instrumento da philosophia, e a fé instrumento da religião são dons de Deos; mas nem por isto havemos de pôr a religião no mesmo pé de igualdade que a philosophia. Se o terem ambas sahido das dadivosas mãos de Deos fosse razão de as declararmos irmãs [...] eis que por ahi iria a presumida fraternidade parar no abominável pantheismo! Não, philosophia não póde ter o mesmo poder que a religião; aquella vem do homem e é obra de seu espirito; esta vem de Deos, e é obra de sua sabedoria e de seu amor. Não diremos que a filosofia é escrava da religião, porque aquella palavra é odiosa e violenta, mas porque não apellida-la serva affectuosa e humilde, discípula docil e obediente da religião (SOUZA, 1871, p. 8).

Na segunda metade do século XIX, mesmo com a “projeção de autores da religião protestante, não significou a ausência de religiosos católicos na tarefa a que vinham se dedicando há tantos anos” (BITTENCOURT, 2004, 487). Vale lembrar que no decorrer deste século ocorreu a retomada das atividades educacionais pelos jesuítas e estes, como agentes da educação, também contribuíram com a

elaboração de manuais de ensino, como o padre Rafael Maria Galanti, professor no Colégio Anchieta em Nova Friburgo. (Ibid.)

Neste mesmo período, personalidades de posição religiosa continuaram a contribuir com a escrita de manuais de ensino e, além disso, eram presença frequente como lentes dos liceus e ginásios do Império, onde o ensino das cadeiras de cursos específicos ocorria com a utilização daqueles manuais fundamentados no tomismo. Esse predomínio da filosofia tomista cultivada nas instituições de ensino secundário ocorria porque recrutavam-se intelectuais formados em filosofia nos Seminários, e muitos iam estudar em “faculdades católicas europeias, como em Louvain, na Bélgica” (MARTINS, 1985, p. 43).

“A religião interessará sempre a intelligencia e ao coração humano” (SOUZA, 1871, p. 18). Em alusão ao fim religioso que as lições filosóficas contidas no compêndio poderiam proporcionar aos jovens estudantes, José Soriano recomendava que estes tivessem sempre presente em suas reflexões a religião, pois esta, segundo ele, se não cria talentos, devolve e tempera os que a natureza dá. Em se tratando da relação homem e religião, só a segunda compete à última palavra, assim destaca José Soriano. A última palavra sobre o princípio e o fim do homem, sendo esta definida pela autor como a

[...] questão maxima da philosophia, assim como sobre os meios de attingir a aquelle fim; e a philosophia que não quizer ser inimiga do homem, deve esforçar-se por conduzi-lo directamente ao seu destino. Por esse modo vem a philosophia [...] a não ter verdadeiramente outro fim que a religião; Summus philosophise finis religio (SOUZA, 1871, p. 18).

Vê-se então que, segundo o autor, a filosofia seria uma ciência do espírito, que conduziria o homem a felicidade divina, pois tem o homem uma propensão natural para amar e honrar a Deus, de quem recebe tudo o que é e o que tem, inclusive a filosofia. Esta, assim como a razão humana, conforme assinala Souza (1871), é fruto das dadivosas mãos de Deus.

José Soriano discute sobre a alma humana, suas faculdades e operações, bem como sobre o modo de dirigir convenientemente os jovens estudantes no caminho da verdade (a razão pautada na fé). Na quarta parte do compêndio, intitulada Theologia Natural, o autor discorre sobre o próprio Deus, criador da alma,

sua essência, existência, onipotência, baseando-se principalmente nos estudos de Aristóteles, S. Tomás de Aquino, Descartes e Leibnitz.

“Mas, o que é Deos”? (SOUZA, 1871, p. 357). Indaga o autor no início das suas lições. Em pronta resposta aos alunos, já esclarece que Deus é incompreensível ao espírito limitado do homem, sendo esta a principal causa de não ser possível dizer perfeitamente o que é Deus. “Se não temos d'elle um conhecimento perfeito, o conhecemos sufficientemente para saber que Elle é [...] o ente de si, infinitamente perfeito, e causa primeira de todas as cousas” (SOUZA, 1871, p. 358).

Pautado no pensamento de Aristóteles, no qual, para o estudo de qualquer objeto, poderia naturalmente basear-se em três questões básicas: 1ª – essa coisa existe? 2ª – o que é ela? 3ª – como é ela? “A primeira respondemos provando a existencia da dita cousa; a segunda explicando a sua essencia ou natureza, a terceira declarando as suas qualidades ou atributos” (SOUZA, 1871, p. 359). Aplicando esse pensamento ao objeto de estudo da quarta parte do compêndio, neste caso Deus e sua existência, tratou José Soriano acrescentar aos três questionamentos anteriores mais duas questões: 1ª – se a existência de Deus é coisa demonstrável, e 2ª – se dessa existência podemos dar demonstrações verdadeiramente a priori. Dialogando com vertentes a favor ou não desses conceitos que priorizam os estudos da existência ou não de Deus, José Soriano atribui para si, bem como para a finalidade da disciplina Teologia Natural, exposta na quarta parte do seu compêndio, que para provar a existência de Deus baseou-se no fundamento que a maioria dos filósofos preocupados com essa dinâmica se baseou. Este princípio, para aqueles que creem na sua existência, deveria orientar-se na crença de um Deus invisível, mas conhecido por seus efeitos visíveis, segundo Souza (1871).

Pensando tal posicionamento do autor do compêndio aqui analisado em relação com as finalidades da disciplina para com os alunos, lembra-nos Chervel (1990, p. 192) “que os mestres fazem os alunos adquiri-las apenas depois de as terem decomposto metodicamente em pequenos pedaços que eles assimilam um após o outro”. Isto significa, para o autor, a alternância ou renovação dos métodos, no qual, por meio da exposição, dos comentários e da interrogação, surge nas escolas um ensino mais qualificado.

Ademais, ressalta Batista e Galvão (2003) que os textos e impressos utilizados na instrução dispõem de algumas particularidades. Com efeito, em maior e menor grau, já no século XIX, esses textos eram objetos de controle do Estado a medida que atuavam com excelência na propaganda religiosa. Os livros, manuais de ensino e compêndios, carregando em si essas características, são de fato reprodutores e condicionadores de um

[...] modo de organização da cultura escolar, concepções pedagógicas, maneiras de escolarizar saberes. Eles são, portanto, realmente, objetos por meio dos quais se pode buscar construir a história dos modos de conceber, pelo estado, a formação ideológica da criança, bem como dos processos pelos quais a escola constrói sua cultura, seus saberes, suas práticas (BATISTA e GALVÃO, 2003, p. 166).

Não estamos aqui para afirmar que com seu compêndio José Soriano pretendia lançar seus jovens alunos ao *credo* da igreja, pelo contrário, como historiadores da educação trabalhamos com os vestígios deixados pelo homem em determinado espaço e tempo. Segundo Chervel, em determinada época da história a sociedade, a família e a religião sentiram a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada. Ademais, o autor ainda afirma “que tais instituições devem sua origem a essas demandas” (1990, p. 187).

Em sua obra, o ocupante da cadeira de filosofia do Ginásio Pernambucano orienta os seus alunos a dirigir os atos da razão para a aquisição da verdade, os bons costumes, as conveniências, as exigências da retórica e, sobretudo, a religião. Refletindo sobre esse pensamento do autor, entendemos que era essa a imagem que as instituições de ensino da segunda metade do século XIX queriam para seus jovens estudantes.

O autor, ao concluir sua obra, dedica-a literalmente ao juízo da igreja:

Sujeito estas Lições de Philosophia ao juizo indefectível da Santa Igreja Romana, isto é, á correcção do Soberano Pontífice, Pai e Mestre infallivel de todos os christãos; e com elle digo, e tenho como verdade « que é obrigação rigorosa, quer do philosopho, que deseja ser filho da Igreja, quer da mesma philosophia, não dizer nada contra o que a Igreja ensina, e retractar-se desde que Ella o adverte; e bem assim que inteiramente erronea e soberanamente injuriosa á Fé á Igreja e á sua autoridade a doutrina que ensina o contrario disto (SOUZA, 1871, p. 544).

Sendo a filosofia útil e necessária à moral, à ciência jurídica, social e econômica, esta também seria demasiadamente útil à religião, refletindo sobre os preceitos da fé, da existência de Deus, sua unidade e outros atributos absolutos que dela o fizeram. Além de mostrar-se como a doutrina mais adequada para a destruição dos erros, tal como para a solução dos problemas sociais.

2.3 Teorias e aspectos Tomistas e sua aplicação

No século XIX, durante um determinado tempo, o tomismo foi a filosofia dominante e formou um significativo número de adeptos. José Soriano de Souza, sob o julgo de Arruda Campos (1998) e Ubiratan Borges (1997) foi o representante mais significativo dessa escola e mais interessante desse período.

Foi por meio desta linha de pensar, que buscou “expressar sua fidelidade ao pensamento e à doutrina do Aquinense, que Soriano escreveu seu Compêndio e suas Lições de Filosofia, as quais, ainda que obras didáticas e compilatórias, dão testemunho desta sua irrestrita adesão ao tomismo” (CAMPOS, 1998, p. 48).

No compêndio que analisamos é possível verificar seu empenho tomista ao longo de cada uma das lições. Restaurar a metafísica cristã fundada por São Tomás, tomando como base reflexões acerca da razão e da fé talvez seja o mais considerável exemplo de sua intenção para o decorrer das lições. Ele acreditava que tomar essa compreensão era uma maneira eficaz de contornar as angústias nos estudos de ordem política, moral e intelectual, que abnegavam o uso da metafísica em suas reflexões.

E a ninguém deve esse asserto parecer um paradoxo, pois se é certo, como observa um insigne philosopho romano, que as verdades particulares dependem das universaes que as contem, e que os rios sabem das fontes, não há quem não esteja vendo a influencia da metaphysica nos demais estudos (SOUZA, 1871, p. 13-14).

Principalmente nos estudos que se referissem aos costumes da sociedade humana. Onde a verdade constante dessa dinâmica era que onde quer que os espíritos estejam, conscientes ou não, ali se encontrava uma ordem metafísica verdadeira. Convencido dessa verdade e, sobretudo, dedicado ao estudo da metafísica nesse estado, ficou clara a intenção do autor de disseminar o entendimento dessa corrente por meio do compêndio, além de propor o tomismo

como a solução “para o conhecimento das essências, portanto, para a fundamentação da ordem intelectual, moral e religiosa” (PAIN, 1999, p. 79).

Assim, temos que, para o tomismo, a principal nota é ser realista, ou seja, a realidade das coisas. Nota esta não imaginada e estruturada por filósofos mediante conclusão de sistemas estruturados de teses, mas por originar-se o “tomismo da percepção sensível do mundo, para, após, dela tirar, no plano abstrativo da inteligência, todo um conjunto consequente e harmonioso de teses” (HUGON, 1998, p. 13). O ponto alto das análises filosóficas de S. Tomás de Aquino é buscar, nas conclusões filosóficas, as razões principais das coisas.

Das coisas existentes, apreendidas pelos sentidos, conceituadas, após, pela inteligência, sobe S. Tomás até as explicações últimas das mesmas. E é subindo das percepções mais primitivas das coisas que S. Tomás chega à certeza do supremo Criador delas. Vindo das mudanças das coisas, da casualidade existente entre elas, da contingência, das perfeições, e da ordem harmoniosa entre as mesmas, pelo caminho das cinco vias, é que o Angélico atinge a sublimidade, a suma perfeição, o ato puro, de Deus [...] A verdade é a obsessão de S. Tomás, justamente porque a verdade é a correspondência da mente com as coisas (HUGON, 1998, p. 13).

É nessa perspectiva que se assenta a relação das coisas e da mente, do objeto e do sujeito para o tomismo. Para o próprio S. Tomás a verdade pode ser dita por todos, mas é oriunda do Espírito Santo. Diante disso, mais vale olhar para o que dizem do que para quem diz. José Soriano releva essa tendência ao longo de sua obra reforçando o uso da filosofia escolástica/tomista e que, juntamente a elas, seu manual possa prestar serviços a ciência e a civilização.

Preocupado com o ser, sobretudo com a verdade, vai se colocar o tomismo como a filosofia da igreja. Apoiado em Descartes, o autor reforça essa questão no compêndio que a própria filosofia em si não tem outro verdadeiro fim se não a religião. E esta tem o tomismo como sua preferida porque, segundo Hugon (1998), busca defender o autêntico valor do conhecimento humano, os princípios da metafísica que prima principalmente por atingir a capacidade da inteligência de chegar a uma verdade imutável.

Para os escolásticos, essa doutrina é a paixão pela verdade, “por isso ela apresenta-se, em geral, também tão simples e sem atavios, como a própria verdade” (MARTINS, 1985, p. 51). Ou seja, ela profundamente abomina tudo que venha a

modificar, adulterar e ocultar a verdade. A verdade, para eles, sendo aquela que possa trazer explicação do universo.

Por cultivar uma “verdade inabalável”, pautada em princípios “perenes”, “imutáveis” e universais, é, portanto, que a doutrina aristotélico-tomista, através de diferentes interpretações, tornou-se a base teórico-ideológica não só da proposta pedagógica para o ensino de filosofia, como também da proposta político-pedagógica da Igreja no Brasil (MARTINS, 1985, p. 52).

Além da doutrina acima citada também tornar-se a base teórico-ideológica para elaboração dos manuais de ensino utilizados nas instituições desse período. E, de acordo com Martins (1985), a consolidação da hegemonia espiritual e cultural da igreja no contexto social brasileiro deve-se a propagação dos princípios aristotélico-tomistas. E esta disseminação foi feita não somente pelos agentes ligados diretamente a igreja – tenha por isso os padres – mas também pelos agentes afeiçoados a esse estudo, como, por exemplo, José Soriano.

Transformado o tomismo em “a filosofia”, a questão aristotélico-tomista vai verter-se também no mais utilizado estandarte de refutação das demais correntes filosóficas e políticas. A verdade absoluta e seus princípios teóricos “deveriam ser, necessariamente, o ponto de partida da investigação filosófica tanto da realidade social e quanto das demais correntes filosóficas” (MARTINS, 1985, p. 53).

Desta forma, para os autores que tinham por princípio a defesa do tomismo como corrente de pensamento e que expuseram essa questão na escrita de suas obras podem ser, segundo Campos, colocados no sentido do centro em direção a periferia no plano de um

[...] ponto mais central, estariam os poucos pensadores, que atingiram um nível alto de reflexão, um pensamento bastante estruturado, o qual demonstra, assim, de modo claro, a influência mais ou menos intensa da doutrina do Angélico, a qual procuram eles refletir, de forma tradicional ou progressista e, neste último caso, através de uma elaboração constante do pensamento, e de contínuo e diuturno diálogo com a filosofia moderna e contemporânea (CAMPOS, 1998, p. 17).

Neste ponto mais central, em que o autor se refere, pensamos José Soriano. É clara sua aproximação e utilização da filosofia de S. Tomás. Na elaboração do manual analisado, percebemos algumas referências e usos de filósofos mais

modernos na perspectiva da escolástica e bem menos rigorosos, tais como Kleutigen¹⁹, Sanseverino²⁰ e Liberatore²¹.

Essa perspectiva, no entanto, não se tratava de lançar à questão tomista aspectos doutrinários ligados a outras correntes, o que notadamente mostrava-se inviável.

Trata-se, na verdade, de descobrir, na própria síntese tomista, através de um constante e diuturno diálogo com o pensamento moderno e contemporâneo, aspectos novos de verdade, aspectos estes, ainda não pensados, nem refletidos, de modo explícito, possibilitando, desta forma, ao pensamento tradicional, um crescimento orgânico e harmônico, ao mesmo tempo que, colocando-o em idêntico nível de outras correntes do pensamento moderno e contemporâneo os quais pretendem, em nível de inteligibilidade radical, dar respostas adequadas aos mais angustiantes problemas do homem moderno (CAMPOS, 1998, p. 19).

Conforme o mesmo autor, essa corrente seguiu-se na Europa por meio da Escola de Louvain na Bélgica e na Escola de Milão.

Assumido pelos pensadores que lhe demonstravam atenção, o tomismo tradicional não deveria ser repetido ou renovado radicalmente tendo em vista as questões do pensamento moderno. Diferente disso. Este seria a forma de pensamento sempre presente e atuante, no que se refere a dar sentido e consistência filosófica ao fim que se busca: a verdade.

“Finalmente, cabe notar que o tomismo é um pensamento rico em vitalidade” (CAMPOS, 1998, p. 20). Caso contrário, poderia apresentar-se diante dos pesquisadores e admiradores sem vida e sem vigor. Algo que não ocorreu, pois boa parte do pensamento brasileiro do século XIX foi permeado por essa filosofia e, além disso, continuou manifestando-se animado e sólido no quadro histórico cultural brasileiro.

¹⁹ **Joseph Kleutgen** (1811-1883), alemão, um dos alicerces da renovação filosófica cristã na Alemanha.

²⁰ **Caetano Sanseverino** (1811-1865), sacerdote napolitano, integrante da renovação filosófica, junto com Liberatore puseram as bases do movimento restaurador.

²¹ **Mateus Liberatore** (1810-1892), jesuíta, professor do Colégio de Nápoles, integrante da renovação filosófica, junto com Sanseverino puseram as bases do movimento restaurador.

3 UMA ESCOLA, DUAS IDEIAS: O COMPORTAMENTO TRADICIONAL E A BUSCA POR IDEIAS NOVAS NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

O governo obtivera dos religiosos de São Bento que lhe fornecessem um salão e mais dependências para abrigar a nascente instituição de ensino do Direito. A princípio, o curso jurídico se conservou no estreito âmbito que os religiosos lhe puderam ceder; mais tarde, teve necessidade de instar com os mesmos para que lhe fossem permitindo estender as suas aulas, que, afinal vieram a ocupar todo o primeiro andar (BEVILAQUA, 2012, p.35).

O curso jurídico de Olinda nascera em 15 de maio de 1828, onde foi inicialmente instalado no mosteiro de São Bento. Os religiosos cederam ao governo uma sala provisória e inadequada para o encetamento do curso. Eram ofertadas as disciplinas de Direito Natural, Análise da Constituição e Direito das Gentes e Diplomacia. Funcionou neste espaço, em Olinda, por 22 anos até ser levada para a Cidade do Recife já nos moldes de Faculdade.

Após a mudança, foi instalado na Rua do Hospício em um local que ainda não oferecia condições adequadas para seu pleno funcionamento. Segundo Silva (2015, p. 3) “se as condições físicas não mudaram, a produção intelectual mudou, é a partir de 1854, que a Faculdade de Direito do Recife torna-se o centro de irradiação do pensamento do norte”. Dos bacharéis formados em 1854, 51 eram do Norte e só 03 do Sudeste. Com seu futuro ascendente e não somente fazendo elevar a história intelectual do Recife, tornou-se a forja de preparação para o destino cultural do norte, área que atualmente compreende a região nordeste.

Intelectuais como Tobias Barreto e Sílvio Romero, sergipanos, Clóvis Bevilacqua, cearense, os irmãos Tarquínio Bráulio de Souza, Brás Florentino Henrique de Souza e José Soriano de Souza, paraibanos e Martins Junior, um pernambucano, são apenas alguns dos que formaram um aglutinado de pensadores de distintas regiões do país naquela instituição.

De acordo com Ferreira (1977), a destinação histórica da faculdade era transmitir-se intacta e enriquecida as novas gerações. “Enriquecida pelo saber, intacta no seu culto de defesa da lei e da Constituição, moralizada pelo empenho da realização da justiça social.” (p. 7). O que se queria era que os alunos que por ela passassem, engrandessem-na mesmo fora dela, conservando seu espírito de

cultura, de saber e, sobretudo, de moral, pois até certo ponto de sua existência os estudos jurídicos tinham muita influência da igreja.

Isso nos permite destacar ~~as palavras de~~ Ferreira (1977), o qual nos informa que,

A grandeza intelectual e moral da faculdade, que tem crescido sempre no lento correr dos tempos, está sobretudo no seu feitio humanista. Tomou em toda sua vida, mais a feição de universidade, com a visão globalizante e transformadora do seu meio, do que a atitude formalista de uma redução ao formalismo da prática forense. Nisto constitui a sua grandeza. Formou, sem sultos, filósofos, poetas, economistas, sociólogos, ensaístas, políticos e estadistas, agitadores de idéias que abalaram a sociedade, no aceleração do progresso e no bloqueio ou desaceleração da rotina (p. 6).

As identidades que foram conferidas nessas instituições correspondem às estruturas formais que nelas são apresentadas, seja na ordem natural ou na razão. Isso implica refletir sobre o significado de estar em um curso jurídico naquele período. E, além disso, entender que os alunos diante do processo de formação construiriam “um caminho que aos poucos desestrutura a ordem patriarcal e leva esses sujeitos a ocuparem outros espaços” (SILVA, 2015, p. 4). O das ideias tradicionais ou das novas ideias, por exemplo.

O pouco da significativa história que esta instituição tem dentro do quadro cultural brasileiro foi por nós levantada simplesmente no sentido de contextualizar a movimentada relação intelectual entre José Soriano de Souza e Tobias Barreto de Menezes. Ambos fizeram da faculdade o palco principal para processar suas mais significativas ideias de cunho filosófico e jurídico.

3.1 Os frutos salutareos do tradicional modo de pensar de José Soriano de Souza

Os estudos acerca do tradicionalismo ingressaram recentemente numa fase que equivale, segundo suponho, à percepção adequada de sua feição real (PAIM, 1999, p. 70).

É fato que foi gerada uma movimentação em torno dessa tendência e que produziu um aglomerado de adeptos. O que estamos buscando aqui é estudar o tradicionalismo constante nas ideias de José Soriano de Souza. Entendemos por

tradicional sua posição católica/tomista em torno dos estudos filosóficos que desenvolveu. Seus compêndios, em geral, seguem essa doutrina, o que o caracteriza como um intelectual de linha de pensamento tradicional. Adicionemos aqui seu afeto ao catolicismo, bandeira levantada pelo autor em todas as partes do seu compêndio.

A linha tradicional sob a qual seus escritos são elaborados aparece nos conceitos ditos “fundamentais” que formam todo o conteúdo da obra. No compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* sua atitude é definida quando ele prima pela reflexão sobre *naturalismo*²² e *sobrenaturalismo*²³ levando em consideração que esta é a questão debatida na sociedade moderna, onde a razão humana criando-se independente buscou desconstruir questões já estabelecidas de ordem política, moral e intelectual permeadas pelo tradicionalismo religioso.

Na ordem política, sua reflexão busca demonstrar que as ações de ordem natural/naturalista relegavam a influência do sobrenatural nas instituições sociais. Assim, José Soriano afirma que para essa corrente

O poder deve nascer da vontade do maior numero, não precisa laxelo descer do céu; a lei deve ser redigida como se não houvesse Deos, ou em outros termos, deve ser atheista; o Estado deve separar-se da Igreja; o Rei o deve ser por graça do povo, e não por graça de Deos. Eis aqui a synthese do naturalismo político. D'aqui as lutas intentadas contra o Poder em nome da liberdade, e a dos Poderes da terra contra o Poder divino, e como consequencia natural a falta de respeito e amor á Pessoa sagrada dos Imperantes, os ungidos do Senhor. Então o Estado não é mais como uma grande família, nem ós subditos como filhos, nem os monarcas como pais. Quando a intelligencia duvida da autoridade, ou a reputa um producto seu, o coração interiormente nega-lhe respeito (SOUZA, 1871, p. 6).

A linha sob a qual ele pensava a questão da Igreja e Estado era de agregação. A igreja, segundo Souza (1871), sendo uma sociedade independente

²² Segundo JAPIASSU e MARCONDES (2001, p. 137), naturalismo é uma concepção filosófica que não admite a existência de nada que seja exterior à natureza, reduzindo a realidade ao mundo natural e a nossa experiência deste. O naturalismo recusa, portanto, qualquer elemento sobrenatural ou princípio transcendente. Mesmo a moral deveria basear-se nos princípios que regem a natureza, tomados como fundamentos das regras e preceitos de conduta.

²³ Segundo JAPIASSU e MARCONDES (2001, p. 177), sobrenaturalismo, que não pertence ao mundo natural, que não está de acordo com as leis da natureza, que está fora do alcance da experiência humana. Realidade divina, misteriosa. Os teólogos cristãos distinguem o sobrenatural preternatural, a ação de Deus intervindo miraculosamente no curso natural das coisas, e o sobrenatural essencial caracterizando a essência das coisas divinas (por exemplo, a graça).

não pode ser uma parte do estado, mas pode coexistir com ele no mesmo território como sociedade distinta e independente.

Na ordem moral, o conceito de maior enfoque ao longo do conteúdo do compêndio, é tratado tomando como base o posicionamento da razão natural e sobrenatural.

Na ordem moral o que vemos? A razão proclamando uma moral independente. Independente de quem e de que? De Deos, e de sua divina sanção. Deixem-nos obrar pelo nosso livre arbítrio; eis aqui o primeiro postulado da moral atheista. Com taes princípios não é maravilha o estado actual dos costumes, a relaxação das maximas, a demasiada liberdade de manifestar os pensamentos, a redução do direito ao facto material consumado, a conversão da autoridade na somma dos numeros e forças inateriaes, o egoismo nos corações, e enfim esse detestavel cynismo com que na sociedade se sustentão as mais falsas e perniciosas doutrinas (SOUZA, 1871, p. 6).

Ou seja, a questão moral por meio da razão humana afastava ou ligeiramente anulava o laço divino que pudesse existir nisso e que era a grande revelação defendida pelos tradicionais.

Na ordem intellectual a luta é propriamente entre a razão e a fé, a philosophia e a revelação. Pretende a razão, sem respeito a Deos, ser o arbitro unico do verdadeiro e do falso, do bem e do mal; ser a lei para si propria, e sufficiente por suas forças naturaes para alcançar o bem dos homens e dos povos. Declara-se fonte de todas as verdades religiosas (Ibid., p. 6).

Para Macedo (1997) a conclusão dessa longa denúncia da cultura moderna é que a filosofia deve estar subordinada a religião, como se elas fossem *duas irmãs imortais* procedentes de uma mesma fonte.

Sobre a liberdade, temática muito abordada nas reflexões políticas e culturais no século XIX no Brasil, o posicionamento de José Soriano “não é liberal no plano da liberdade de consciência, a qual nega, como também a liberdade de imprensa, mas ao menos o direito divino dos reis é afastado, embora sem considerá-lo falso”. Ele “não é um liberal católico como Gonçalves de Magalhães²⁴, assim como também não é um ultramontano histórico tal como José Maria Correia Sá e

²⁴ **Domingos José Gonçalves de Magalhães** nasceu no dia 13 de agosto de 1811 no Rio de Janeiro. Foi poeta e professor do Imperial Colégio Pedro II. Publicou os ensaios de filosofia *A Alma e o Cérebro* (1876) e *Comentários e Pensamentos* (1880). Faleceu em 10 de Julho de 1882.

Benevides²⁵ e Frei Firmino de Centelhas²⁶” (MACEDO, 1997, p. 172). Foi possível perceber, na sua filosofia, sobretudo na filosofia ligada ao direito, sua admiração às conquistas positivas do liberalismo, embora não esconda seu ponto de vista de condenação à fonte inspiradora deles.

Ainda sobre a liberdade, na perspectiva teórica, suas reflexões são tomistas. Não poderia ser diferente, principalmente quando se carrega em suas teses a consciência do valor das questões. “Este ponto é cardeal em toda a philosophia, já que sobre elle gira a ordem moral, politica e religiosa” (SOUZA, 1871, p. 313). Se assim não fosse, segundo o autor, pouco importaria ser o bem distinto do mal, de nada valeria as leis e os concelhos, os prêmios e os castigos, se a liberdade não for para a vontade, o que a razão é para a inteligência. Ou seja, o processo sob o qual a vontade vai querer simples e necessariamente o bem universal desejado por si mesmo.

A doutrina exposta é a de São Tomás: a liberdade é uma propriedade da vontade, é a propriedade de escolher meios para um fim. A vontade é determinada quanto ao bem universal, e por isso é livre quanto aos bens particulares. Não só o bem absoluto é querido necessariamente, mas também os bens imediatos conexos, como a existência, a própria conservação e o conhecimento da verdade. A vontade é necessitada quanto a estes bens. Daí derivam os tipos de liberdade: necessidade extrínseca ou liberdade de coação ou espontaneidade: necessidade intrínseca: liberdade de necessidade ou de querer, ou livre-arbítrio. Esse livre-arbítrio, de querer e não querer, divide-se em de contradição e de contrariedade. Exemplo de contradição: querer e não querer; de contrariedade, optar entre o bem e o mal (MACEDO, 1997, p. 173).

Toda essa questão é permeada pelo valor da liberdade de necessidade intrínseca que, quando verdadeiramente livre, está isenta de qualquer influência externa. O valor disso é colocado sob o crivo de cinco questões: 1º, a razão; 2º, a consciência psicológica e moral; 3º, toda a ordem moral; 4º, o consenso comum de todos os povos e 5º, os próprios atos dos que negam a liberdade.

‘Razão’ significa a vontade como faculdade ligada ao entendimento de querer algo bem proposto pela inteligência. “Mas, os bens particulares não podem

²⁵ **José Maria Correia de Sá e Benevides** nasceu em 7 de junho de 1833 no Rio de Janeiro. Foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, onde lecionou as disciplinas Direito Romano e Direito Natural. Autor dos compêndios Elementos de Filosofia do Direito Privado (1884) e Filosofia Elementar do Direito Público Interno, Temporal e Universal (1887).

²⁶ **Frei Firmino de Centelhas**, espanhol, professor do Seminário de São Paulo, autor do Compêndio de Filosofia Católico-Racional (1864).

determinar necessariamente a vontade, porque esse poder, como ficou provado, é privilegio do bem universal: logo a vontade é livre em escolher entre os bens particulares” (SOUZA, 1871, p. 317). A ‘consciência psicológica e moral’ nada mais é do que a evidência da liberdade enquanto faculdade de fazer escolhas. Acerca de toda a ordem moral, sugere a própria liberdade, aquela desde que moralmente nos dirija diante da necessidade. ‘O consenso comum’ é a existência da liberdade em torno de todos os povos, “e que significa esse *commun accord*, senão o sentimento também *commun* de que o homem é livre” (SOUZA, 1871, p. 318). Por fim, em ‘os próprios atos dos que negam a liberdade’ a reflexão gira em torno do questionamento: o que argumentar sobre a liberdade do homem? Conforme Macedo (1997), se o homem é determinado, nada pode mudá-lo. Uma vez que isso é tentado, não se está julgando-o livre? “Por consequência aqueles mesmos que negão a liberdade, a provão com sua linguagem e seus actos” (SOUZA, 1871, p. 318).

De todas as doutrinas abordadas, a que seria capaz de dar a razão intrínseca do fato da liberdade humana é de ascendência escolástica-tomista. Isto é, a vontade não pode querer sem os motivos do bem e do mal e que estes são razões suficientes do ato da vontade, tais motivos implicam

Um juízo previo do entendimento; respeitarem os filhos os seus pais, é um bem conhecido pelo entendimento, que logo forma este juízo : os filhos devem respeitar a seus pais. Aqui temos um juízo puramente especulativo e universal; mas o bem que a vontade deve prosseguir e o mal que deve evitar, como particulares que são, formula-os o entendimento de modo particular e pratico, como é a circunstancia em que se acha a vontade; e neste presupposto aquelle juízo seria formulado pelo entendimento assim : neste caso devo respeitar a meu pai. O juízo pratico é que é o verdadeiro determinante da vontade no acto de querer ou não querer, e a razão intrínseca da liberdade. Por consequência esta consiste na indiferença do juízo pratico, isto é, em o entendimento poder ou não formar os juízos praticos que versão sempre sobre bens particulares, os quaes sendo relativos podem ser bens por um lado e máos por outro (SOUZA, 1871, p. 318).

O entendimento, conhecendo esses bens, passa a julgá-los não somente de um modo, pois os atos da vontade são sempre acompanhados de atos correspondentes do entendimento e conservam-se livres enquanto o entendimento sustenta a indiferença que pronuncia o último juízo práctico.

A densidade sob a qual José Soriano assenta sua fundamentação para a liberdade faz contraste com os posicionamentos acerca desta temática dos seus contemporâneos, talvez, segundo Macedo (1997) por faltar no seu ânimo intelectual a fé secular do liberalismo na liberdade. Por isso a aproximação da razão e seu esforço em admitir a liberdade. Sendo essa questão um dogma católico, para José Soriano era justo analisá-la a nível racional.

Como lente da Faculdade de Direito do Recife, diante do declínio da influência espiritualista na filosofia, inicia-se a reação católica, com José Soriano entre os intelectuais dessa levantada, cujos compêndios já eram elaborados segundo os princípios e o método de São Tomás de Aquino. Para Antonio Paim,

Até o ano de sua morte, 1895, propugnou o professor da Faculdade de Direito do Recife pela formação de uma corrente neotomista no País, sem entretanto lograr nem mesmo que os pensadores católicos formassem sob a nova bandeira. Mais ou menos no mesmo período, o reitor do Seminário Episcopal de Pernambuco, o sacerdote italiano Gregório Lapparoni, difundia as doutrinas de Rosmini, com o apoio do próprio Bispo de Pernambuco, D. Cardoso Aires (1997, p. 76).

O resultado disso foi que a reação católica acabou não criando raízes acentuadas e não se perpetuou. As condições favoráveis a isso só surgiram tempos depois sob a face do neotomismo que buscava unificar o pensamento católico no âmbito internacional. A influência que chegou a alcançar juntou membros da Escola do Recife que acompanharam e contribuíram para sua evolução.

O sistema simétrico e contrário ao liberalismo que José Soriano buscou edificar é digno de apreciação por conta da sua coerência. O cuidado da elaboração e a fidelidade, as posições que o caracterizava, fazem seu pensamento tomar expressões mais nítidas. Se não teve seguidores, como o tomismo imperial, ao menos despertou em muitos a apreciação pela forma como manteve seu tradicional pensamento em meio ao bando de ideias novas liderado por Tobias Barreto. Talvez seu principal crítico que revolucionou a instituição da qual era lente.

3.2 “O BANDO DE IDEIAS NOVAS”: as novidades da liderança intelectual de Tobias Barreto

Estabeleceu-se uma opinião comum entre os estudiosos do Segundo Império, qual seja colocar o clímax daquela sociedade em torno de 1868. Até esta data, apesar da turbulência inicial, o regime e seu

embasamento ideológico recebem a adesão da ampla maioria da elite brasileira [...] quando por força das exigências da campanha o imperador julgou-se obrigado a usar seus poderes extraordinários e forçar uma câmara liberal a aceitar um governo conservador [...] Este ultrapassa os seus objetivos político-institucionais e transforma-se em um processo de contestação global à cultura do Segundo Reinado (MACEDO, 1997. p. 181).

O surto de ideias novas fez com que a mocidade desse período recusasse a monarquia, bem como seus suportes teóricos, a religião e o espiritualismo. Os estudos dos quais se apropriaram são aqueles que refutam a questão da monarquia. Autores como A. Comte, Stuart Mill, Darwin e Strauss, serão a pedra fundamental do natural materialismo que por esse período se estendeu contra a tradição católica e monárquica identificadas.

A liderança intelectual protagonizada por Tobias Barreto se estendeu pelo âmbito da poesia, política, crítica religiosa, científica, filosófica, educação e direito. Sua personalidade multifacetada nos permite elencar alguns dos seus mais significativos influenciados, a saber: Sílvia Romero, Clóvis Beviláqua, Graça Aranha, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa e Farias Brito. Esses são apenas alguns daqueles que, como o próprio Tobias, surgiram para o quadro cultural brasileiro como importantes, não com o mesmo valor que o mestre, mas com suma importância acerca das temáticas de que tratavam.

De origem humilde, Tobias Barreto, ao encabeçar a corrente conhecida como Escola do Recife, manteve sua posição de defesa das ideias materialistas. “Um materialismo no qual não era possível perceber uma direção política bem definida, mas que abrigava todas as posições anticlericais e de críticas ao catolicismo” que no Brasil do século XIX foi difundido por aqueles que julgavam “estar descobrindo os novos rumos da humanidade, com o firme convencimento de serem os verdadeiros “missionários” do século da ciência.” (NASCIMENTO, 1999, p. 155). A questão de Tobias, nesse sentido, é não repetir as filosofias e os filósofos desse período. Seu espírito se animava em discutir e criticar tais pensadores e suas filosofias, não por mero capricho, mas por estar convencido que suas bases não produziam melhores frutos.

O surto de ideias novas teve como escopo

A emancipação política e o direito a liberdade, num quadro que apontava à necessidade de modernizar o liberalismo brasileiro, ou

melhor, na opinião deles, de instaurar, verdadeiramente, um Estado liberal. Para viabilizar essa luta, eles apontavam um processo de transformações que vinha acontecendo na sociedade brasileira. Com isso, conseguiram um grande movimento de agitação e propaganda que incomodava o poder religioso e temporal instruído, principalmente no decênio que vai de 1868 a 1878, auge da efervescência da Escola do Recife, no ambiente da Faculdade de Direito (NASCIMENTO, 1999, p. 156).

Essa busca lançou o conjunto de ideias que pregava o grau de importância no que se refere ao debate estabelecido nas duas últimas décadas do século XIX em todo o país, quando o acesso às reformas sociais se daria por via da reforma do pensamento. É preciso lembrar que da Faculdade de Direito do Recife, como a de São Paulo, saíam os agentes políticos e administrativos aptos ao governo da nação, ou seja, a elite dirigente. A presença dessa parte da população nessas instituições não significava a aceitação somente delas. O próprio Tobias Barreto é um exemplo disso, pois era de origem humilde.

Dentro de todo esse quadro cultural, o intelectual sergipano conseguiu, como afirma Macedo (1997), responder aos desafios das novas circunstâncias ao edificar uma doutrina que, além de atender a seu projeto pessoal, atendeu também aos anseios da sua geração de fundamentar a questão do direito em bases modernas. Sua ideia de filosofia também segue essa linha quando demonstra tendências evolucionistas, monistas, cientificamente tratadas sob a égide das novas ideias.

Sobre uma base historicista de tipo evolucionista, haurida em Darwin, mas à qual não devem ser alheias reminiscências de Cousin e de Hegel, professa a mutabilidade da natureza e da sociedade. E, para explicar esta, introduz a distinção entre natureza e cultura, que se desenvolveriam pela luta incessante. Esse seu culturalismo é pensado em nível filosófico, é uma esfera ontológica do real. Esse real é de um só tipo (monismo) e evolui continuamente pela luta e pela seleção. Na natureza atua a seleção natural e a lei da causalidade mecânica. Na sociedade atua a seleção artificial ou a sociedade é um sistema de forças que atuam contra a própria força ou luta pela vida. Isto porque nela age a vontade como princípio seletor (MACEDO, 1997, p. 190-191).

É na sociedade que ocorre a atuação do homem como ser superior e contrário a qualquer tipo de pura animalidade, ou seja, conforme o próprio Tobias Barreto (1977), trata-se, em síntese, de um ser que se prende, que se doma a si

mesmo. “Todos os deveres éticos e jurídicos, todas as regras da vida acomodam-se a esta medida, que é a única exata para conferir ao homem o seu legítimo valor” (BARRETO, 1977, p. 50).

Suas reflexões que levantaram a questão da sociedade correspondem a parcela de sua obra que se colocou a refutar a ideia positivista de física social, isto é, “a hipótese de uma disciplina dedicada ao estudo da sociedade” (PAIM, 1997, p. 53). Ao seguir pressupostos iguais aos da física newtoniana conforme o entendimento que se tinha na época acerca desta ciência, “que se supunha achar-se-ia centrado na indução” (PAIM, 1997, p. 53).

O caminho para alcançar tal objetivo vai ser trilhado levando em consideração que não era possível existir uma ciência da sociedade considerada como uma totalidade e nem uma ciência da natureza, mas estudos científicos de fenômenos físicos, químicos ou biológicos. Assim, temos que poderiam ser estudados pela ciência apenas certos segmentos da atividade social. Quando identificamos, na obra de José Soriano, considerações acerca de liberdade e finalidade, pensamos seu esforço de desviar a subordinação da sociedade dos moldes positivistas de análise. Ao estabelecermos esse olhar, nos deparamos com a forma circunscrita da esfera de investigação por ele pensada: a cultura, considerada sob ângulo filosófico como o culturalismo de Tobias Barreto, assim divulgado.

As afirmações acerca dessa cultura correspondem, sobretudo, a como ela caracteriza-se em uma força erguida para humanizar a busca pela vida. Eliminar anormalidades se constitui como uma forma consciente da vida social, que é a verdadeira vida do homem, uma vez organizado em sociedade como forma de sobrevivência. Desta forma, a sociedade é um sistema de regras e normas que não fica limitado ao mundo da ação, mas chega até os domínios do pensamento.

Antonio Paim demonstra que Tobias Barreto

Não só propugnou pela abordagem da cultura de um ponto de vista filosófico, como a considerou numa relação superadora da natureza, – e portanto dialética – ainda que não o formulasse com clareza. O fundador da Escola do Recife chegou igualmente a compreender que a investigação dessa esfera privilegiada facultava-nos o acesso ao ser do homem e permite-nos fazer afirmativas de validade ontológica, embora não tenha indicado expressamente, no seu empenho de restaurar a metafísica, que essa restauração abrangeria a ontologia (1997, p. 54).

Suas lucubrações adquirem esse caráter quando buscam mostrar que o homem tem capacidade de realizar um plano por ele mesmo traçado com o intuito de atingir algo que ele mesmo se propôs, sendo que os deveres éticos, jurídicos e as regras da própria vida juntam-se nesta medida com o fim de conferir ao homem seu legítimo valor. Desta maneira, utilizando as ideias modernas, o intelectual sergipano pensou o processo geral da cultura que consistia em gastar o homem da natureza e adaptá-lo a sociedade. Seu culturalismo desponta como categoria interpretadora da sociedade e do homem.

Estava posto então o cerne da questão de Tobias Barreto, bem como do bando de ideias novas. As estruturas que a formavam buscavam ver o homem não como o último de seus termos, mas a sociedade acima deste, isso em uma perspectiva evolucionista, opondo-se ao conservadorismo espiritualista. Essa opção da qual fez uso foi o caminho utilizado para as reflexões filosóficas. Opção coerente, levando em consideração sua defesa do livre-pensar.

Nesse contexto de buscar compreender traços do pensamento e da filosofia de Tobias Barreto, não podemos deixar de destacar sua aversão à filosofia religiosa. Por mais que isso esteja implicitamente disposto nos seus discursos sobre outras temáticas, é de se considerar que o filósofo é um pensador do século XIX e, neste período, muitas das questões que se refletiam tinham base na religiosidade. Assim, a marca permanente de suas reflexões e das polêmicas que sustentou dispõem-se na antipatia que nutriu quando se colocava diante da luta da fé contra a razão.

Ele sustentou que, por meio da observação, nos era dada as balizas tanto para o mundo material, como para o mundo espiritual, “E que também só é cognoscível a coisa que existe antes mesmo de ser conhecida, posto que sob a sua ótica o conhecimento seria não uma representação, mas sim uma criação da coisa que se conhece” (NASCIMENTO, 1999, p. 166). A ciência não renunciaria a filosofia, conquanto, era impossível abandoná-la pelo fato dos religiosos terem dela se apropriado. A religião a antecede, mas não lhe toma a última análise.

A questão colocada acerca disso é que deve o filósofo não estar sujeito a ser um simples comentador, antes deve se esforçar para construir uma análise filosófica independente de dogmas ou tradições. O próprio Tobias Barreto (1997) chamou isso de extravagância, mas uma extravagância cheia de lógica e sinceridade.

Destarte, “o filósofo que se propõe estudar e desenvolver os princípios religiosos, à luz da razão, como se diz, e independente de qualquer consideração de crenças comuns” (BARRETO, 1977, p. 126), já se diferencia e muito do que era mais comum nesse período. Isto foi chamado por ele de “árvores” de frutas velhas que reproduzem matérias passadas.

A proposta era desenvolver com os dados da filosofia o complexo de verdades essenciais à religião e tornar, por assim dizer, mais vivas e brilhantes as lâmpadas que iluminam o sacrário das humanas crenças. Por esta razão, concluiu Tobias Barreto que nenhum homem tem por direito tentar impor suas crenças ao próximo, como fazia os tradicionalistas.

Este pressuposto diz respeito ao modo de como a instrução era processada nas instituições de ensino secundário nos oitocentos. Neste período, o uso dos manuais de ensino atendia tanto os assuntos da educação, como os da religiosidade. Seguia-se a lógica de que era frequente a presença dos “tradicionais” nas bases que regulavam o ensino.

Por sustentar seu pensamento filosófico em sua fé e transpor isso ao seu compêndio, Tobias Barreto apreciou com desdém a obra de José Soriano, tornando-os grandes desafetos. Talvez por uma prática específica dos seus respectivos espaço e tempo ou ainda por terem concorrido ao mesmo concurso, onde defenderam posicionamentos filosóficos distintos para o curso de Filosofia Racional e Moral do Ginásio Provincial Pernambucano. Ao nosso limitado entendimento, não cabe tentarmos afirmar, com palavras acintosas, as ações que permearam o desprezo mútuo entre ambos os intelectuais. Cabe-nos apenas tentar dialogar, seguindo uma dinâmica historiográfica, com os vestígios deixados tanto por José Soriano de Souza como por Tobias Barreto, na tentativa de recuperar algo tão significativo quanto à complexidade que permeou o século em que viveram. Passamos a seguir refletindo sobre ambos e suas respectivas discordâncias filosóficas.

3.3 LENTE CONTRA LENTE: a conturbada divergência filosófica entre José Soriano de Souza e Tobias Barreto

No Brasil, na segunda metade do século XIX, as questões religiosas vieram a desenvolver o interesse pela chamada filosofia da igreja, da qual se destacou como “filósofo católico” na cidade do Recife, José Soriano de Souza (1833-1895).

Contemporânea às questões religiosas, segundo Cruz Costa, ocorreu em meados do século XIX a primeira grande transformação na história da inteligência brasileira. Foi naquele momento “que ressoou a polifonia de novas correntes de idéias no Brasil e, a mais importante delas, o positivismo” (1964, p. 9). Essas transformações de ideias abriria espaço para Tobias Barreto, autor das obras *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica* (1875), *Estudos Alemães* (1882), *Questões Vigentes de Filosofia e Direito* (1888), dentre outras. Da sua devoção à cultura alemã Tobias Barretos ainda publicou em Escada, cidade onde residia, em língua germânica o jornal *Deutscher Kaempfer*, como bem afirma Cruz Costa (1964, p. 12), “escrito, composto e, talvez, só por ele lido”.

Silvio Romero (1888) nos demonstrou que, a partir do século XVIII, Portugal deixou de ser o mestre dos nossos pensamentos. Passamos, então, a nos interessar com o que ocorria no mundo. Diante do contexto, olharíamos com bons olhos para a França que, segundo Bastos, “o século XIX pode ser considerado como um século de francofonia por excelência, onde a nossa cultura absorveu tudo ou quase tudo o que se produzia na França.” (2008, p. 42). Mas, além da França, também buscaríamos na Inglaterra e Alemanha contribuições literárias, sobretudo filosóficas.

Na obra *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*, José Soriano demonstrou que a “máxima [...] necessidade de nossos tempos, é a restauração da metaphysica christã, fundada por S. Thomaz no maravilhoso accordo das duas luzes do espirito humano, a razão e a fé” (1871, p. 10). Um apontamento claro da filosofia empregada por ele na elaboração do seu manual. Seu compêndio traz em suas entrelinhas, como base principal, referências às obras de Liberatore, Sanseverino e Kleutgen. Escolásticos modernos que, se tratando da interpretação do pensamento antigo, melhor o fizeram e apresentaram as mais significativas contribuições para sua reabilitação.

As referências feitas por José Soriano às obras destes autores, segundo Campos (1998), dariam um sentido da neo escolástica a sua obra. Acerca disso, verifica-se a necessidade de renovação nos estudos das obras de S. Tomás de Aquino, no qual

A data inaugural desse novo ciclo da presença de Santo Tomás é assinalada, no plano intelectual, pela encíclica *Aeterni Patris* (1879), que iria balizar, de certa maneira, o curso do pensamento filosófico-teológico católico até o Concílio Vaticano II. Foi, sem dúvida, obedecendo às diretrizes dessa célebre Encíclica e ao seu intento programático que se formou e fortaleceu na Igreja o movimento de idéias e de ensinamento conhecido como *neo-escolástica*. Não é o caso de se evocar aqui o que foi a *neo-escolástica* na vida intelectual da Igreja na primeira metade do século, nem lembrar a sua vigorosa sobrevivência pelo menos até o último Concílio. Interessa-nos sobretudo assinalar que foi no seio da *neo-escolástica* que se formou o chamado *tomismo* na sua versão moderna, e foi sob sua égide que, ao ser erigida como referência normativa do *tomismo*, a obra filosófica-teológica de Tomás de Aquino compareceu na cultura do século XX (Vaz, 2002, p. 246).

Esse diálogo com as novas culturas, de certa forma bem tímido, fomentado pelo próprio clero, foi uma tentativa de salvaguardar a validade do pensamento de S. Tomás. Essa estratégia, por parte da Igreja, reconhecia e acolhia algumas conquistas da modernidade. A marca dessa tendência encontra-se na Encíclica *Aeterni Patris* de 1879. Quando seu autor, o Pontífice Leão XIII, destaca a necessidade de restauração da filosofia cristã segundo a doutrina de S. Tomás. Conforme Vaz (2002), isso era a tentativa de aumentar e enriquecer aquilo que é antigo com o que se tem de mais novo. Assim, a neoescolástica “cumpria em primeiro lugar, em força da sua própria razão de ser, apresentar-se como uma filosofia viva e com todos os títulos de legitimidade exigidos pela cultura moderna” (p. 246).

Mas, no entanto, ao analisarmos de forma mais detalhada, ainda segundo Campos (1998), não conseguiremos identificar sua preocupação no que diz respeito à renovação da filosofia de S. Tomás, assim como se preocuparam outros neoescolásticos. O filósofo tomista deleita-se sobre a linha tradicional do tomismo, assim como afirmou em seu prefácio quanto à necessidade de restaurar a metafísica cristã sob a luz da razão e da fé.

Ardoroso defensor do Tomismo e empenhado em restaurar a relação da razão e fé por meio da doutrina de S. Tomás, José Soriano e sua obra recebeu as mais duras críticas daquele que já era, na época, um intelectual influente e professor da Faculdade de Direito de Recife e que veio também a se tornar seu principal oponente, Tobias Barreto. No período em que eram predominantes as ideias positivistas, Tobias Barreto considerava irrelevante propor a questão do

relacionamento entre fé e razão, como bem fizera José Soriano em sua obra *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. Para Tobias Barreto, segundo Campos (1998, p. 47), “o que se deveria colocar, qual temática central do próprio filosofar, era o problema da essência e limites da filosofia e não a questão, tipicamente medieval, do relacionamento, entre razão e fé”.

As referências de obras dos neoescolásticos, bem como a doutrina de S. Tomás contidas em seu compêndio, lhe renderam, pelas mãos de Tobias Barreto, alguns comentários, como o presente na obra *Estudos de Filosofia* que o autor dedica um capítulo inteiro a falar de José Soriano e sua “filosofia da igreja”.

O Sr. Dr. J. Soriano de Sousa tem uma pretensão opiniática incoercível: reagir contra o século e esbo-fetear a civilização moderna [...] Ele julga prestar com os seus livros um certo serviço à causa da Igreja [...] Não basta escrever um, dois, três livros para conquistar o título de escritor. Não basta vir atualmente afirmar, por exemplo, que o tomismo é a verdadeira, a única filosofia, para ser considerado um espírito distinto [...] Não basta, em uma palavra, lançar na circulação meia dúzia de idéias velhas, desenterradas do jazigo secular, para se merecer a nomeada de homem instruído [...] O ilustre doutor é assaz ingênuo. Ainda julga que a sociedade moderna é teatro das velhas contendas entre a razão e a fé [...] O Dr. Soriano está muitíssimo atrasado. Pressente-se que o seu livro é uma repetição de matéria velha e inaproveitável (BARRETO 1977, p. 248, 251, 252).

Em 1867, ocorreu o primeiro encontro entre ambos os intelectuais no Ginásio Provincial Pernambucano que, segundo Luiz Antônio Barreto, foi “o estudante contra o mestre, é o jovem formando seu espírito, de um lado, e um professor experiente, médico e doutor pela Universidade de Louvain, na Bélgica, que exercia forte influência sobre professores e estudantes e jornalistas, do outro.” (1994, p. 9).

Após esse fato, a relação fé e razão, ou José Soriano *tradicionalista* e Tobias Barreto *moderno*, criou um clima de intensa hostilidade entre as duas famílias. Na obra *Depoimentos*, publicada em 1978 pela Secretaria de Educação e Cultura de Aracaju, contém a transcrição de algumas cartas e depoimentos do intelectual. Dentre estas, consta a carta endereçada ao Sr. Carvalho Lima onde Tobias Barreto faz um comentário do concurso para a cadeira de Filosofia do Gymnasio Pernambucano em que concorreu com José Soriano.

Não sei a que outro motivo, se não à superioridade do meu contendor, deva eu atribuir o não ter sido nomeado. A não ser essa a razão, só posso explicar o fato por infelicidade minha.

Em outubro de 1867 concorri à cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano com o Dr. José Soriano de Souza. Não obstante de ir eu em primeiro lugar, fui preterido por este doutor, alegando-se como razão de preferência, o ele ser casado e eu solteiro (BARRETO, 1978, p. 16).

A partir deste episódio, extensos foram os textos do intelectual sergipano ao ocupante tomista da cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano.

Sem esconder sua preferência pela religião, sobretudo à doutrina católica, José Soriano a todo o momento faz referência a sua crença e o que espera para os estudantes.

Jovens estudantes de philosophia, em vossas lucubrações tende sempre presente que a religião se não cria talentos, desenvolve e tempera os que a natureza dá. A religião salvou a civilização da barbaria, e creou as sciencias nas nações christãs; só ella pôde pois nos conservar na civilização. A religião interessará sempre a intelligencia e ao coração humano, porque tem com o homem inteiro, com suas faculdades iutellectuaes e sensíveis, com seus deveres, até com suas paixões, com o seu destino presente e futuro a mais intima e universal relação. Só a ella compete dizer a ultima palavra sobre o principio e o fim do homem, questão maxima da philosophia, assim como sobre os meios de attingir a aquelle fim; e a philosophia que não quizer ser inimiga do homem, deve esforçar-se por conduzi-lo directamente ao seu destino. (SOUZA, 1871, p. 18).

Seu alto ideal filosófico já pode ser percebido na lição preambular de sua obra, quando ele demonstra direcionar seus estudos a partir da filosofia cristã, mesmo mostrando o outro lado, neste caso a filosofia racional. Estudo ao qual o autor vai classificar como naturalismo e sobrenaturalismo. Apresentando ambas as partes, são evidentes a cada ponto suas características de seguidor do pensamento de S. Tomás de Aquino, ao defender e gravitar intensamente sua espiritualidade. Ainda sobre a relação fé e razão, comenta José Soriano que,

Na ordem intellectual a luta é propriamente entre a razão e a fé, a philosophia e a revelação. Pretende a razão, sem respeito a Deos, ser o arbitro unico do verdadeiro e do falso, do bem e do mal; ser a lei para si propria, e sufficiente por suas forças naturaes para alcançar o bem dos homens e dos povos. Declara-se fonte de todas as verdades religiosas, e consequentemente a regra soberana pela qual o homem pôde e deve procurar o conhecimento de todas as

verdades. Ousa declarar por inimiga a fé de Jesus Christo, e como inutil, e até nociva a revelação. Emfim, a philosophia, producto dessa razão, proclama que nem pôde nem deve submeter-se a autoridade alguma (SOUZA 1871, p. 6).

José Soriano, ao escrever sobre determinado assunto, aponta que a razão humana e a religião, bem como a filosofia e a revelação, são provenientes da razão divina. Uma vez que, sendo estas consideradas, pelo autor, fruto de uma ação do próprio Deus, seria então a religião um pensamento divino, verdade eterna, invariável e perpetua e a filosofia pensamento humano, ou seja, “o pensamento humano, instrumento da philosophia, e a fé instrumento da religião são dons de Deos” (SOUZA, 1871, p. 7). Mas, nem mesmo diante de tal conclusão, se coloca o intelectual tomista a igualar religião e filosofia. Ainda que considerando terem saído ambas das “dadivosas mãos de Deos autor de todo ser” (SOUZA, 1871, p. 8).

Fato que, nos questionamentos norteados pela razão e dirigidos por Tobias Barreto, representava o atraso da filosofia. Nas próprias palavras do intelectual, teria José Soriano desenterrado uma matéria velha para mais uma vez repeti-la sem que houvesse alguma espécie de aproveitamento. Isto porque, no meio do triunfo geral da “ciência moderna, que chegou a transformar a própria religião, até no que ela tem de mais íntimo e profundo, o seu conceito, a sua ideia [...] o nosso filósofo se esforça por fazer a árvore seca da Idade Média reflorir e frutificar. Essa época morreu” (BARRETO, 1977, p. 252-253).

Adepto da “reflexão filosófica” e do “livre-pensar”, Tobias Barreto defendeu a ideia de que, por meio da observação, estaríamos aptos a visualizar as possibilidades do mundo material e as do mundo espiritual. É sob a luz dessas ideias que podemos pensar a contrariedade de Tobias quanto à filosofia religiosa.

Religião natural é uma palavra sem sentido, como são muitas outras empregadas pela escola espiritualista. Pergunto – ou a religião seja um simples estado transitório, ou seja o perene resultado de uma faculdade psíquica – o que há de certo e incontestável é que ela precedeu à filosofia, e, como tal, é um antecedente histórico, de que se não pode fazer abstração, com o fim de mostrar que a razão humana é capaz de estabelecer, por si só, os mesmos princípios em que assentam, mais ou menos, todas as religiões. E se a filosofia, vindo depois delas, encontra o espírito humano invadido e impregnado de crenças, é uma tentativa improfícua e malograda querer racionalizar os dogmas religiosos, como assuntos especulativos, pois que, em última análise, a filosofia, nesta parte

não fica sendo mais que um comentário, uma explanação palavrosa da dogmática positiva (BARRETO, 1977, p. 125-126).

Fomentar e edificar no Brasil um pensamento científico, assim como buscavam os engenheiros e militares, que erguiam a bandeira do positivismo, foi seu grande desejo. Contudo, para Tobias Barreto, segundo Nascimento (1999, p. 169) “era fundamental que se constituísse um tipo de cientificismo que não prescindisse da filosofia”. Embalado por esses ideais, o intelectual não só “produziu uma massa crítica como também contribuiu para evitar que o cientificismo ganhasse características totalizantes e eliminasse as possibilidades de pluralismo” (NASCIMENTO, 1999, p. 169).

No período em que as ideias positivistas fortemente faziam-se presentes e eram opostas ao campo filosófico habitado por José Soriano, ou seja, o da metafísica cristã, buscou o intelectual continuar a viver sua espiritualidade religiosa, mesmo, segundo Guimarães, “percebendo a ameaça aos seus intentos de difusão do espírito especulativo advindo da Europa e cada um procurou o caminho que lhe parecia mais viável ao seu enfrentamento, a partir das próprias fontes europeias.” (2014, p. 39). Diante de tal contexto, José Soriano faz de seus conhecimentos escolásticos, ou da renovação tomista, o caminho mais seguro para manutenção da vida espiritual e religiosa, bem como da salvação. Estimulado por sua crença, continuou a ensinar e a publicar compêndios de filosofia sob forte característica do pensamento de S. Tomás de Aquino.

Aquiles Guimarães (2014) comenta que os compêndios de José Soriano foram “lançados às trevas” pelo preconceito arrogante e ignorância que se valeu a análise positivista ao criticá-los. O mesmo autor ainda comenta que os referidos compêndios,

[...] estão a serviço da preservação da metafísica tomista. Mas é por isso que eles representam a primeira tentativa lúcida de exposição de um pensamento metafísico e doutrinário que serviria como base de sustentação dos argumentos contra o superficialismo cientificista que começava a dominar a cultura brasileira e iria prolongar-se até às primeiras décadas do século XX (2014, p. 39).

Na segunda parte de seu compêndio, José Soriano bem demonstra as questões concernentes a *Metaphysica* que, de acordo com ele, “A divisão da

metaphysica sahe da natureza de seu objecto, o qual, como já vimos, é o ente incorporeo por sua propria natureza ou por precisão do espirito.” (SOUZA 1871, p. 122). Neste contexto, este filósofo propôs, então, dividir os estudos da metafísica em Ontologia, Psicologia e Teologia natural. O que, na visão de Tobias Barreto, era inadmissível incluir a Ontologia no curso de filosofia racional e moral, por se tratar, no seu entendimento, de uma “velha futilidade”, que diante do contexto em que se encontrava as questões filosóficas, a perspectiva de inclui-la não faria nenhum sentido, nem mesmo carregaria em si valor algum.

Assim, como demonstrou Nascimento (1999, p. 166), “a clareza que se fazia necessária ao mundo passaria necessariamente pela pesquisa filosófica”, fato este que, aos olhos de Tobias Barreto, as lições de filosofia de José Soriano eram desprovidas deste requisito. Diante disso, ele reivindicou, então, pelo caráter científico não existente na obra de José Soriano, ao relatar que,

[...] o que deturpa essencialmente o volume do ilustre doutor é a falta absoluta de espírito científico. A sua filosofia tem um propósito firme: desprezar, como indignos de atenção, os achados da ciência moderna, máxime os que podem contrariar a teologia escolástica. Nota-se este fenômeno: o Dr. Soriano é um médico e está portanto habilitado para esclarecer o estudo do homem com os dados de outros estudos (BARRETO, 1977, p. 258).

O filho de “Hipócrates”, José Soriano, como foi chamado por Tobias Barreto, não demonstrava em seus escritos sua outra formação, em medicina. Fato que se tornou, nos apontamentos de Tobias sobre seu oponente filósofo, motivo de muitas críticas. Não queria o filósofo tomista graças com as ciências médicas, quando lançava-se sobre elas fazia com desdém, guardou suas forças para debruçar-se sobre sua tão aclamada *Summa Theológica*. Ao analisar tal aspecto, considerou Tobias Barreto que a filosofia conduzida por um médico deveria se mostrar “menos pobre, menos frívola e estéril do que a vemos nas mãos do nobre doutor” (BARRETO, 1977, p. 260).

Analisar sobre o seu espírito e a sua tendência dominante foi à dinâmica adotada por Tobias Barreto ao apreciar a obra *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. Para ele, o fato de José Soriano não ser muito simpático e, além disso, “conviver com o credo no seu discurso e diariamente assistir a missa fazia do seu compêndio algo sem vida, que não encerra uma só coisa aproveitável”

(BARRETO, 1977, p. 275). Afirmar o autor, referindo-se a obra do então filósofo tomista. Diante de todas essas conclusões, Tobias Barreto finaliza o capítulo acrescentando ainda que José Soriano e sua obra nada acrescentaram ao cofre literário brasileiro e que, segundo ele, ainda era muito vazio.

A filosofia escolástica ou tomista, voltando-se para as causas da ciência e civilização e, sobretudo, prestando seus serviços formou, no pensar de José Soriano (1871), os maiores gênios dos tempos modernos. Diante de tal afirmativa, ao voltarmos a olhar para o compêndio, percebemos seus princípios, suas definições, proporções e demonstrações, além de refutações que lhe fazem. Listadas tais características, “eis o método escolastico, cuja perfeição é insuperavel, e que procuramos seguir n'aquelle livro” (SOUZA, 1871, p. 15). A concisão do material, José Soriano lança o olhar dos doutos que fizeram a leitura deste, mas, de antemão, aponta algumas considerações que, de todas as observações, as que não poderiam ser contestadas eram as que se referem aos pontos do programa de ensino de filosofia. Estas, segundo o autor, foram tratadas pela genuína e verdadeira doutrina dos grandes mestres. Comparadas essas doutrinas com as dos mestres filósofos dos tempos modernos, possibilitaria, ao jovem estudante, tornar-se bom conhecedor de ambas as correntes filosóficas, a antiga e a moderna, segundo José Soriano (1871).

Tratando-se do campo filosófico brasileiro, é importante ressaltar aqui a rica e sólida cultura filosófica que ambos os intelectuais possuíam e que foram deixadas como contributo ao capital cultural brasileiro. De um lado o *tradicionalista*, defensor das doutrinas escolásticas e principal vulto do pensamento tomista no Brasil. Do outro, o *moderno*, principal representante brasileiro das ideias alemãs. Outra ressalva importante e que cabe ser recapitulada é que não tivemos por objetivo lançar um dos intelectuais aqui tratados a frente do outro. Pelo contrário, buscamos simplesmente compreender algumas facetas de uma dinâmica muito mais complexa. Assim como nos lembra Marc Bloch, “como historiadores trabalhamos com a ciência dos homens, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: dos homens, no tempo. O historiador não apenas pensa humano.” (2002, p. 55). Entendemos que ambos os intelectuais tratados nesta seção são homens do seu tempo, preocupados com as relações ou causas dos seus respectivos espaço e tempo. De maneira natural, sabemos que o tempo passa e se modifica junto com seus eventos, mas os agentes históricos ficam e se perpetuam.

Por meio das reflexões filosóficas de Tobias Barreto, segundo Nascimento (1999), seus contemporâneos, ao apreciá-lo, sempre se dividiam em duas posições. Na primeira ficavam aqueles que, apaixonadamente, ao renunciarem seu senso crítico, apoiavam as ideias modernas do filósofo. Já na segunda, habitavam aqueles que, por não concordarem com suas reflexões filosóficas, agrupavam-se em espécie de adversários por conta das posições de indignação demonstradas. Desestruturar o mundo ao qual lançava o adjetivo de velho estava dentro do projeto de Tobias. Ação que logo percebemos em suas críticas, as quais foram chamadas por ele de *matérias velhas*, contidas no compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* utilizado para as aulas de Filosofia no Ginásio Provincial de Pernambuco.

José Soriano de Souza, como bem demonstrou Campos (1998), foi um pensador sincero que defendeu suas posições com clareza e plena consciência. Com suas qualidades pessoais aliadas a sua formação na Europa, mesmo não produzindo uma obra original no ponto de vista de Tobias Barreto, possuía uma cultura filosófica bastante significativa tendo em vista o ambiente cultural brasileiro de sua época. O embasamento teórico/filosófico ao qual conhecia e utilizou influenciou diretamente sua vasta obra literária, jurídica, política, filosófica e religiosa. A soma de todos esses aspectos relacionados ao intelectual tomista, professor da cadeira de filosofia do Ginásio Pernambucano, bem com à Tobias Barreto, lente catedrática da Faculdade de Direito do Recife, lhes garantem indiscutivelmente um lugar de destaque no contexto histórico cultural brasileiro dos oitocentos.

Ao finalizar esta parte, passaremos a terceira seção onde daremos início às reflexões acerca do compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. Não que isto já não tenha sido iniciado nos textos anteriores, pelo contrário, nesta parte buscaremos trazer algumas características particulares da obra. Em outras palavras, trabalharemos somente com ela, analisando-a de forma crítica, embasada pelos referenciais teórico-metodológicos estabelecidos inicialmente. Isso nos possibilitará mostrar as particularidades do compêndio em conformidade com os campos de estudo abordados neste trabalho.

4 O COMPÊNDIO “LIÇÕES DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR RACIONAL E MORAL”

Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem (CHOPPIN, 2002, p. 13).

O que nos chama a atenção nessa nota de Alain Choppin é a representatividade do manual escolar para o historiador. O compêndio que analisamos nos despertou o interesse por alguns aspectos já destacados pelo pesquisador. Quando visualizamos seu conteúdo, nos perguntamos para que perfil de aluno este foi elaborado. Quando destacamos seu formato, nos questionamos sobre seu método de elaboração e, ainda, quando concebemos sua publicação, sondamos sobre sua circulação. “É fascinante - até mesmo inquietante - constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual” (CHOPPIN, 2002, p. 13). Mas não é exatamente isso que nos move a ali pesquisá-lo?

Em 1871, a Livraria Acadêmica João Walfredo de Medeiros – também conhecida como J. Walfredo de Medeiros – publicou o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. Um compêndio que, *a priori*, foi destinado aos alunos do ensino secundário do *Gymnasio Permanbucano*, também serviria aos leitores comuns, assim como foi destacado por seu próprio autor. Por leitores comuns entendemos serem aqueles que fizeram uso do compêndio citado fora do espaço ginasial.

Quando é efetivamente acessível, os manuais constituem-se como um conjunto de conceitos científicos homogêneos capaz de perdurar por um bom período e, ainda, ser facilmente afastado dos assim chamados por Choppin (2002, p. 15) “subconjuntos coerentes” que podem ser as disciplinas, a editora e o período. É possível explorá-los seguindo esse plano de pesquisa, pois,

Direcionando seu olhar aos manuais, o historiador pode, assim, observar, a longo prazo, a aparição e as transformações de uma noção científica, as inflexões de um método pedagógico ou as representações de um comportamento social; pode, igualmente, colocar sua atenção sobre as evoluções materiais (papel, formato,

ilustração, paginação, tipografia, etc.) que caracterizam os livros destinados às classes (CHOPPIN, 2002, p. 15).

São essas características específicas que nos fazem lançar o olhar ao produto cultural que ele é e, além disso, podemos encará-lo como um poderoso e preciso indicador de atividades educacionais em determinado espaço e tempo.

No que se refere ao método seguido na produção de seu compêndio, José Soriano diz que o mesmo está baseado no escolástico. A “forma menos rigorosa” que deu a seu compêndio possui “divisões exactas, o estado da questão a discutir, princípios formulados, definições precisas, proposições contendo sumariamente a matéria de cada tratado, demonstrações rigorosas da verdade das proposições, refutação completa das objecções que se lhe podem fazer.” (SOUZA, 1871, p. 15). Dada essas lucubrações do autor, é importante destacar que com sua obra não pretendia somente descrever a imagem de um quadro social, mas, sobretudo, transformá-la. O manual em si carrega a característica de purificação, onde o espaço escolar é o corpo, o manual é o guia e os alunos são os responsáveis pela propagação de tais conceitos.

Além disso, os manuais ainda

[...] são instrumentos de poder: se orientam a espíritos jovens, por sua vez manipuláveis e pouco críticos. Podem ser reproduzidos em grande número e difundidos em todo o território de um país. Fixando por escrito o conteúdo educativo, garantem, frente à palavra do professor, uma certa ortodoxia. Sua eficácia procede também da lenta impregnação que permite sua utilização frequente, prolongada, repetida. Constituem assim poderosas ferramentas de unificação – até de uniformização – nacional, linguística, cultural e ideológica. O poder político se vê forçado a controlar de forma estreita e até a orientar em seu proveito, a concepção e o uso dos livros de texto (Choppin, 2008, p. 12-13).

Constituem assim, essas ditas obras, mecanismos indispensáveis para a instrução educativa, um precioso indicador de força. E, ainda, estabelecem, em um determinado momento e sociedade, os múltiplos atores do sistema educativo. Haja vista que o nível de liberdade que tem seus autores e quem os utiliza varia consideravelmente de território para território.

4.1 1871: da edição à utilização

No Brasil, o livro veio a estabelecer-se como um elemento fundamental para a educação, formação cultural e moral no século XIX. Nos primeiros anos daquele século, a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro impulsionou uma série de mudanças na então colônia. Dentre esses ajustes, no dia 18 de maio de 1808 fora criada a Imprensa Régia do Rio de Janeiro, a casa impressora oficial. A partir do decreto foi possível exercer a publicação frequente de obras, além de abrir espaço para o comércio de livros sem a necessidade de importação de outros países. No entanto, segundo Ferreira (2000, p. 1-2) “manteve-se ainda um controle formal, uma censura prévia, com censores régios do Desembargo do Paço exercendo suas funções sobre todos os escritos importados, traduzidos ou produzidos no Brasil”.

A Revolução do Porto em 1820 acrescentou para a publicação e circulação de obras certa liberdade de imprensa no ano seguinte ao da revolução, 1821. Naquele ano, quando foi adotada nas Cortes lusas, refletiu também no território brasileiro.

A presença de comerciantes portugueses que entre outros produtos vendiam livros nas casas comerciais do Rio de Janeiro já era então significativa. Misturavam secos e molhados, livros, calendários, baralhos, ungüentos e outros produtos em suas casas comerciais. Estes “tratantes de livros”, como eram chamados então, só tinham um competidor importante: os livreiros franceses que viram no mercado brasileiro um importante e promissor terreno a ser explorado (FERREIRA, 2000, p. 2).

Todos esses aspectos que impulsionaram o uso comum do livro em terras brasileiras só encontrou barreira em um dado preocupante: o índice de analfabetismo. Parecia preocupante, mas ao mesmo tempo mostrava-se promissor, pois com o significativo surgimento de livrarias, gráficas e editoras, esse leitor distante logo seria atingido, onde “posteriormente, sobretudo por intermédio de um serviço de transporte regular de vapores entre o Rio de Janeiro e todas as províncias marítimas do Brasil, já no ano de 1839” (FERREIRA, 2000, p. 2).

Diante deste quadro geral, Pernambuco, já destacada como uma das principais províncias imperiais, também passou a destacar-se, segundo Galvão (2005, p. 4), como “um dos principais centros impressores do país”. Tal

característica, somada a preocupação dos que eram responsáveis pela organização e bom andamento da instrução pública, fortaleceu a ideia de instauração de bases legais para avaliação e, conseqüentemente, aprovação ou não, a depender da idoneidade do manual e se este seria utilizado nas instituições de ensino.

Galvão (2005) apresenta alguns dados sobre essa questão no texto *A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista*.

Já em 1825, nas Instruções dadas pela Diretoria das Escolas de Ensino Mútuo, determinava-se que “nenhum livro, quaderno, compendio, ou papel poderá fazer objecto de lições, ou ser introduzido para uso da Escola se não forem aprovados pela Directoria das mesmas Escolas debaixo das ordens do governo” (APEJE: IP 1, 1825, p.3). Alguns anos mais tarde, em 1833, os estatutos do liceu provincial também recomendavam, em seu artigo 4o., que “Os compendios pelos quaes se ensinarão as materias do Licêo, serão aqueles, que a Congregação do Licêo aprovar.” (APEJE: IP 1, 1833, p.103v). Já na lei no. 30, de junho de 1836, embora fosse livre a qualquer pessoa organizar compêndios, eles só poderiam ser utilizados nas aulas de primeiras letras da província se fossem “competentemente autorizados” pelo governo. Não parecia haver, nesse momento, uma instância governamental específica que fosse responsável pelo julgamento e aprovação dos livros. No caso de livros que contivessem matérias de ensino religioso, a avaliação seria precedida pela aprovação do Prelado Diocesano (Pernambuco, 1836, p.41). Aos poucos, na medida em que a escola vai-se configurando como uma instituição propriamente dita, esse controle parece ganhar contornos mais sofisticados. A partir das Instruções Regulamentares de 25 de outubro de 1837 (Pernambuco, 1837), os compêndios passam a ser julgados e aprovados pela Congregação do Liceu Provincial que funcionava, até a criação da Diretoria Geral da Instrução Pública, como a instituição normatizadora da instrução na província. Posteriormente, após o parecer da Congregação, o livro seria levado à Assembleia Provincial para que fosse definitivamente aprovado (p. 2).

Assim, temos que, incontestavelmente, segundo Tambara (2002, p. 48) “uma obra didática dependia em muito da aprovação de diversos conselhos, normalmente específicos para cada província que, ao recomendarem ou não determinado texto, condenavam-no ao sucesso ou insucesso”.

Sendo o governo provincial um dos principais, se não o principal, consumidor deste tipo de material, é fato a iminência de seu poder nesta dinâmica de análise que culminava na circulação de determinados textos. Conforme Tambara, essa questão é justificada com “o reduzido número de obras didáticas destinadas à escola elementar nas diversas editoras no século passado. Assim como era

reduzido o número de autores didáticos eram incontáveis o número de edições de muitas delas.” (2002, p. 48).

Tendo como base a ideia de autor-conselho, entendemos que o autor preocupava-se antes em literalmente seguir aquilo que foi estabelecido pelo governo da educação. Seguindo oficialmente esse pré-requisito, os autores submetiam-se aos editores, aqueles responsáveis pela possível circulação de seus exemplares. Essa ordem iniciava-se com a aceitação de sua obra para publicação e encerrava-se com a transformação deste material em um produto voltada a leitura, educação e, sobretudo, a cultura.

Essa ideia de perfil de autores, modos de publicação e, principalmente, preocupação em atender o curso de transformação do país, alimentando a instrução com o que de mais atual pudesse contribuir nos é demonstrado por Bitencourt (2004) que, de acordo com esta autora,

Considerando o período entre 1810 e 1910, pode-se verificar uma mudança do perfil dos autores. Um primeiro grupo iniciou sua produção a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil, e suas obras foram produzidas pela Impressão Régia, mas podemos identificar uma primeira “geração” a partir de 1827, autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, apenas esboçando algumas contribuições para o ensino de “primeiras letras”. Uma segunda “geração” começou a se delinear em torno dos anos 1880, quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, gerando discussões sobre a necessidade da disseminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando e reformulando o conceito de “cidadão brasileiro”, criando-se uma literatura que, sem abandonar o secundário, dedicaram-se à constituição do saber da escola elementar (p. 480).

“Por José Soriano de Souza. Doutor em Medicina, Cavalleiro da Ordem de S. Gregorio Magno, Professor de Philosophia no Gymanasio Provincial de Pernambuco” (Folha de rosto de Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral). Eis a breve apresentação do autor mencionada na folha de rosto de seu compêndio.

A ressalva fica por conta da não menção ao título de Doutor *Honoris Causa* obtido por José Soriano ao concluir seus estudos de Filosofia na Universidade de Louvain. Indicativo notório de uma dinâmica frequente do período. Uma vez que as elites figuravam em sua maioria os quadros intelectuais do império, a relação de autores desse tipo de material com o corpo responsável por organizar a instrução

escolar era de grande proximidade. Não somente porque tais autores seguiam programas de elaboração pré-estabelecidos por essas frentes, “mas porque estavam “no lugar” onde este mesmo saber era produzido.” Além disso, era com o “poder educacional institucionalmente organizado” que era estabelecido os primeiros contatos acerca desta temática. (BITENCOURT, 2004, p. 481).

Sendo submetido a todo o processo necessário para que o material pudesse circular e tendo obtido êxito em todas as etapas, isso não garantiria, mesmo que parcialmente, a circulação do manual escolar. Autores e editores tiveram que desenvolver estratégias que pudessem colaborar com essa demanda. O resultado disso foi a presença de compêndios como o de José Soriano em bibliotecas escolares, gabinetes de leitura e acervos pessoais de leitores atentos ao que se publicava no período. Segundo Galvão,

Além de trazer conhecimentos úteis, que contribuíssem para a formação moral e religiosa da criança, de ser estruturado didaticamente, outros fatores, que não dizem respeito à estrutura interna da obra, pareciam decisivos [...] seu preço e as estratégias de distribuição realizadas por seus autores e editores (2005, p. 13).

Chegando a esse último aspecto, o de transformação em mercadoria, a obra necessitava ser lançada as mãos dos que estavam à frente da organização da instrução provincial, assim como ocorria com os meios que estivessem à disposição dos responsáveis pela sua divulgação.

No caso do manual de ensino aqui analisado, é preciso destacar alguns aspectos. O concurso prestado por José Soriano para ingresso na instituição de ensino secundário pernambucana data do ano de 1867, sendo que o manual de sua autoria, utilizado em suas aulas, foi publicado somente em 1871, ou seja, quatro anos após ter sido nomeado titular da cadeira da disciplina de filosofia da instituição. Diante disso, temos que, anterior ao período da publicação, o professor José Soriano tenha utilizado um manual de origem francesa, seguindo o curso de uma tendência comum neste período. Com a publicação do seu compêndio, depois de submetido aos conselhos de análise, o mesmo passa a integrar os títulos de manuais de ensino do ginásio. A cargo do autor e, sobretudo, da editora, ficou o objetivo de propagá-lo por todo o território, onde o objetivo maior, entendemos ser, o de integrá-lo ao quadro de manuais de ensino de outra instituição nas demais províncias. Uma informação que nos seria de grande validade, mas que infelizmente

não se tem. Uma vez que grande parte da obra de seu autor encontra-se perdida, informações das obras que sobreviveram são raras.

Observar a tendência de enriquecer os compêndios escolares com questões da moral não foi esquecido por José Soriano ao elaborar seu manual. Ademais, acerca deste mesmo assunto, foi bem mais afundo ao formatar as bases para o Curso Elementar Filosófico. A moral e suas questões são abordadas em vários pontos do compêndio, afinal, o aluno do bom raciocínio é o mesmo que procurou sempre ter a “moral” norteando suas ações. Prerrogativa fomentada pelo autor e que passaremos adiante a refletir.

4.2 O Curso Elementar de Philosophia segundo José Soriano de Souza

Encetando um curso elementar de Philosophia, é natural que antes de estudar em particular os pontos dessa sciencia, occupemo-nos do que de mais geral se póde dizer sobre ella. Adstrictos a esse dictame da razão, tomaremos para assumpto da lição de hoje a natureza, e existencia da Philosophia, o seu objecto, a sua primazia e utilidade a respeito das outras sciencias, e finalmente a sua divisão e por qual de suas partes havemos de começar o seu estudo (SOUZA, 1871, p. 21).

Quis José Soriano de Souza não tomar do seu objeto o que não lhe pertence, nem mesmo deixar de abrangê-lo em toda sua extensão real. Em tempos de correntes filosóficas distintas, enquanto uma repelia revelações divinas e advertências religiosas, a outra ouvia essas lições e ainda trilhava por esses os seus caminhos. Em conformidade com esse contexto, ele buscou evitar que os alunos saíssem das lições tão às escuras como entraram. Isso lhe exigiu elaborar o compêndio em formato de lições, ou como bem chamou o próprio autor, em *estyllo commum*. A intenção de empregar esse formato mais usual ao compêndio foi justificada com a preocupação de facilitar a leitura ao maior número de pessoas e, consequentemente, a produção de maiores bens. Eis o motivo pelo qual o material foi escrito desta forma, “nas quaes todavia não foi esquecido o raciocínio” (SOUZA, 1871, p. 14).

Raciocinar, talvez o principal objetivo a ser alcançado pelo autor com a escrita e dissimulação de seu texto, foi levado em consideração logo no início do compêndio com a proposta de abrir seus estudos filosóficos com a Lógica “por ser ella racional” e, ainda ensinar a “discorrer com ordem na investigação das cousas;

logo deve ella preceder a todas as outras partes da Philosophia” (SOUZA, 1871, p. 29).

“O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções” (CHOPPIN, 2002, p. 13). Ele não só efetiva-se na escrita da realidade material, como tem uma significativa parcela de contribuição no seu contexto. Seu perfil de detentor de conteúdos educacionais o faz um exímio transmissor de saberes para a geração de jovens estudantes de uma determinada área e de um determinado momento que possam ser julgados como imprescindíveis ao bom funcionamento de uma sociedade. Na qualidade de objeto fabricado, distribuído e, principalmente, “consumido”, os limites técnicos naturais do seu contexto não o lançavam ao privilégio de neutralidade, pelo contrário, ele é figura presente nesse mecanismo e “participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material” (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Como já explanado anteriormente, os compêndios de ensino eram elaborados seguindo o plano previsto nos Estatutos reformados da Universidade de Coimbra de 1772. O sucesso da sua “realização material” estava justamente no critério de elaboração pautado nesses estatutos. O autor do material aqui analisado claramente seguiu esse plano e, mais do que a preocupação de iniciar seus estudos com a lógica, por estar essa matéria prevista no estatuto, explorou-a como mecanismo de definições, divisões e conclusões.

Com effeito, a definição é obra da razão, que a forma, assignando o genero e a differença de uma cousa, considerando o gênero como commum, e a differença como propria; forma a divisão quando separa idealmente partes de um todo no qual realmente estão unidas; infere conclusões dispondo os juízos com ordem. A ordenação dos actos da razão é portanto o objecto formal da logica, e o seu fim é por aquelle meio attingir a verdade e evitar o erro (SOUZA, 1871, p. 33).

Para chegar ao conhecimento da verdade seria necessário ordenar os atos da razão. É este o objeto formal da lógica, onde o raciocínio constitui-se como o instrumento geral de saber. Era possível, para José Soriano, seus alunos de forma natural e espontânea ordenar seus conceitos, no entanto, para que pudesse proceder daquele modo, ou seja, de raciocínio reto, de “raciocinar com rectidão”, era preciso proporcionar-lhes tal ensino: a lógica.

“Ora, que sciencia será mais util ao espirito humano do que aquella que o habitua a ordenar os seus actos com raciocínios regulares?” (SOUZA, 1871, p. 35). Lógica? Além disso. O próprio raciocinar é um instrumento presente em todas as ciências. Pensamos, neste ponto, estar o autor preocupado em preparar seus alunos para o estudo das demais matérias, uma vez que o homem moral, segundo a linha filosófica sob a qual esse compêndio foi escrito e buscava formar, era o indivíduo preocupado em buscar a verdade. Mesmo estando ele exposto ao erro com aparência de verdade, bem como com a vontade do bem que lhe aparecera como espécie de mal.

Distinguir essa dualidade de situações, verdade do erro e bem do mal, quando exposto as mesmas, exigiria despir seus sedutores adornos com o bom raciocinar que é resultado das leis de argumento legítimo. Princípio ensinado nesta matéria e muito útil para as demais e suas respectivas lições.

Nos chama atenção ainda, nas lições referentes à lógica, os escritos sobre o método de transmissão dos conhecimentos adquiridos. Aliás, desta matéria, as lições sobre método são as últimas e, nesse ponto, concordamos com Choppin (2002, p. 14), quando afirma que os manuais são instrumentos pedagógicos “na medida em que propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores”. A ressalva a ser feita é que, mesmo estando dentro do escopo de conteúdos destinados ao estudo da lógica, a parte referente ao método de fato alonga-se a todas as matérias e lições da obra. Assim, “uma vez obtida a sciencia, tem o homem a necessidade quasi natural de transmitti-la aos seus semelhantes com quem vive em sociedade” (SOUZA, 1871, p. 109). Foi a partir desse princípio que derivou a noção de método de José Soriano para com os leitores de seu compêndio.

“O processo pelo qual obtemos com facilidade e segurança a sciencia e transmittimo-la aos outros” (SOUZA, 1871, p. 109). Se formos tentar definir método tomando como base o compêndio, esse é o trecho que melhor define. Em se tratando dessa dinâmica de transmissão de conhecimento, consideremos compêndios escolares como meios de propagação de ideias. Como todo caminho/método necessita de um princípio, um termo, um curso, aquele pensado por José Soriano para alcançar a ciência também tinha os seus: “o ponto de partida,

o caminho a percorrer e o fim ou termo onde queremos chegar” (SOUZA, 1871, p. 109).

Segundo Choppin (2002), a elaboração de um manual não é somente um ato pedagógico. Como mecanismo de ensino/aprendizagem toma para si o compromisso entre preocupações e imperativos, sejam de naturezas didática, pedagógica, técnica e, sobretudo, metodológica.

Assim destacou José Soriano,

Com effeito, assim como nas viagens materiaes, se não sairmos do verdadeiro ponto de partida, e seguirmos o caminho conveniente, não chegaremos com facilidade e acerto ao lugar que procuramos; assim tambem no methodo, especie de viagem intellectual, se não tomarmos o verdadeiro ponto de partida e o caminho adequado, não obteremos a sciencia (1871, p. 109).

Era a real importância, o verdadeiro ponto de partida, o método, sobretudo filosófico. Pois o curso de sua responsabilidade era o filosófico racional e moral.

Para José Soriano, a ciência era o fim de todas as investigações do espírito humano, onde naturalmente está o ser destinado a adquiri-lo. Mas, para isso, era fundamental que isso ocorresse “pouco a pouco, mediante a observação, trabalhos e esforços” (SOUZA, 1871, p. 109), sendo necessário, para a consolidação desse ato, certos meios ou instrumentos.

Levando em consideração seu compêndio, meio pelo qual José Soriano buscou guiar o aprendizado de seus alunos, acentuamos suas considerações acerca da *Psychologia* apontada como a ciência do espírito. A opção de destacar tal matéria não ocorreu de maneira aleatória nem por ser esta a de maior extensão do manual, mas por ser a psicologia indispensável a todas as outras disciplinas presentes no compêndio.

Diante da conclusão de que o conhecimento das operações da alma é obtido por meio da observação dos fatos psicológicos, José Soriano destaca que

Do dito naturalmente se infere que o verdadeiro methodo da sciencia'd'ama é o da observação reunido ao raciocínio, é a união da analyse e da synthese, ou é o methodo, analytico-synthetico. É principio racional incontroverso que a operação de ente mostra necessariamente a natureza de seu ser. Allumiada por esse principio, e tomando por ponto de partida a observação das operações d'alma, póde então a razão, caminhando sobre terreno firme, ir dessas operações, ao conhecimento das faculdades d'alma que as

produzem, destas ao de sua essencia, e do de sua essencia ao de sua origem e destino final (SOUZA, 1871, p. 192).

Basear o estudo da psicologia nas faculdades da alma e encará-lo de uma forma geral, indagando o que vem a ser uma faculdade, como conhecê-las e distingui-las, além de como classificá-las, revelava-se como a teoria completa dos estudos psicológicos. E, sendo assim, esta se tornava a principal disciplina no plano de conduzir bem o espírito dos alunos.

A questão da moral, temática de frequente debate na dinâmica imperial brasileira, não só intitula o compêndio de José Soriano, como também é uma das suas partes mais importante. Para os estudos acerca dessa matéria, o autor regressa a psicologia e relembra que as potencias específicas do homem são o entendimento que é o mesmo que verdadeiro/verdade e a vontade, o mesmo que o bem, pois o “homem só é o que deve ser, quando essas duas faculdades são dirigidas de modo a atingirem aos seus respectivos objetos” (SOUZA, 1871, p. 411).

Temos que a filosofia colocava o espírito dos alunos na direção do entendimento e conhecimento da verdade onde, por meio da moral, “sciencia que ensina a ordenar os actos livres do homem” (SOUZA, 1871, p. 412). Esse era encaminhado aos seus devidos fins. Para José Soriano, a moral não só ajudava a ordenar os atos livres dos homens, ela era também a ciência que tratava da retidão nas ações humanas, era a “sciencia da rectidão moral” (SOUZA, 1871, p. 412).

Dissemos que a moral é uma scienda. E orno efeito não se lhe pôde recusar esta dignidade, visto que ella está baseada em princípios tão certos como são os da metaphysica. Acaso os princípios metaphysicos uma cousa não pôde ser, e não ser ao mesmo tempo; toda cousa é ou não é — serão mais certos e evidentes que os princípios mo-raes — deve-se fazer o bem, e evitar o mal; deve-se observar a ordem; deve-se dar — a cada um o que é seu? Ora, é desses e outros princípios semelhantes em certeza e dignidade, que a moral parte para demonstrar as suas conclusões. Logo nada lhe falta para ser uma verdadeira sciencia.

Mas como não permanece na pura contemplação desses princípios, mas os applica ás acções humanas, para d'ahi deduzir verdades utilíssimas á vida do homem; e como tambem não trata daquellas acções consideradas em si, mas sim sob o respeito de sua rectidão, ou da conformidade das mesmas com o bem do homem, segue-se que a moral é uma sciencia eminentemente pratica (SOUZA, 1871, p. 412).

Fica explícito, desta forma, que as ações humanas são o real objeto material da moral e que elas têm participação decisiva na ação reta, ou seja, o bem do homem.

Em conformidade com o que foi destacado do compêndio, lembra-nos Choppin (2002) que

Além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção (p. 14).

Desta forma, têm os manuais uma participação importante no que diz respeito ao processo de socialização e, até mesmo, de doutrinação dos jovens estudantes.

Retornando a Sócrates em seus estudos filosóficos acerca da natureza moral do homem e dos meios de bem viver e apropriando-se das afirmações de Cícero sobre o supracitado filósofo grego a respeito da filosofia moral introduzida nas cidades e famílias a fim de se estudar os costumes, vida moral, o bem e, o mal, nasce, do entender de José Soriano, uma moral que estende ao meio social. Ou seja, o aluno, ao integrar-se ao meio social, constitui-se como um espelho à medida que propaga seu senso moral, seja em costumes ou ensinamentos.

Util ao homem considerado como individuo, a moral não o é menos ao homem socialmente considerado. De feito, o homem não exercita as suas acções na solidão, nem tem sómente deveres para consigo; pelo contrario naturalmente vive em sociedade; por isso lhe é indispensavel conhecer como ha de dirigir suas acções relativamente aos seus semelhantes. Por esse modo a moral se torna util á vida social (SOUZA, 1871, p. 414).

À vista disso, a moral tinha um sobressalto ainda maior quando comparada as demais ciências, algumas destacadas pelo próprio autor, como direito político, direito civil e a jurisprudência que, ao basearem-se na moral recebem vida. Portanto, “é da moral que todo direito positivo deve tirar a sua regra; por ella se devem aferir as leis particulares de todos os povos; e aquellas que não têm ahi o seu assento, longe de serem verdadeiras leis, são corrupções da lei” (SOUZA, 1871, p. 414).

Segundo Choppin (2002), os manuais não só pretendem descrever a sociedade, mas transformá-la. Mediante a apresentação da mesma, limitada e deformada, constituía-se uma espécie de modelo de purificação. Pensamos isso, ainda segundo Choppin (2002, p. 22) “por razões de ordem pedagógica, à esquematização, chegando até a inexatidão por simplificação ou por omissão, especialmente quando se destinam aos níveis menos elevados”.

Destacamos, levando em consideração a análise anterior, o formato de lições em que foi elaborado o compêndio. O mesmo não contém cadernos de questões ou similares, o que permitiria testar as habilidades adquiridas pelos alunos após o término de cada lição. No entanto, nos chama atenção a forma sintética empregada na construção de cada lição de compêndio. Assim, temos que era possível para os alunos, depois de tomadas as aulas, praticar (socialmente) o que foi aprendido. Além de, conforme Santos (2013, p. 109), revelar “uma estrutura marcadamente organizada para as necessidades do aluno em se instruir nos conteúdos exigidos pelos exames preparatórios”.

A deficiência, sendo uma característica do homem, mas estando ele voltado para o fim, que é Deus, perfeição dos atos, segundo a cultura que permeava esse período, bem como aquela seguida pelo autor para elaboração do compêndio. Esse modelo consiste em uma pequena fórmula apresentada por José Soriano de resolver os problemas dos jovens alunos em formação e dos leitores que demonstrarem curiosidade por seu material. Diante disso, passaremos a refletir sobre a união que não se confunde e a distinção que não se separa como forma real de consolidação do saber quando seguida.

4.4 “UNIÃO SEM CONFUSÃO, DISTINÇÃO SEM SEPARAÇÃO”: o caminho para se formar ideias

Basta admitir n'alma a existência dessa faculdade para explicar a origem das idéas (SOUZA, 1871, p. 276)

Seguindo a dinâmica de um livro por aluno, as lições propostas por José Soriano visavam não somente preparar os jovens alunos para o ensino superior. É fato que essa era uma significativa intenção, mas suas lições também buscavam lançar aos alunos o refinamento das faculdades do pensar. Nada incomum em se tratando de um material que reunia conceitos e doutrinas filosóficas, afinal, o próprio

José Soriano (1871) buscou definir que a filosofia nada mais é do que o amor ao saber.

Mas como formar ideias tendo com princípio unir sem confundir e distinguir sem separar? Ao passo que nos colocamos a analisar tal expressão, causa o estranhamento de ser inadequado colocar esses termos na mesma linha. Contudo, a leitura do compêndio nos deixa a impressão de que o uso desse meio pode trazer bens positivos. Além disso, o manual era voltado para os alunos, não ficando restrito às mãos do professor. Ainda que o compêndio não contenha atividades práticas, os exemplos expostos à medida que iam sendo estudada cada lição, impulsionavam os alunos a *elementarmente* raciocinar.

Vejamos alguns desses exemplos

Quadro 8 – Exemplos para estudos da lição.

O que é Jesus Cristo? Deus-Homem, em quem a divindade e a humanidade estão unidas , mas não confundidas , distintas , mas não separadas .
O que é uma ciência bem organizada, senão aquela serie de demonstrações, tendo em resultado unir sem confundir , distinguir sem separar os princípios relativos a certa ordem de verdades?
Qual é a sociedade politicamente bem ordenada, senão aquela em que os dois poderes, eclesiástico e civil, estão unidos sem confusão e distintos sem separação .

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SOUZA (1871).

União sem confusão, distinção sem separação foi, no julgamento de José Soriano de Souza, no ato da elaboração de seu compêndio, uma fórmula fecundíssima que, quando compreendida em sua totalidade, pode servir de meio para resolução de todos os problemas científicos, políticos, religiosos e, sobretudo, culturais e morais. Uma vez que, com seu compêndio, buscava formar culturalmente e moralmente.

Como formar ideias diante de cada lição tendo como ponto de partida essa fórmula? Voltemo-nos para o manual e analisemos desde o princípio e teremos indicativos dessa fórmula.

Nas primeiras lições acerca da filosofia em geral, vemos essa ideia de unidade que o autor buscou expor. Ele pensou essa ciência em unidade com as demais e apenas distingue-a, mas não separa-a.

A unidade indivisível dos conhecimentos humanos nos confirma nesse juízo. De facto, estão todas as sciencias de tal sorte connexas, que nenhuma ha que seja absolutamente independente das outras; e as razões ultimas de cada uma só o são a respeito da matéria de que trata [...] reina em verdade uma secreta harmonia entre as sciencias (SOUZA, 1871, p. 24-25).

Assim, temos que a filosofia, diante das demais ciências, tem sua utilidade, inclusive cultivando o entendimento e conduzindo à perfeição os jovens alunos do curso elementar filosófico, bem como os demais leitores.

A própria formação do ser humano possibilita uma série de atividades a serem desenvolvidas, sejam elas físicas, espirituais, intelectuais, além de morais e religiosas. Essas duas últimas, inclusive, são o resultado do ensino quase que confessional religioso que perdurou até a introdução de ideias positivistas no modelo educacional dos oitocentos. A educação como protagonista dessa dinâmica era importante em prover seguindo essa ordem natural à vida e suas faculdades.

Conforme Angela Martins,

Acatando estes princípios, compete à educação "a ordenação das faculdades humanas numa hierarquia a fim de conduzir o homem à obtenção do seu supremo fim" e a sua finalidade deveria ser o desenvolvimento intelectual e moral. A educação "é a consciência que o ser humano deve ir adquirindo de sua destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades no domínio' dos espíritos, através de hábitos salutareos e da preparação do espírito para o mundo da graça, sob o influxo da lei eterna; tornando o homem apto a viverem sociedade" (1985, p. 48).

Sendo assim, no processo de desenvolvimento educacional, aquele com a utilização de estudos especulativos, temos por isso o compêndio Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral, constituíram-se como importantes ferramentas, pois sua elaboração era pensada para ordenar as ideias, “tanto no

plano do conhecimento científico quanto no do conhecimento humanístico e, assim, podem-se atingir as verdades fundamentais” (MARTINS, 1985, p. 48).

Pronto a atender essas necessidades e sendo naturalmente o método que faz os homens conhecerem o fim de suas ações voluntárias, já que é desse conhecimento que ele obtém as regras do bem viver seja como homem particular ou público, José Soriano se apoia em Santo Agostinho ao afirmar que não pode o homem construir algo sem antes distinguir, observar e dirigir as regras e os preceitos da razão.

Nessa tendência, com o uso da mesma fórmula, os estudos acerca da moral, “corôa de toda a Philosophia” (SOUZA, 1871, p. 30), também é a ciência que trata da retidão dos atos humanos, a ciência da *rectidão* moral quando bem ordenada e encaminhada aos seus devidos fins.

Mas como não permanece na pura contemplação desses princípios, mas os applica ás acções humanas, para d'ahi deduzir verdades utilíssimas á vida do homem; e como tambem não trata daquellas acções consideradas em si, mas sim sob o respeito de sua rectidão, ou da conformidade das mesmas com o bem do homem, segue-se que a moral é uma sciencia eminentemente pratica (SOUZA, 1871, p. 412-413).

Ao ter abordado, na parte de lógica, que o objeto de toda ciência pode ser material ou formal, José Soriano logo estabeleceu para a moral que seu objeto material são as ações humanas e que, quando essas são consideradas sob o ponto de vista reto e em conformidade com o bem do homem, constitui seu objeto formal.

Segundo Santos (2013), exigências sociais e políticas diante de saberes científicos foi o principal argumento que motivou a reorganização curricular e os programas do curso de filosofia elementar. Essa tomada de decisão lançou a mão dos estudos filosóficos da época os significados de ciência, doutrina, disciplina e, acrescentaríamos ainda, o valor moral, tendo em vista que “a classificação e a organização do conhecimento em súmulas, programas e compêndios escolares não representaram apenas um conjunto de informações e conteúdos indexados de forma inocente e posto em ordem alfabética” (p. 133), muito pelo contrário, “tratava-se de uma concatenação lógica e metódica – amparada em determinado estado mental – com vistas a um fim específico: conformar um conjunto de conteúdos às aspirações de uma época” (p. 134). Esse aspecto, exposto no compêndio de José Soriano de

Souza, diz respeito à preocupação com o homem moral desse período, individualmente e, principalmente, no âmbito social.

Com effeito, a moral estuda as acções humanas, para dirigi-las de conformidade com a rectidão moral, isto é, de conformidade com a honestidade, e não estuda essas acções sómente na ordem individual, mas também na ordem social, e por isto comprehende tanto os actos humanos internos e pessoaes, como os externos e sociaes, os quaes estão intimamente vinculados com os primeiros. Sobre essas mesmas acções versa o direito natural, e nem outra cousa se propõe que dirigi-las conforme os princípios da natureza racional; e por isto não só estuda as relações mutuas dos seres racionaes, e os seus actos externos, mas também as suas intenções, e tudo mais que respeita ao individuo como ser moral (SOUZA, 1871, p. 415).

Como o homem é naturalmente sociável, a razão faz-lhe dirigir suas ações não somente como criatura racional, mas também de modo a não perturbar a ordem social em que vive. Portanto, se considerarmos a ação humana conveniente a si mesma, ou seja, ao fim particular do homem, esta é boa. Porém, se é considerada conforme a ordem social ela é justa. O indivíduo moral, ele além de bom, quando dirige bem seus atos é justo quando pratica o mesmo no sentido social.

A questão da moral “promovida dentro dos moldes do catolicismo conservador, propalado na segunda metade do século XIX” (MARTINS, 2006, p. 13) e tão levantada no compêndio, era a base na qual se constituía a moral e ética como disciplina. Primeiramente pronta a atender as necessidades da instrução, também era posta como colaboradora “para a definição de novas práticas e representações católicas” (MARTINS, 2006, p. 16).

Em se tratando dessa tendência no compêndio de José Soriano, é perceptível sua afeição a tal causa. Ele reforça muito a necessidade dos jovens estudantes terem uma religião em suas vidas, ainda que não demonstre em palavras claras que esta deve ser a religião católica, por ser grande defensor da doutrina e ser egresso de uma instituição de mesmos princípios. Além disso, o período em questão supõe essa tendência, já que a religião católica era oficial no período imperial brasileiro.

Diante disso, nas lições de moral do compêndio existe uma parte dedicada a refletir sobre moral e religião.

O homem tendo natural propensão para amar e honrar a Deos, de quem recebe tudo o que é, e o que tem; e sendo tambem naturalmente inclinado a communicar seus sentimentos aos outros, e a receber delles conselhos e auxilios, ainda considerando-o sómente sob o pomo de vista natural, formaria uma sociedade religiosa com seus semelhantes, na qual podesse satisfazer as necessidades naturaes de seu coração. Mas, Deos tendo desde o principio estabelecido uma religião sobrenatural, em a qual propoz ao homem um certo numero de verdades de fé, assim como o modo como havia de ser honrado, e os meios pelos quaes o mesmo homem alcançaria seu ultimo fim, ou a felicidade suprema, sobre maneira aperfeiçoou e completou aquelles sentimentos naturaes de que temos falado (SOUZA, 1871, p. 535-536).

Sentimentos naturais que a própria religião, por meio da igreja, possui como mecanismo para atingir o mais relevante fim: o ensino e a doutrina cristã sob as leis pelas quais se é protegida a fé, os costumes e os sacramentos.

“D’aqui resulta que, sendo uma verdadeira pessoa moral, ella possui como proprios e inauferíveis” (SOUZA, 1871, p. 540) seus atos conscientes/retos para com seu fim último (felicidade), da moralidade de suas ações, seus direitos, bem como seus deveres em geral. “O homem conhecendo o seu ultimo fim, e comparando com elle os seus actos, conhece tambem se estes lhe são ou não conformes” (SOUZA, 1871, p. 461). Moralmente a resposta para tal expressão está na própria essência do raciocinar, porque o indivíduo que raciocina com *rectidão* vai saber discernir entre o praticar e o omitir, tendo em vista que a “consciencia recta é a unica que deve ser tomada como regra segura de nossos actos” (SOUZA, 1871, p. 463).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se, por um lado, trabalhar com uma diversidade de fontes pode possibilitar uma apreensão mais complexa do objeto pesquisado, certamente também torna a tarefa do pesquisador muito mais complexa”, demonstram Galvão e Batista (2003, p. 36). Diante do complexo número de discursos, informações e textos oriundos de lugares e condições de produção diferentes, é de costume frequente o pesquisador levantar a questão sobre qual é a maneira mais adequada para responder as teses centrais da pesquisa. Em outros termos, seu impasse se resume às escolhas a serem feitas com o intuito de dar clareza, por meio da escrita, aos dados que com dificuldades conseguiu reunir.

Os aspectos do compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* listados e que buscamos refletir neste trabalho, formam em si a soma de saberes que tiveram seu espaço e tempo dentro do ambiente escolar. Isso significa estar ciente que foram utilizados nas instituições de ensino segundo um programa institucional onde estava definido o tempo para execução. Nas escolas ou universidades, nas quais puderam ser elaborados esses programas, os manuais de ensino da instrução secundária nos oitocentos despontam como importantes objetos culturais para o alcance dos saberes escolares. Dos seminários, escolas secundárias e, principalmente, da Universidade de Coimbra (1772), surgiram, por meios de seus estatutos, as múltiplas representações e reorganizações dos conteúdos processados nesses materiais de ensino. Além disso, destacamos que as indicações e usos dos compêndios escolares de ensino para as instituições de ensino secundário atendiam concomitante a instrução seu principal papel era o de propalar ações civilizatórias moralizadoras. Nesse seguimento, cabe aqui destacar os compêndios de ensino como mecanismos fundamentais no processo da instrução do século XIX na difusão dos conteúdos e métodos propícios a essa área.

Sabendo da impossibilidade de compreensão da totalidade da produção, circulação, dos usos e apropriações dos manuais de ensino, uma série de escolhas na ação de pesquisar tem que ser realizada. Tentando não fazer do trabalho algo meramente descritivo, adotamos estratégias para melhor compreendê-lo, problematizá-lo ao estabelecer o problema da pesquisa, bem como eleger instrumentos que possam auxiliar no processo de produção da inteligibilidade das fontes.

Examinar o compêndio aproximando-se da sua organização e conteúdo científico exposto nos fez perceber ou pelo menos ter a noção da existência de valores e doutrinas que, assim tinham por mérito fazer cumprir o espírito que permeava determinada época. Portanto, os manuais de ensino foram objetos culturais, símbolos desse aparelho regulador da instrução que buscou fazer à cultura escolar semelhança com a cultura processada dentro e nos arredores da escola uma conjuntura para assentar a tendência moralizadora que buscava o espírito do período.

Vimos, no decorrer do trabalho, algumas reflexões acerca das modificações no entendimento da filosofia com doutrina e ciência como exigências do quadro cultural do século XIX. Isso, além de refletir diretamente no ensino de filosofia de maneira geral, ressoou também nos compêndios de ensino. Estes, por sua vez, continuavam em uso nas instituições seguindo uma linha filosófica tradicional e que já não era bem apreciada pelos pensadores deste mesmo período, os quais estavam preocupados em seguir uma dinâmica filosófica apontada para o mesmo fim, porém sob o respaldo de ideias modernas, inclusive para os manuais.

Como todo objeto de pesquisa, os compêndios não são simplesmente dados. Mais que isto, eles constituem-se, principalmente, como resultados de uma construção intelectual processada em determinado período. Isso implica destacar que não podem então ter uma definição única. Deliberadamente, essas definições surgem quando se verifica o destino expressamente da obra para o uso escolar, manifestado pelo autor ou editor a sistemática de conteúdos apresentados, a adequação ao trabalho pedagógico, complexidade de conteúdos proporcionais à maturidade intelectual dos alunos, conteúdos de ensino em conformidade com os que o regulamentam, extensão e maneira como tratados.

Assim, temos que, após exposto todo esse aparato administrativo, ficava sob batuta da escola definir quais partes, dadas as extensões dos conteúdos, começariam ou se processariam o curso. Desmembrado ou em sua inteireza. Se podemos, neste ponto, propor uma reflexão, nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 estavam expostas as bases para elaboração desses compêndios, de onde José Soriano se orientou para elaboração do seu manual. Seguiu-o, inteiramente, elencando todas as matérias/ciências recomendadas, porém juntando uma ou outra a mesma extensão de conteúdo, como verificado anteriormente.

Nesse plano está estendida a especificidade de um manual, pois ele não é um material simplesmente para ler, mas um instrumento para usar. Isso configura sua complexidade quando em sua análise é verificada suas diversas funções conjuntas aos seus destinatários – professores, alunos, famílias – cujas expectativas podem variar conforme o momento – seja na preparação individual do curso pelo professor, bem como ao lecioná-lo. É, segundo Choppin (2002), a tomada de consciência da dimensão dinâmica do manual, ou seja, ele só existe enquanto objeto historiográfico quando verificamos os usos que dele foram feitos.

Entendendo que com os compêndios buscavam-se manifestar certos padrões de comportamento propícios à produção de um auto equilíbrio nos sujeitos que possibilitassem alcançar a ordem almejada, eles, ainda assim, faziam parte de diferentes projetos. Refletimos sobre essa questão no processo de construção desse trabalho quando destacamos o atributo do manual de lançar ao povo um modelo de instrução organizada para atendê-los, mesmo esse sendo composto por diferentes características.

Essa observação surge quando voltamos nossos olhos para os compêndios de ensino utilizados na instrução dos oitocentos. Seu percurso linear fomenta a proposta de não excluir atributos aos textos ou as ilustrações status diversos, ou seja, funções didáticas especiais. Se essa questão é passiva de ser evidenciada pelos exercícios, resumos e questões também podem ser identificados quanto ao tipo de paginação e características tipográficas do período. A função didática especial que podemos destacar do compêndio que aqui analisamos é o estilo comum em que foi escrito. Essa característica, segundo o próprio autor, daria melhor alcance ao compêndio no sentido de difusão da sua ideia. O número de leitores em consequência disso seria maior e a leitura dos seus conteúdos seria melhor assimilada.

Acerca da autoria dos compêndios nesse período, verificamos que na segunda metade do século XIX os professores passaram a atuar também nesse seguimento, elaborando os materiais que iriam utilizar em suas aulas. Era uma maneira de evidenciar suas próprias experiências pedagógicas. Além disso, eram esses mesmos atributos que os credenciava a tal feito. Nos alertou Bittencourt (2004) que os autores de compêndios escolares deveriam, em princípio, seguir o que estivesse orientando os programas oficiais propalados pela política educacional. Isso implica refletir que essa aproximação dos que administravam a educação com

os professores, seja dando as bases para elaboração, avaliando e, sobretudo, incentivando a produção, era uma forma de regular o trabalho dos professores. Esta regulação exigia uma série de demandas, como a prova dos conhecimentos elementares, idade, status na sociedade, religião e moral. A posse desses atributos prescreviam aos professores o ofício e a posição de saber, onde a prática diplomava os mesmos a propagar o ensino por meio da escrita, principalmente com a elaboração dos manuais de ensino.

Uma ressalva a ser feita neste ponto é levar em consideração a presença dos livros em jogos de relações, nos quais entre as normas impostas pelo poder em exercício, textos normativos, órgão de controle e os efeitos alcançados, habitam complexos vínculos que, no tocante a medir e determinar os efeitos do que teria sido programado, nos demonstra grandes dificuldades.

Como refletido neste trabalho, o compêndio de José Soriano foi considerado pelo poder vigente propício a ser utilizado na instrução dos jovens alunos. No entanto, isso não poupou o material de ser criticado pela massa de pensadores adeptos de doutrinas filosóficas contrárias àquela depositada no manual e que o autor defendia. Desse número de personagens, como vimos, destacamos Tobias Barreto, crítico da sua obra, tomando como parâmetro o desacordo em que o compêndio estava quando comparado ao quadro cultural filosófico que ambos pertenciam. Tal atitude é por nós aqui encarada como uma forma de aversão aos moldes em vigor e, também, de tentativa de subversão às regras, indícios de propostas distintas para com o destino da educação, bem como dos materiais de ensino.

O embate ideológico que buscamos evidenciar a luz de José Soriano de Souza e Tobias Barreto se coaduna à Questão Religiosa presente na cultura da segunda metade do século XIX. Frente à estrutura e organização religiosa dominante nos oitocentos, formou-se o movimento ani-clerical que tinha por objetivo retirar da igreja o poder que tinha dentro das salas de aula. Entendemos, neste ponto, que essa linha de aversão ao clero não se processou somente no âmbito político, mas também no campo intelectual-filosófico que permeava o país naquele período. Tobias Barreto a frente da Escola do Recife representou bem esse aspecto. Dessa corrente emanaram as mais duras críticas ao modelo brasileiro de sociedade orientado pela igreja. Diante disso, é de se destacar, assim como apontou Tambara (2003), que no século XIX, no Brasil, o ambiente escolar foi caracterizado

por fortes questões ideológicas e políticas. Isso contribuiu para descrever a luta pela predominância das ideias dos grupos distintos que buscavam assentar seu poder.

Com essa pesquisa contribuímos para o campo da História dos Manuais Escolares no sentido de evidenciar um material didático utilizado na educação, de autoria de um pensador também importante para a cultura brasileira. Nossos esforços também foram avaliados segundo o caráter de pesquisa histórica, pois, como nos lembra Braudel (1978), como historiadores nos ocupamos em explicar aspectos da vida dos homens quando tecemos, perante nossos olhos, mudanças ou permanências, concordância e interrupção, renúncia, aproximação ou afastamento.

Não buscamos um recorte linear da vida do intelectual autor do compêndio analisado, nem mesmo uma descrição fiel do seu material. Ocupamo-nos especialmente, conforme Braudel (1978), lançar-se ao objeto como pesquisadores evitando que seus empenhos permaneçam encobertos em seu trabalho particular, cego ou surdo, com o que dizem, escrevem ou pensam.

Mas isso nada mais é do que o próprio processo de produção de conhecimento histórico. Sendo que, não é de grande excesso a afirmação que a História é lida com indícios, com apostas, o imponderável e lacunar, com vestígios, discursos e, por fim, de maneira geral, com a impossibilidade. Ou seja, a prática de escrever nada mais é, por parte dos pesquisadores, uma forma de promover certa coerência e síntese a algo até então disperso.

Chegado ao final deste trabalho, destacamos que os compêndios escolares podem ser vistos como objetos privilegiados quando o que se busca é compreender o funcionamento de uma disciplina escolar específica, bem como a dinâmica da própria escola dentro de um quadro de relações que se processa dentro dessa instituição para com o meio social de uma maneira geral. Como refletido, o manual quando produzido buscava associar-se ao conjunto de saberes que se escolarizava. Como resultado de forças desequilibradas na máquina de administração pública, a massa social, a educação e o conjunto de saberes não eram fixos/estáticos. Nessa dinâmica, os compêndios surgiam como mecanismos transformadores do ensino, da própria escola e, sobretudo, da sociedade em geral. Isso também nos ajuda a compreender as transformações sofridas pelos manuais de ensino. Eles realmente não eram um objeto fixo, mas de ontem, de hoje e, de amanhã.

O compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral* atendeu as exigências da cultura da época. A evidência desses aspectos aparece de acordo

com o seguimento das normas curriculares preestabelecidas nos estatutos das universidades, liceus e ginásios dos oitocentos. Além disso, essa mesma evidência encontra-se no potencial filosófico do autor, José Soriano de Souza. Este, por sua vez, se colocou, enquanto professor de ensino secundário, no dever de elaborar o vasto conteúdo de ciências filosóficas que pudesse atender aos anseios da educação pública.

A saber, por Racional e Moral, o compêndio não deixou escapar seu principal atributo de instruir segundo o caráter moral e, mais ainda, racional, pois o jovem estudante que dirige bem os seus atos, tirando-lhes lições valiosas é o mesmo que *raciocina com retidão*.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Santos Tomás de. **Suma de Teología**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.
- BARRETO, Luiz Antonio. **Tobias Barreto**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- BARRETO, Tobias. **Estudos de Filosofia** - parte I e II. 2 ed. Rio de Janeiro: Grijalbo, 1977.
- BARRETO, Tobias. **Depoimentos**. Apresentação Paulo Mercadante e Antonio Paim. Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura, 1978.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio Pedro II (1856-1892). In. **Revista História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, v. 12, n. 26, p. 39-58, set/dez. 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em 18 de abril de 2014.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Livro didático e conhecimento histórico (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- CALÓGERAS, João Pandiá. **Os Jesuítas e o Ensino**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.
- CAMPOS, Fernando Arruda. **Tomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.
- CARTOLANO, Maria Tereza Penteado. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro das sombras: a política imperial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpressão. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary del Priore. Brasília. 2ª Edição: Universidade de Brasília, 1999.

CHERVEL, A. **História das Disciplinas Escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, v.2, 1990. p. 177-229.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. In. Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan./abr. 2009.

CHOPPIN, Alain. **O historiador e o livro escolar. História da Educação**. ASPHE. Pelotas (11): 5-24, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. In. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. **Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica**. In. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, Jan/Abr 2008.

CRUZ COSTA, João. A história da filosofia no Brasil. In **Enciclopédia Delta Larousse**, vol. IV, p.1941-1954. 2ª ed. 1964. Rio de Janeiro.

CRUZ COSTA, João. O Pensamento brasileiro sob o império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira vol. II**. O Brasil Monárquico, (5), p. 323-342.

DURANT, Will. **A história da civilização VI**. A Reforma. História da civilização europeia de Wyclif a Calvino: 1300-1564. Trad. Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro: Record, 1957.

FARIA, Joana Borges de. **O ensino de História no primeiro Gymnasio da Capital (1894-1931)**. 140 f. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Livros e Sociedade: a formação de leitores no século XIX**. In. Revista Teias. v. 1, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2000.

FERREIRA, Pinto. **A Faculdade de Direito e a Escola do Recife**. In. Revista de informação legislativa, v. 14, n. 55, p. 5-20, jul./set. 1977.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das avulsas ao Lyceu Provincial**: as primeiras configurações da instrução secundária na província da Parahyba do Norte (1836-1884). Aracaju: Editora Oficial do Estado e Sergipe – EDISE; Universidade Tiradentes, 2014.

FRANCA, Leonel. **Noções de História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1978.

GALVÃO, A. M. O. **A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista**. In: 28ª. Reunião Anual da ANPEd, 2005, Caxambu. 40 anos da Pós-Graduação em Educação no Brasil - Anais da 28ª. Reunião Anual da ANPEd. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2005. p. 1-15.

GALVAO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica 2003.

GALVAO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. Fenomenologia da reflexão metafísica brasileira. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.1-138, out.2013/mar.2014

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no império brasileiro**. 2. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2008.

HUGON, Édouard O. P. **Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino: as vinte e quatro teses fundamentais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JAPIASSU e MARCONDES. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomos I e II.

MACEDO, Ubiratan Borges de. **A ideia de liberdade no século XIX: o caso brasileiro**. São Paulo: Editora Expressão e Cultura, 1997.

MARTINS, A. M. S. **Considerações históricas sobre o ensino de filosofia no Brasil do período colonial até o século XX**. In. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.49, p. 309-321, 2013.

MARTINS, A. M. S. **A Filosofia Acadêmica - Estudo histórico-crítico do Ensino de Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 197 f. (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas, 1985.

MARTINS, A. M. S. **Análise Histórica da inserção do Ensino de Filosofia no Brasil**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2006, Recife. Anais do XIII ENDIPE, 2006. v. 01. p. 1-11.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Teoria da História e Neotomismo no paradigma educacional brasileiro do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada**. Londrina: UEL, 1999.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. **Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de Arithmetica (1879-1954)**. 142 f. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, 2013.

PAIM, Antonio. **Os intérpretes da filosofia brasileira**. Londrina: Editora UEL, 1999.

PAIM, Antonio. **A Escola do Recife**. Londrina: Editora UEL, 1997.

SANTOS, Marcus Everson. **“Para instruir o espírito e melhorar o coração”: compêndios escolares de filosofia racional e moral em Sergipe no século XIX**. 196 f. (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura Brasileira; Tomo I**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1888.

SANTOS, Marcus Everson. **“Para instruir o espírito e melhorar o coração”: compêndios escolares de filosofia racional e moral em Sergipe no século XIX**. 2013. 196 f. (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SCHUELER, Alessandra Frota M.; TEIXEIRA, Giselle Baptista. Civilizar a infância: moral em lições no livro escolar de Guilhermina de Azambuja Neves (Corte imperial, 1883). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 563-577, set./dez. 2008.

SOUZA, J.S. **Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral**. Pernambuco: Livraria Acadêmica de João Walfredo de Medeiros, 1871.

TAMBARA, Elomar A. C. **Livros de leitura nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil**. In: 26ª Reunião da ANPEd, Poços de caldas. Novo governo/novas políticas, 2003.

TAMBARA, Elomar A. C. **Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil**. História da educação (ASPHE), Pelotas, v. 6, n. 11, 2002.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da capital do Império brasileiro**. 237 f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Estatutos da Universidade de Coimbra / compilados sob a inspecção d'el-Rey D. José I pela junta da Providencia Litteraria. Lei de 28 de agosto deste. – Lisboa: Na Regia Offina Typografica , 1772. Volumes da obra (cópia em JPEG). Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R44-3_3_item1/index.html. Acesso: 04 de jan. de 2015.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ANEXO 1 – Estatutos da Universidade de Coimbra – 1772
Curso das Sciencias Naturaes e Filosoficas
Livro III

326

TERCEIRA PARTE.

DO CURSO FILOSOFICO.

I

Como a *Filosofia* em geral envolve Sciencias tão vastas, e dilatadas, que não podem ser dignamente cultivadas, se não repartindo-se em diferentes Corporações, e Faculdades, cada huma das quaes se empregue com mais efficaz applicação no seu respectivo objecto: E como nas duas Partes antecedentes Tenho dado as Providencias necessarias para o bom regulamento dos Cursos *Medico*, e *Mathematico*, que são os dois grandes Ramos da *Filosofia* particular; que pela sua vastidão, e importancia merecem estabelecimento proprio, e separado do resto da *Filosofia*: Ordenarei agora, o que para bem do meu Real Serviço, progresso, e adiantamento dos Estudos da Universidade, se ha de observar na Terceira Classe das Sciencias da Razão, que se comprehendem nos limites do *Curso Filosofico* tomado em particular.

2 O sobredito Curso, além dos Principios sólidos, e elementares da *Filosofia Racional*, e *Moral*, por onde ha de principiar; tratará completamente da *Filosofia Natural*; tanto em geral, como em particular: Exceptuando só-

CURSO FILOSOFICO. PART. III. 327

somente o objecto das duas referidas Faculdades, o qual não será da sua competencia, como assima fica determinado.

3 Deverá porém ser ordenado de tal sorte, que se disponham nelle os Estudantes para entrarem com fruto nas sobreditas Faculdades: Mostrando-lhes pela inducção de experiencias decisivas os Principios, e Leis da Natureza Corporea, sobre as quaes ha de começar a *Filosofia da Quantidade* o edificio sublime das Sciencias *Physico-Mathematicas*: E descobrindo, e analyzing as propriedades, e qualidades dos Corpos, que hão de servir de Preliminares á *Filosofia* do corpo humano, são, e enfermo, em que consiste a *Medicina*.

4 Além disto: Sendo manifesto que a *Filosofia* he a alma de todos os conhecimentos humanos; e que fazendo-se della hum Estudo puramente subsidiario, sem haver huma Corporação, em que se criem Filósofos de Profissão; não he possível haver Mestres consummados, que dem solidamente as mesmas Lições subsidiarias para as outras Faculdades, cujos Estabelecimentos seriam ruinosos, faltando o desta Sciencia fundamental: Deverá outro sim o Curso *Filosofico* da Universidade ser ordenado a produzir Filósofos, que incorporados em huma Faculdade, segurem o Ensino desta Sciencia, e a promovam, e adiantem, como tanto convem.

E

328 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

5 E porque a miseravel Faculdade chamada até agora *Das Artes*, e incorporada na Universidade, tão longe esteve de satisfazer a estes importantes objectos, que muito pelo contrario foi a origem, e raiz venenosa, donde nasceo a escura, pueril, e sofisticada loquacidade, que invadio, e corrompeo todos os Ramos do Ensino público: Hei por bem, e Sou servido abolir a dita Faculdade, como systema incorrigivel, e indigno de Refórma; substituindo no lugar della huma nova Faculdade, que mais se não chamará *De Artes*, mas sim de *Filosofia*; regulada, e dirigida efficazmente a produzir os bons effeitos, que della resultam, quando não se emprega em fallar, mas em saber.

6 Considerando tambem que as Sciencias Filosoficas, além de se acharem depravadas, e corrompidas na sobredita Faculdade das Artes, estavam degradadas do justo lugar, que merecem; fazendo-se dellas huma Faculdade inferior, e menor, ao mesmo tempo, que se tinha collocado a Medicina entre as Faculdades maiores, quando ella não he outra coisa mais, do que huma Parte da mesma Filosofia: E Attendendo a que esta differença não póde ter outros effeitos, que não sejam os de arruinar os Estudos Filosoficos, e de defanimar a applicação dos que nelles podiam empregar-se com utilidade pública do Estado:

Hei

CURSO PHILOSOFICO. PART. III. 329

Hei por bem outro sim ordenar, e estabelecer, que a Faculdade de Filosofia seja daqui em diante reputada, e havida por huma Classe maior do Ensino público, em tudo igual ás outras Faculdades; procurando da sua parte produzir no seu gremio Philosophos consummados; dignos das luzes deste Seculo; e conformes ao espirito dos presentes Estatutos, que Tenho disposto para Regulamento della.

TITULO I.

Da Preparação para o Curso Filosofico.

CAPITULO I.

Da Idade, que devem ter os Estudantes, que quizerem ser matriculados em Filosofia.

I
EM consequencia da idade, que Tenho estabelecido para as mais Faculdades; a fim de que os Estudantes não precipitem os primeiros Estudos para se adiantarem no tempo em prejuizo do seu aproveitamento: Sou servido ordenar, que ninguem seja admittido á primeira Matricula de Filosofia-

330 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

fosia, antes de ter quatorze annos completos de idade. Para prova della apresentará ao Reitor Certidão do Baptismo, legalizada na forma, que Tenho disposto a respeito dos Estudantes Juristas no Livro Segundo destes Estatutos, Título Primeiro, Capítulo Primeiro; o qual em tudo Hei aqui por expresso, e declarado.

CAPITULO II.

Dos Estudos preparatorios para o Curso Filosófico.

I

OS Estudantes Filósofos deverão ter feito previamente hum Curso completo de *Humanidades* na forma que Tenho estabelecido no Regulamento dos Estudos menores; com tal aproveitamento, que entendam, e escrevam correcta, e desembaraçadamente a Lingua Latina; como lhes he absolutamente necessario, para estudarem com aproveitamento as Disciplinas maiores.

2 Tambem deverão ter a instrucção necessaria na Lingua Grega, como nestes Estatutos Ordeno que a entendam os aspirantes das outras Faculdades.

3 O Exame de Latim será feito necessariamente antes da primeira Matricula; e do
mes-

CURSO FILOSOF. P. III. T.I. CAP. II. 331

mesmo modo o Exame do Grego em todos aquelles, que se matricularem na qualidade de Ordinarios, para seguirem de profissão á Faculdade Filosofica. Porém os aspirantes de Medicina, e das outras Faculdades, poderão ser matriculados somente com o Exame de Latim; sendo esperados no Exame do Grego, conforme Tenho determinado nos seus respectivos Estatutos.

4 E sendo a *Geometria* indispensavelmente necessaria para a intelligencia da *Fysica experimental*: Ordeno, que os Filósofos no Segundo Anno do seu Curso ouçam as Lições da dita Sciencia no Geral de Mathematica; e que sem terem feito este Estudo com o Exame competente; não possam ser matriculados no Terceiro Anno.

CAPITULO III.

Da Matricula da Filosofia.

I

TEndo precedido os Exames necesarios, ajuntará os Estudantes as Attestações competentes á Petição, que fizerem ao Reitor; sem Despacho do qual o Secretario não poderá matricular ninguem; como Tenho ordenado a respeito de todas as outras Faculdades.

Pa-

332 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

2 Para maior distincção, e clareza, serão os Estudantes Filósofos divididos em duas Classes. A Primeira será dos *Ordinarios*, os quaes se destinarão a estudar a Filosofia por si mesma; ou pertendam incorporar-se no gremio da Faculdade; ou se contentem simplesmente com o Estudo de hum Curso para sua instrução. A Segunda será dos *Obrigados*, os quaes deverão necessariamente estudar; ou toda a Filosofia; ou parte della, como subsidio, e preparação para as Faculdades, a que se destinarem, conforme se requer por estes Estatutos. E cada hum dos Estudantes declarará na Petição, que fizer ao Reitor, o fim, com que se pretende matricular; e o Secretario o matriculará na respectiva Classe, a que pertencer.

3 Em tudo o mais, que pertence ás Matriculas de Filosofia; em quanto ás formalidades, e ordem, com que se devem fazer; aos Catalogos, que o Secretario deve formar de todos os Estudantes; ao modo, que se ha de ter na prova dos Annos; e ao que deve pagar cada hum dos Estudantes nas duas Matriculas de Outubro, e de Maio; se guardará inteiramente o que fica disposto a respeito dos Medicos, e Juristas, como se aqui tornasse a ser expresso, e declarado.

4 Sómente haverá a differença, de que os Estudantes *Obrigados* não pagarão a quantia de-

CURSO FILOSOF. P.III. T.I. CAP.III. 333

determinada no Capitulo da Matricula dos Juristas; por se attender, que hão de pagalla depois nas Faculdades, a que se destinarem. Porém se algum dos *Obrigados* quizer passar para a Classe dos *Ordinarios*, pagará tudo o que for vencido, como se desde o principio fosse *Ordinario*. E para o effeito da dita passagem se guardará inteiramente, o que Tenho ordenado na Terceira Parte deste Livro para os Estudantes Mathematicos.

TITULO II.

Do Tempo, Disciplinas, Cadeiras, e Férias do Curso Filosofico.

CAPITULO I.

Do Tempo do Curso Filosofico.

NÃO sendo possível esperar mais dos Estudantes, do que huma Instrução sólida, e completa nos Principios elementares do Curso Filosofico; para que ajudados destas primeiras luzes façam ao depois Estudos mais profundos, conforme as forças do seu engenho: E Sendo-me presente, que para

334 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

o dito effeito he sufficiente o espaço de quatro Annos: Sou servido ordenar, que de tantos conste o Curso Filosofico; ficando abolidas todas, e quaesquer mercês remissivas de Annos, como o ficam nas outras Faculdades.

2 Nenhum Estudante, sem haver completado o dito tempo, poderá ser admittido a fazer Acto de Formatura, e Approvação: Bem entendido, que o Primeiro Anno do Curso poderá ser levado em conta, sendo estudado fóra da Universidade; com tanto que preceda Certidão, e Exame competente. Porém os tres Annos seguintes destinados á Fyfica, não poderão ser perdoados a titulo de qualquer tempo, que em outra parte se tenham os Estudantes empregado em ouvir o Curso ordinario de Filosofia, conforme fica disposto na Primeira Parte deste Livro, Titulo Segundo, Capitulo Segundo, Paragrafo Setimo.

3 Aquelles porém, que quizerem ser promovidos aos Grãos de Licenciado, ou Doutor, (pelos quaes sómente poderão ser habilitados para o Magisterio de Filosofia na Universidade) serão obrigados a cursar mais hum Anno, o qual se chamará de *Graduação*, como nas outras Faculdades. E nelle ouvirão outra vez as Lições proprias do Terceiro, e do Quarto Anno do Curso Filosofico; ficando no seu arbitrio o ouvirem tambem qualquer dos outros Lentes nas materias, em que se

CURSO FILOSOF. P.III. T.II. CAP.I. 335

se julgarem carecidos da Instrução mais plena, e completa, que devem ter para bem se disporem para os Actos Grandes da Faculdade.

CAPITULO II.

Das Disciplinas Filosoficas; e da attenção, que ha de haver na escolba dos Autores, pelos quaes se devem ensinar.

SEndo a Filosofia dividida em tres grandes Partes, que são a *Racional*, *Moral*, e *Natural*: E tendo Eu determinado para bem dos Estudos Geraes da Nação, que na Universidade haja hum *Curso Filosofico* completo, que corresponda perfeitamente aos Estabelecimentos das outras Faculdades, de sorte que nelle se possam instruir mais plenamente, os que tiverem ouvido as Lições ordinarias da Filosofia, que he possivel estabelecer-se nos outros Lugares: Hei por bem ordenar, que o Curso Filosofico da Universidade comprehenda as referidas tres Partes, com os differentes Ramos das Sciencias, que nellas se contém.

2 Na *Filosofia Racional* se entenderá comprehendida a *Logica*, que dirige as Operações do entendimento; e a *Ontologia*, que prepara os primeiros Principios ideaes de todas

336 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

das as Sciencias. A esta se ajuntará a *Pneumatologia*, na qual se comprehende a Sciencia dos Espiritos, e se divide em *Theologia Natural*, e *Psychologia*; formando-se do concurso dellas a *Metafisica*, que trata dos primeiros Principios, e da Natureza Espiritual.

3 Na *Moral* se comprehenderá tudo o que pertence á *Ethica*: Deixando-se o *Direito Natural* para a Cadeira privativa delle, que Tenho estabelecido, e incorporado no Curso de Jurisprudencia.

4 Na *Natural* finalmente se comprehenderão todos os Ramos das Sciencias, que tem por objecto a contemplação da Natureza: Exceptuando sómente o que pertence em particular aos Cursos Medico, e Mathematico; o primeiro dos quaes se limita á Fysica do Corpo humano; e o segundo á Filosofia da Quantidade, em quanto susceptivel de numero, e de medida.

5 Não havendo outros meios de chegar ao conhecimento da Natureza senão a Observação, e a Experiencia; começará o *Curso da Fysica* pela *Historia Natural*, em que se ensinam as verdades de facto pertencentes aos tres Reinos da Natureza, havidas pela Observação. Sendo porém a Observação limitada aos factos, e Phenomenos, que a mesma Natureza offerece aos olhos dos homens no Curso ordinario das suas Operações; depois
das

CURSO FILOSOF. P.H.I.T.II.CAP.II. 337

das verdades conhecidas pela Observação, será necessario passar ás que sómente se podem haver por meio da Experiencia; a qual obriga a mesma Natureza a declarar as verdades mais escondidas, que por si mesma não quer manifestar, senão sendo perguntada com muita destreza, e artificio.

6 A Parte Experimental da Filosofia Natural deve ter dous Objectos differentes. O primeiro he indagar as Leis, e propriedades geraes dos Corpos considerados, como móveis, graves, resistentes, &c. e descobrir a razão dos factos conhecidos tanto pela Observação, como pela Experiencia; e he o que constitue o que propriamente se chama *Filosofia Experimental*. O segundo he indagar as propriedades particulares dos Corpos: Analyzando os Principios delles: Examinando os Elementos, de que se compõem: E descobrindo os effeitos, e propriedades relativas, que resultam da mistura, e applicação íntima de huns aos outros. Isto he o que constitue o objecto da *Filosofia Chymica*.

7 Por tanto constará o Curso Filosofico de seis Disciplinas principaes, a saber: *Logica*: *Metafisica*: *Ethica*: *Historia Natural*: *Fysica Experimental*: e *Chymica*. Cujas Lições se farão sempre pelos melhores Autores, que tiverem escrito sobre ellas de hum modo elementar, e abbreviado; mas de sorte
Liv. III. Y que

338 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

que sejam cheios de Doutrina; guardando-se na eleição delles, o que Tenho disposto a respeito dos Livros de Medicina na Primeira Parte deste Livro; Titulo Segundo, Capitulo Segundo; Paragrafo Decimo segundo, e seguintes.

CAPITULO III.

Das Cadeiras da Faculdade, e horas das Lições.

I

Para as Lições das sobreditas Disciplinas haverá quatro Cadeiras regidas por outros tantos Lentes, proprietarios dellas. A Primeira será de *Filosofia Racional*, e *Moral*: A Segunda de *Historia Natural*: A Terceira de *Fysica Experimental*: E a Quarta de *Chymica Theorica*, e *Prática*. Entre ellas não haverá differença na Graduação, e Predicamento; mas precederão os Lentes entre si pela ordem retrógrada dos Annos, conforme Tenho estabelecido na Segunda Parte a respeito dos Lentes de Mathematica.

2 Haverá tambem dous Lentes Substitutos; hum destinado a servir nos impedimentos dos Lentes de *Filosofia Racional*, e de *Historia Natural*; e outro nos impedimentos dos Lentes de *Chymica*, e *Fysica Expe-*

ri-

CURSO FILOSOF. P.III. T.II. CAP.III. 339

rimental. Succedendo estarem os Lentes, e Substitutos respectivos simultaneamente impedidos, o Reitor com Conselho da Faculdade, nomeará Substitutos interinos, na fórma do que Fui servido dispôr no Livro Primeiro, Titulo Quinto, Capitulo Primeiro, Paragrafo Segundo; havendo sempre grande attenção, a que de nenhuma sorte se interrompam as Leituras das referidas Cadeiras.

3 Os Estudantes ouvirão as Lições de todas ellas no Quadriennio Filosofico pela ordem seguinte. No Primeiro Anno ouvirão as Lições da *Filosofia Racional*, e *Moral*. No Segundo, estudarão a *Historia Natural*; e juntamente ouvirão a *Geometria* na Aula da Mathematica, para com ella se prepararem para as Lições do Anno seguinte. No Terceiro, estudarão a *Fysica Experimental*. E no Quarto finalmente a *Chymica*. Em todos elles farão os Exercicios regulares, que adiante serão determinados.

4 Cada hum dos referidos Lentes terá hora e meia de Leitura cada dia. Para o que partindo-se o tempo Lectivo de tres horas de manhã, e outras tantas de tarde (que principiarão sempre ás horas já estabelecidas para as outras Faculdades) em dous espaços iguaes; satisfarão os Lentes ao tempo das suas obrigações pela ordem seguinte.

5 O Lente de *Logica*, e *Moral* lerá no

Y ii

pri-

340 ESTÁTUTOS DA UNIVERSIDADE

primeiro espaço da manhã no Geral de Filosofia. O Lente de *Historia Natural* no primeiro espaço da tarde no Geral, no Muleu, ou no Jardim Botânico. O Lente de *Fysica* no segundo espaço da tarde no Geral, ou na Casa das Máquinas. E o Lente de *Chymica* no segundo de manhã na Aula, ou no Laboratorio, conforme pedirem as circumstancias das Lições, cuja *Theorica* será explicada sempre no Geral, e a *Prática* nos respectivos lugares, que ficam declarados.

CAPITULO IV.

Das Dias Lectivos, e Feriados.

^I
OS dias Lectivos, e Feriados na Filosofia serão os mesmos, que Tenho ordenado para as mais Faculdades. E o Curso das Leituras será de nove Mezes contados desde o principio de Outubro até o fim de Junho; ficando todo o Mez de Julho para os Exames, Actos, e Grãos; e sendo Agosto, e Setembro de Férias, como em todas as outras Faculdades.

2 Não sendo porém tantos os Exames, que peçam todo o Mez de Julho; ou sendo tantos, que nelle se não possam expedir; na Congregação da Faculdade se determinará o dia,

CURSO FILOSOF.P.III.T.II.CAP.IV. 341

dia, em que se hão de acabar as Lições; conforme fica disposto a respeito do Curso Mathematico na Segunda Parte deste Livro, Título Terceiro, Capitulo Quarto.

TITULO III.

Da Distribuição das Lições pelos Annos do Curso Filosofico; e do modo, que nellas se ha de ter.

CAPITULO I.

Das Lições do Primeiro Anno.

^I
PARA haver nas Lições Filosoficas a ordem, e methodo conveniente ao bom aproveitamento dos Estudantes; o Lente do Primeiro Anno antes de entrar nas Lições proprias das suas respectivas Disciplinas, lerá os *Prolegomenos geraes da Filosofia*. Nelles mostrará o objecto desta Sciencia, que consiste na applicação da Razão a todos os differentes objectos; sobre que ella se póde exercitar. Explicará o methodo, que se deve seguir no Estudo Filosofico. Apresentará hum prof-

342 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

prospecto geral de todas as suas Partes. E dará hum Resumo da *Historia Filosofica*: Mostrando a origem, e progressos della; as diferentes Seitas, em que se dividio; os esforços, e os delirios dos Filósofos mais célebres na Republica das Letras pelos seus descobrimentos, e pelos seus erros.

2 Feita esta Introdução com brevidade, entrará na Primeira Parte da *Filosofia Racional*, que he a *Logica*, a qual deve servir de entrada, e frontispicio ao *Curso Filosofico*: Porque não sendo todas as verdades, que nelle se devem ensinar, primeiros Principios; mas necessitando de discussão, e combinação para se alcançarem, e provarem; he necessario saber as Regras, pelas quaes se deve fazer a dita combinação; e o caminho, por onde ha de passar continuamente o entendimento, do conhecido para o desconhecido.

3 Fazendo tambem com brevidade a Introdução a esta Disciplina; entrará nas Lições della: Limitando-se ás Regras fundamentaes, e necessarias: E excluindo a grande multidão de preceitos inuteis, e de questões extravagantes introduzidas pelos *Escolasticos*, e conservadas em grande parte pelos *Moder-nos*, que se empenharam em fazer longa, difficil, e embaraçada a Arte de discorrer, que deve ser breve, facil, e expedita.

4 Assim terá sempre presente: Que toda

a

CURSO FILOSOF. P.III. T.III. CAP.I. 343

a Logica se reduz a huma Regra muito simples: Que assim como para comparar dous, ou muitos objectos, distantes huns dos outros, se usa dos objectos intermedios; do mesmo modo se comparam as idéas, cuja relação manifestamente se não vê por meio de outras idéas, que entre ellas se podem achar para servirem de cadeia ao Raciocinio. E toda a Logica não deve ser outra cousa mais, do que a evolução deste unico Principio, e das consequencias, que delle resultam.

5 Primeiramente mostrará as Regras, e Methodo, que se devem seguir no Raciocinio perfeito, que se chama *Demonstração*: Desabufando os seus Discipulos das idéas pedantescas de alguns Escritores, que tem profanado o nome de *Demonstração* em questões, onde o mesmo nome de *Conjectura* seria temerario: E mostrando que as Proposições não ficam já mais demonstradas, por se dizer que o estão; e que de nada vale a fórma accessoria, e o exterior Geometrico de *Definições*, *Theoremas*, *Corollarios*, &c. quando se applica a Principios vagos, faltos da exactidão escrupulosa das Verdades Mathematicas.

6 Em segundo lugar mostrará as Regras necessarias para conduzir o Entendimento no Raciocinio imperfeito, no qual se não pôde sentir evidentemente a união, ou opposição das idéas. Nisto consiste hum Ramo da Logica

ca

344 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

ta tão effencial, e necessario, como a *Arte de Demonstrar*; e pouco cultivado nos Elementos ordinarios da mesma Logica; sem embargo de que a *Arte conjectural*, que ensina a pesar, e a avaliar as probabilidades, he a que tem mais necessidade de Regras; e que tem uso mais amplo nas Sciencias, conforme o estado actual, em que se acham.

7 Tambem advertirá, que todas as Regras, que se podem imaginar nesta materia, são insufficientes, e de nenhuma utilidade, se por hum exercicio frequente se não adquirir o habito precioso de as applicar felizmente á pratica: Costumando o Entendimento ao tino particular da *Conjectura*, algumas vezes mais admiravel, do que a mesma *Demonstração*; pela sagacidade, e delicadeza, que suppõe; e pelo maior numero de combinações fugitivas, e complicadas, que envolve.

8 Como pois os exemplos são as Lições mais proveitosas; não sómente cuidará o Professor em mostrar exemplificada a substancia das Regras no mesmo Curso seguido das Lições elementares; mas tambem explicará algum Livro escolhido, no qual faça distinguir aos seus Discipulos os differentes Raciocínios, que nelle houver; o encadeamento, a força, e o valor de cada hum delles: Procedendo do mesmo modo, que se pratica nas Lições da *Eloquencia*, nas quaes não sómente se dam

CURSO PHILOSOF. P.III.T.III. CAP.I. 345

as Regras da Arte; mas tambem se mostram praticadas pela explicação de algumas Obras de merecimento original, que devem servir de modello.

9 O Livro, que para o dito fim se deve escolher, he hum dos Pontos mais importantes das Lições deste Anno. A Congregação da Faculdade tomará sobre isto madura deliberação; e consultará o resultado nas Juntas da Congregação Geral das Sciencias; a fim de se resolver com acerto o que for mais util ao aproveitamento dos Estudantes, que no dito Livro hão de começar a sentir, e avaliar a força do Discurso. E para determinar em geral as condições, que nelle se requerem, terá sempre a Congregação entendido, que além da exactidão rigorosa nas materias susceptiveis de Demonstração, tenha grande delicadeza de tino nas materias conjecturaes; e siga hum encadeamento natural em todo o Discurso.

10 Como isto ha de ser explicado aos novos Philosophos, que ainda não estiverem iniciados nos Principios das Partes superiores da Filosofia; deverá o mesmo Livro tratar sim com a maior profundidade Filosofica o seu assumpto; mas em materia que não dependa, senão das verdades, e Principios communs a todos os Homens. Neste espirito poderá a Congregação achar algum Tratado conveniente ao fim, que Tenho declarado entre os

346 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

Dialogos de Platão, ou entre as Obras de outros Filósofos antigos.

11. Reduzindo-se pois o Lente ás Regras necessárias da Logica, e á praxe dellas; não sómente mostrará a origem, e causas do erro, e os meios de o evitar; mas também costumará os seus Discipulos a examinar, analysar, e combinar as materias; e a proceder com exactidão, e boa fé nos seus Raciocínios: Procurando adquirir huma idéa clara, e distincta das cousas, para se não enganarem; e huma expressão de termos claros, e bem definidos, para não enganarem aos outros. Em huma palavra: O cuidado todo do Professor se reduzirá a inspirar nos seus Ouvintes o *Criterio*, em que consiste a alma da Filosofia; não os cansando com Disputas sobre a primeira Proposição verdadeira, que alcança o Entendimento, a qual poderá não ser a mesma em todos os Homens; mas fazendo-os adquirir com o exercicio o habito precioso de distinguir o verdadeiro, do falso; e o Argumento, do Sofisma.

12. Também deixará de parte o grande numero de questões Metafysicas, que os Logicos vulgares disputam sobre a natureza, e origem das idéas; a maior parte das quaes não tem Principios certos para já mais se averiguarem; e ainda que os tivessem, não pertencem aos Elementos da Logica; antes a supõem
bem

CURSO FILOSOF. P.III. T.III. CAP.I. 347

bem estudada, e praticada para nellas se poder discorrer alguma cousa com acerto. E por essa razão cortando todas as superfluidades, e embaraços; deverá concluir o que pertence á Logica nos Primeiros tres Mezes do Anno lectivo; exceptuando a prática della, a qual sempre mostrará no resto das Lições de todo o Anno.

13. Acabada a Logica, entrará na Metafysica, que póde considerar-se como a Segunda Parte da Filosofia Racional; porque nella se trata dos primeiros Principios ideaes das cousas, e da natureza dos Espiritos. Esta Sciencia, que viciada pelas subtilidades frivolas, e delirios insensatos dos Peripateticos, se tinha tornado em huma Collecção de quiméras; sendo reduzida aos seus justos limites; deve ser considerada como a primeira Sciencia da Razão.

14. Deixando pois as questões Escolasticas para alimento dos entendimentos frivoles, e temerarios; mostrará o Professor a analyse das nossas idéas: Explicando o verdadeiro caminho, por onde passa o Entendimento das idéas havidas pelas impressões dos sentidos ás idéas abstractas, e geraes; e como por huma combinação, e inducção seguida, e uniforme, chega a estabelecer certos Principios, e verdades commuas a todos os Homens.

15. Assim explicará com grande distincção,
e

348 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

e clareza as idéas, que temos em geral da *Substancia*, e do *Accidente*; do *Necessario*, e *Contingente*; da *Essencia*, e *Natureza*; do *Absoluto*, e *Relativo*; da *Identidade*, e *Distincção*; da *Unidade*, e *Multiplicidade*; das *Causas*, e *Effeitos*; da *Perfeição*, *Semelhança*, *Ordem*, *Proporção*; e todas as mais idéas abstractas, que podem ter uso no Discurso; fixando bem os seus limites; mostrando de hum modo luminoso a gradação, por onde o Entendimento as adquire; e accrescentando a tudo isto as Proposições, e Theoremas geraes, que da combinação das mesmas idéas se derivam.

16 Acabada esta Primeira Parte da Metafysica, conhecida pelo nome de *Ontologia*; passará á *Pneumatologia*, que he a Segunda Parte; e trata da Natureza Espiritual, da qual he proprio o entender. E primeiramente tratará da *Psychologia*; Sciencia de tanta importancia, como he o conhecer-se o Homem a si mesmo.

17 Nella deixará do mesmo modo o grande numero de questões escuras, e inaverguaveis, que tem excitado a presumpção vaidosa de disputar de tudo, como são *por exemplo* as débeis especulações, com que se tem querido explicar a razão do Enigma da união da Alma com o corpo, e do seu commercio reciproco. Contentar-se-ha pelo contrario com ex-

por

CURSO FILOSOF. P.III. T.III. CAP.I. 349

por (quando muito historicamente) os pensamentos dos differentes Systemas de *Influxionistas*, *Occasionalistas*, e *Harmonistas*, sem tomar nelles partido voluntario. E se limitará a fazer huma Collecção das verdades, e conhecimentos certos, que podemos adquirir pela meditação, e reflexão sobre as operações da mesma Alma, que são os factos, ou experiencias, que devem servir de sólida base a esta Sciencia.

18 Tambem não perderá o tempo em entender provar aquella classe de verdades, que não são de discussão, mas de sentimento. Nestas sómente deve encaminhar os Discipulos para reflectirem em si mesmos, e as acharem no Livro interior da Consciencia. Desta classe *por exemplo* he a Liberdade do Homem, a qual melhor se póde sentir, do que se póde demonstrar. Ao contrario trabalhará com a maior diligencia sobre a Demonstração da *Espiritualidade*, e *Immortalidade* da Alma; porque estas não são verdades, que se sintam immediatamente na Consciencia; mas que necessitam da applicação do Discurso, e de discussão de razões para se demonstrarem.

19 Tendo explicado a Doutrina sólida, e precisa, que nos he possível ter do nosso Espírito, passará á *Theologia Natural*, na qual se ensinam as verdades, que pelo lume da Razão podemos alcançar em Deos.

E

350 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

20 E deixando os Pontos, que sómente podem constar pela Revelação; e pertencem por isso á *Theologia Revelada*; mostrará com toda a força, e clareza da Razão a existência de Deos; e os seus Attributos da *Infinidade*, *Immensidade*, *Independencia*, *Unidade*, *Immutabilidade*, *Omnipotencia*, *Omnisciencia*, &c.: Procurando desarmar os Sofismas especulativos, e práticos do *Atheismo*, *Indifferentismo*, *Deismo*, e *Polytheismo*; e preparar os animos para o obsequio racional da Fé Christã.

21 Acabada a *Metafysica*, que, sendo reduzida aos conhecimentos sólidos, e necessários, poderá ser concluida pelo Professor no Segundo Trimestre do Anno lectivo; passará finalmente á *Moral*, que immediatamente resulta do conhecimento de Deos, e da nossa Alma. Nella se empenhará com tanto maior cuidado, quanto he mais necessario ao Homem o ser virtuoso, do que sábio.

22 Dará huma idéa clara do estado moral do Homem; da sua Liberdade; da imputação das suas acções; do bem, e do mal; do fim, e felicidade, para que Deos o creou; dos meios de emendar, e cohibir as más inclinações da Vontade, e satisfazer ás obrigações, que a Lei da Razão lhe impõe; tanto a respeito de Deos, como a respeito de si mesmo, e dos outros Homens. E acompanhará sempre

2

CURSO FILOSOF. P.III.T.III.CAP.I. 351

a Doutrina com as exhortações necessarias para mover os seus Discipulos ao amor da Virtude: Tendo bem entendido, que esta Sciencia não deve ser tanto disputada, como praticada.

CAPITULO II.

Das Lições do Segundo Anno.

I

Tendo os Estudantes Filósofos ouvido as Lições da *Filosofia*, *Racional*, e *Moral*, passarão ás Lições da *Historia Natural*, que serve de base á *Fysica*, e a todas as Artes.

2 O Professor desta Cadeira depois de fazer os Prolegomenos necessarios sobre a origem, e progresso da *Historia Natural*; sobre o objecto della; sobre os requisitos necessarios para a estudar; e sobre tudo o mais, que pertence ás prenoções, que devem facilitar o mesmo Estudo: Principiará as Lições, dando aos seus Discipulos huma idéa da *Natureza*, e constituição do Mundo em geral, e do Globo terrestre em particular. E ainda que a *Historia Natural* comprehende todo o Universo; limitando-se com tudo aos objectos mais vizinhos ao Homem, e mais necessarios ao uso da vida; dividirá as suas Lições em tres Partes, segundo a divisão dos tres Reinos da

Na-

352 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

Natureza, que são o *Animal*, o *Vegetal*, e o *Mineral*.

3 Em todas ellas reduzirá o seu cuidado, e attenção a dous Pontos Capitaes: Primeiro, fazer huma Descripção exacta de cada hum dos productos da Natureza: Segundo, recolher a substancia de todas as observações, que sobre elles se tem feito.

4 A Descripção he o meio de fazer conhecer cada huma das cousas em particular; dando huma idéa justa da sua conformação; e notando os caracteres, que a distinguem das outras. Este he como o Vocabulário, que deve servir de Preliminar á Sciencia da Historia, a qual consiste nos factos conhecidos pela observação; porque antes de saber o uso, e prestimo das cousas, he necessario conhecellas.

5 E como em cada hum dos Reinos da Natureza ha huma multidão de productos, que excede á comprehensão da memoria; será necessario reduzillos a hum Systema methodico, por classes, ordens, generos, e especies, segundo o Plano, que na Congregação da Faculdade, e na mesma Congregação Geral se julgar mais adequado ao fim, que se pertence dos referidos Systemas.

6 Porém advertirá o Lente, que não deve empregar-se todo em imaginar Systemas, e Distribuições methodicas; como se nisto consistisse unicamente a *Historia Natural*. Ant

tes

CURSO FILOSOF. P. III. T. III. CAP. II. 353

tes usará delles, reduzindo-os ao seu justo valor; distinguindo o pouco, que nelles ha de natural, do muito, que tem de arbitrario; e considerando, que não servem de outra cousa, senão de huma memoria *artificial*, que ajuda no estudo da Historia, e explica os termos, e frases de convenção, que formam a linguagem propria da mesma Historia.

7 E terá entendido, que o objecto mais importante desta Sciencia, consiste não sómente na Collecção dos factos, que se tem observado na Natureza; mas tambem na combinação de todos elles: Procurando generalizallos, e ligallos reciprocamente por hum encadeamento de analogias até chegar áquelle gráo superior de conhecimentos, que se requer; para explicar os factos particulares pelos geraes, e para comparar a Natureza consigo mesma nas suas grandes operações; donde se abra o caminho para aperfeiçoar os differentes Ramos da Fyfica, e das Artes, que della dependem.

8 Advertidas estas reflexões geraes, começará pela *Zoologia*, que he a Sciencia do *Reino Animal*. E tendo mostrado os Principios fundamentaes do Systema methodico das Classes, e Ordens, a que se reduzem os Animas conhecidos; com as frases, synonimos, differenças, e caracteres, com que se distinguem, e descrevem; passará ao fundo proprio da Historia; a qual deve unicamente consistir

Liv. III.

Z

nos

354 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

nos factos constantemente observados nos mesmos Animaes; tanto a respeito huns dos outros; como a respeito do Homem, para cujo serviço, e uso elles foram creados pelo Author da mesma Natureza.

9 Também advertirá, que a Historia de hum Animal não póde descer ás particularidades, que se observam nos individuos; mas que deve forçosamente limitar-se aos factos constantes, e uniformes, que se observam em toda a especie. Ella deve mostrar a sua geração; o tempo do cóito, e do parto; o numero dos filhos; o seu instinto; os lugares da sua habitação; o seu sustento, e artificio; o tempo que vivem; as doenças, a que estão sujeitos; e os serviços, que podem fazer ao Homem, com todas as utilidades, e commodidades, que delles podem resultar: Demorando-se com mais particular indagação sobre os Animaes, que pertencem ao Commercio, Agricultura, e outros usos mais sensíveis, e importantes da vida humana.

10 Da *Zoologia* passará á *Botanica*, que he a Sciencia do *Reino Vegetal*, e consiste em duas cousas: A primeira he o conhecimento das Plantas: E a segunda o uso dellas.

11 Para melhor introduzir os seus Discipulos no estudo desta Disciplina; fará primeiro a Introdução necessaria: Mostrando a origem, e progressos della, desde o Seculo de
Hip-

CURSO PHILOSOF. P.III. T.III.CAP.II. 355

Hippocrates até o de *Galeno*: Quanto a enriqueceram primeiramente, e depois a desprezaram os *Arabes*: Como foi restituída no Seculo da restauração das Letras no Occidente: E como finalmente pela industria, e trabalho dos *Naturalistas*; e pelo concurso, e influxo da liberalidade dos Principes, chegou ao estado actual, em que presentemente se acha: E não dissimulando as imperfeições, que ainda tem, e os conhecimentos, que lhe faltam.

12 Feita esta Introdução Historica, mostrará os Principios fundamentaes do methodo, que se julgar melhor para reduzir todas as Plantas, que são conhecidas, ou se houverem de conhecer para o futuro, a certas classes, e generos, com as frases, differenças, e caracteres, com que ellas se distinguem. Bem entendido, que não deverá constituir a Sciencia da Botanica neste *Systema artificial* de *Nomenclatura*, no qual tem havido algum excesso nos Botânicos: Sendo manifesto, que a Sciencia teria feito maiores progressos, se tivesse havido tanto estudo na observação, como na construção, e delineação dos ditos *Systemas*.

13 Pelo que, reduzindo o methodo, que se abraçar ao seu legítimo uso, que he facilitar a memoria; cuidará principalmente no fundo próprio da Sciencia, que consiste na

Z ii

Hif-

356 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

Historia dos usos, e prestimos, que pela observação se tem descoberto nas differentes especies de Plantas, que a Natureza produz copiosamente para o uso do Homem.

14 Primeiramente tratará da Sciencia dos Vegetaes em geral: Colligindo as observações, e verdades commuas a todas as Plantas; para entrar depois mais expeditamente no que pertence a cada huma das especies em particular: Mostrando o uso, que nellas se tem descoberto, relativamente ás Artes, em que interessa a Sociedade: Demorando-se sempre no útil: E passando em breve resumo o curioso.

15 Para dar hum conhecimento exacto das Plantas, fará a demonstração dellas no *Jardim Botanico* todas as vezes que for necessario; principalmente no tempo, em que ellas florecem, e se distinguem melhor os seus differentes caracteres: Procedendo em tudo com o zelo, que convém, para formar Discipulos sólidamente instruidos nesta Sciencia, e capazes de a promoverem efficazmente por meio da observação.

16 Da Botanica finalmente passará ás Lições de *Mineralogia*, em que consiste o Terceiro Reino da Natureza, e a Terceira Parte da *Historia Natural*; que tem por objecto o conhecimento, e propriedades observadas, das differentes especies de *terras*; *pedras*; *saes*; *substancias inflammaveis*; e em geral de

CURSO PHILOSOP. P. III. T. III. CAP. II. 357

de todos os corpos inanimados, e destituidos de órgãos sensiveis, que se acham na superficie, e nas entranhas da Terra.

17 A multiplicidade dos objectos, que se comprehendem na *Mineralogia*, faz igualmente necessaria huma ordem Systematica, e Methodica semelhante á que se tem executado na Botanica. Por esta razão adoptará o Professor o Methodo, que se julgar melhor por Assento da Congregação da Faculdade, com as cautelas, que affina Tenho ordenado a respeito dos Methodos *Botanico*, e *Zoologico*.

18 O primeiro cuidado do dito Professor, será fazer conhecer bem aos seus Discipulos os differentes productos, e substancias do *Reino Mineral*: Costumando-lhes os olhos a distinguillos pelos finaes exteriores, que os caracterizam: Mostrando-lhes as particulas delles, que se guardaráo no Museu, ou Gabinete da Historia Natural: E dando-lhes ao mesmo tempo huma idéa geral do modo, com que estas substancias se acham arrumadas, e encamadas nas entranhas da Terra; dos finaes, que annunciam a presença das minas; e de tudo o mais, que pertence á Historia desta Parte da Sciencia Natural.

19 Em segundo lugar mostrará as propriedades observadas em todas as referidas substancias: Recolhendo todos os factos, que forem, ou puderem ser de alguma utilidade no uso

358 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

uso das Artes. E como as especulações tranquilladas do Gabinete, e os conhecimentos adquiridos pelos Livros, não podem formar hum Naturalista completo; terá o Lente grande cuidado, e attenção em formar os seus Discipulos no gosto, e Arte de observar; para se fazerem verdadeiramente habéis na Historia do Mundo sensível pelo grande Livro da mesma Natureza.

20 Finalmente, sendo manifesto, que entre os Escritos da Historia Natural, se distingue notavelmente a Obra de Plinio; não sómente pela collecção de factos importantes; mas tambem pela expressão nobre, exacta, e magnífica, que infunde nos Leitores huma elevação de espirito, que vale tudo na Filosofia: Sou servido ordenar, que além das Lições Methodicas, e Elementares da Historia Natural, que se hão de fazer pelos Tratados, que se julgarem mais completos na Congregação da Faculdade, sejam obrigados os Estudantes deste Anno á Lição da Historia de Plinio.

21 E para que os Discipulos assim o façam, reservará o Mestre huma pequena parte do tempo de cada Leitura, para lhes explicar alguns pedaços escolhidos da dita Historia, illustrando os Lugares difficultosos, mas não se demorando em Commentarios prolixos de Erudição escusada: De sorte, que no fim do Anno tenha explicado as cousas mais importantes.

CURSO FILOSOF. P.III.T.III.CAP.II. 359

tantes, que na dita Obra se contém; obrigando os Discipulos a estudallas, e deixando o resto á Lição particular, que elles devem fazer em toda a Historia deste célebre Naturalista.

CAPITULO III.

Das Lições do Terceiro Anno.

TENDO os Estudantes Philosophos adquirido o conhecimento fundamental da Historia da Natureza; e dos factos, que a simples observação tem mostrado nos differentes productos, que se apresentam aos olhos do Observador: Etendo ao mesmo tempo ouvido as Lições da Geometria Elementar no Geral de Mathematica: Passaráo neste Anno para a *Fysica Experimental*, em que se incluem os factos conhecidos pela experiencia; que he huma observação mais subtil, procurada por artificio para descobrir o véo da Natureza; e para lhe perguntar os segredos mais reconditos das suas operações, quando ella por si mesma não falla.

2 O Lente desta Cadeira principiará as suas Lições pelos Prolegomenos necessarios: Mostrando o objecto da Fysica; a sua origem, e progressos; as differentes revoluções, que padeceo, gyrando de hypotheses em hypotheses, e de Systemas em Systemas, até se re-

360 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

reduzir á Estrada Real da Experiencia, pela qual sómente se podem fazer os convenientes progressos.

3. Tambem mostrará as qualidades, e requisitos necessários para se estudarem fructuosamente as Lições desta Sciencia; e dará huma idéa geral da sagacidade, e attensões, que se devem applicar na Arte de fazer as Experiencias; como se hão de repetir, e combinar; como se hão de distinguir os factos accessórios, dos principaes; como se hão de distribuir os efeitos complicados de huma Experiencia, por meio de outras experiencias parciaes, que excluam successivamente as circumstancias da primeira; e como se deve fazer uso da Razão; para se conjecturar o efeito antes de o experimentar; e para se escolherem as circumstancias, em que se devem fazer experiencias decisivas, e izentas de toda a equivocação.

4. Geralmente se terá advertido, que as causas dos Fenomenos, e efeitos da Natureza, estão fóra do alcance das especulações do Entendimento humano; e que toda a Sciencia da Fyica se reduz primeiramente á collecção dos factos averiguados pela experiencia; e depois disso á combinação, e generalização delles, até se chegar ao descobrimento de hum facto primordial, que faça as vezes de causa a respeito das nossas luzes; e que por elle se

ex-

CURSO FILOSOF. P.III.T.III.CAP.III. 361

expliquem syntheticamente os factos particulares: Ou quando se não possa descobrir em algumas materias hum effeito geral, pelo qual se dê razão dos particulares, se limite o estudo do Filósofo á simples collecção das verdades decisivamente provadas por via de facto; abstando-se de imaginar hypotheses, e de fabricar Systemas gratuitos, que tem sido na Filosofia o mesmo que a fabula na Historia.

5. O principal fruto das Experiencias, em que se deve empenhar o Professor, he descobrir as Leis geraes, que seguem a Natureza nas suas operações; e preparar os Principios das Sciencias Fyico-Mathematicas. Não se occupará com tudo em mostrar por Experiencias os resultados da Theorica, e do Cálculo; os quaes, supposta a firmeza dos Principios, são mais exactos do que o resultado das Experiencias feitas em ponto pequeno, e complicadas com muitas circumstancias parciaes, que influem no effeito: Por isso sómente se fazem com utilidade, quando se dirigem unicamente a comparar o resultado mecanico com o calculado; para se conhecer pela differença a resistencia das máquinas, a fricção, e outras circumstancias, que influem no jogo dellas.

6. Pelo que será da competencia da Fyica mostrar os Principios susceptiveis da applicação da Geometria: Deixando a esta Sciencia acabar o resto, e deduzir delles as consequen-

cias

362 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

eias complicadas com as chaves do Cálculo. E como em poucas materias da Fysica se tem achado, e generalizado até o presente Principios simples, e luminosos, que admittam a Geometria; deverá a Fysica continuar as suas indagações até os achar; sendo sempre do seu objecto procurar o *como*, e *porque* dos Phenomenos naturaes; e da obrigação da Mathematica averiguar o *quanto* delles.

7 Em quanto porém se não chegar em todos os Ramos da Fysica a descobrir Principios geraes, e luminosos, pelos quaes ella explique completa, e perfeitamente a razão; e o Cálculo; e mostre a quantidade dos effectos; deverá limitar-se o estudo da Fysica a ajuntar, e multiplicar os factos; a poslos na ordem de que elles forem susceptiveis; a explicallos (quanto possível for) huns pelos outros; e a buscar a sua mútua dependencia, até chegar ao tronco principal, que os une; e a descobrir por meio delles outros factos até agora ignorados.

8 Deverá tambem o Professor estar acautelado para não cahir naquelle furor de explicar tudo, que *Descartes* introduzio na Fysica; costumando os seus Sectarios a contentar-se com Principios, e razões vagas, proprias a defender igualmente o *pro*, e o *contra*; como se vê em muitos Authores Modernos, os quaes explicam as variações do Baro-

me-

CURSO FILOSOF. P. III. T. III. CAP. III. 363

metro; a formação da neve; e huma infinidade de outros Phenomenos de hum modo tão froxo, e tão vago, que pelas mesmas palavras se poderiam explicar, quando elles fossem absolutamente contrarios ao que mostra a Experiencia.

9 Não se julgará com tudo por isso reprovado o uso da *Conjectura*. A qual, sendo tímida, circumspecta, e illuminada, pôde conduzir muitas vezes a descobrimentos importantes. Da mesma maneira se não excluirá o uso da *Analogia*. A qual, sendo dirigida com sagacidade; penetra mais do que a Natureza quer mostrar; e prevê os factos antes de os ter visto. Se estes dous talentos preciosos enganam algumas vezes a quem não sabe fazer uso delles com sobriedade; o engano está sómente no abuso voluntario, que delles se pôde fazer.

10 Usando pois o Professor das referidas cautelas, tratará todas as materias, que pertencem ás Lições da *Fysica Experimental* pela ordem dos Elementos, que lhe servirem de Texto; recolhendo, e ajuntando todas as verdades de facto, que decisivamente se provarém pelas Experiencias, bem feitas, e bem discutidas. No que terá sempre attenção a evitar as Operações de máquinas, complicadas com aparelhos superfluos; os quaes além da maior despeza, conduzem muitas vezes ao

er-

364 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

erro: Sendo manifesto, que quantos mais são os meios, que se empregam, tanto he mais difficil distinguir a qual delles se deve attribuir o effeito, que resulta das Operações.

11 Assim explicará as verdades, que se tem descoberto ácerca das propriedades geraes dos Corpos; como são a *extensão*; a *divisibilidade*; a *figura*; a *porosidade*; a *compressibilidade*; a *mobidade*; a *elasticidade*, &c. Mostrando as Leis do equilibrio, e do movimento simples, e composto: E explicando os Fenomenos da gravidade; da acceleração dos graves; com tudo o mais, que pertence á Fyfica geral. Na Sciencia do movimento mostrará porém os Principios fundamentaes; e as applicações immediatas, que pela Experiencia, e pela Geometria Elemental se podem entender; limitando-se a hum Tratado Elemental de Mecanica; e deixando a parte sublime, que não póde ser bem tratada, senão no Curso Mathematico.

12 Do mesmo modo explicará: A natureza, propriedades, e Fenomenos particulares dos Corpos fluidos: Como elles servem para achar por Experiencia a gravidade especifica, e relativa dos Corpos, e para muitos outros usos importantes da Fyfica: Ajuntando as experiencias, que mostram as propriedades, e effeitos, que se observam na subida dos liquidos pelos Tubos capillares; e os usos do

Ba-

CURSO FILOSOF. P.III. T.III. CAP.III. 365

Barometro, com as importantes observações, que mostram a correspondencia deste Instrumento com as mudanças do tempo.

13 Tambem explicará as propriedades do Ar: Mostrando as Experiencias, que indicam o pezo absoluto delle; e as Leis, que observa na sua densidade, dilatação, e elaterio; com todos os mais Fenomenos, que delle resultam. E considerando o Ar como Athmosfera terrestre, tanto em quietação, como em movimento; explicará distintamente as Experiencias, que mostram a differente pressão, que elle faz em differentes alturas, e distancias da superficie da Terra; como nelle se formam os Meteoros aqueos; e como serve de meio á propagação do som; ajuntando o uso dos Instrumentos *acusticos*; e os meios, que se podem imaginar, para ajudar, e aperfeiçoar o sentido do ouvir.

14 Depois disto explicará as propriedades da *Agua*, considerada nos differentes estados de licor, vapor, neve, &c., com todas as Experiencias, que tem mostrado alguma cousa importante ao uso da Arte. E do mesmo modo tratará do *Fogo*; mostrando os effeitos delle; e os meios principaes de augmentar, e diminuir a acção delle; com os usos, e applicações importantes, que delle se fazem, e podem fazer nas Artes necessarias á Sociedade humana.

A

366 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

15 A Luz será também hum dos objectos principaes da Fyfica particular, em que se tem feito Experiencias, e descobrimentos admiraveis. Estas mostrará o Lente aos seus Discipulos com toda a individuação; ajuntando a explicação do *Arco Iris*; a dos *Meteoros igneos*, e *enfaticos*; a da invenção, e uso dos *Espelhos*, e *Lentes convexas*, e *concavas*; a da *Camara escura*; a dos *Polemoscopios Telescopios* de refração, e reflexão; a dos *Microscopios* simplicis, compostos, e solares; a da *Lanterna Magica*; e dos outros Instrumentos, que são de uso na Optica.

16 Explicará também as propriedades particulares dos *Corpos Magneticos*; a attracção, e effeitos, que della resultam; a communicacção da virtude natural, e artificial delles; a sua direcção, e inclinação; não dissimulando os factos, que ainda faltam nesta materia, para se chegar a dar huma explicação Fyfica, que satisfaça aos Fenomenos, que se tem descoberto pela Experiencia.

17 A *Electricidade* assim natural, como artificial, he até o presente outro Enigma de Fyfica, semelhante ao *Magnetismo*. Mas não deixará por isso o Professor de mostrar aos seus Discipulos huma serie de Experiencias esco-
lhidas, pelas quaes se provam os factos, que até agora se tem descoberto nesta materia: Explicando os meios de fazer nascer a virtude
ele-

CURSO PHILOSOP. P.III. T.III. CAP.III. 367

electrica; os sinais, por onde ella se manifesta; e as conclusões, que por analogia se tem tirado, para se explicarem os terriveis Fenomenos; do Terremoto; do Trovão; e do Raio.

18 Tratando pois dos objectos, que ficam summariamente indicados; e de todos os mais, que pertencem ao Espectaculo da Natureza, que são, ou forem para o futuro accessiveis á Razão do homem, dirigida, e encaminhada, não por méro capricho da Fantazia, mas pelos factos seguros de Experiencias bem delcuidadas, e combinadas; terá o mesmo Professor o cuidado de dar aos seus Discipulos a idéa intuitiva das mesmas Experiencias. Para isto fará as Lições na Casa das Máquinas, todas as vezes, que for necessario. E procurará, que os Discipulos não sejam méros Espectadores; mas que trabalhem, e façam por si mesmos as Experiencias; como he necessario para adquirirem o habito, e sagacidade, que ellas requerem; e para se formarem no gosto de observar a Natureza.

CAPITULO IV.

Das Lições do Quarto Anno.

I

TENDO no Anno precedente aprendido os Estudantes Filósofos as verdades de facto, que o Magisterio da Experiencia tem mostrado nos Corpos, considerados como massas homogêneas; e applicados mecanicamente a obrar uns sobre os outros: Passaráo no quarto Anno a estudar as verdades, que a mesma Experiencia tem mostrado sobre as partes, de que se compõem os mesmos Corpos; e sobre os Fenômenos, que resultam da applicação íntima, e contacto das mesmas partes; Fenômenos, que senão podem explicar pelas Leis ordinarias da Mecanica; mas que dependem de hum Mecanismo particular; e que constituem huma Sciencia á parte.

2 Esta Sciencia tem o nome de *Chymica*, e he a Terceira Parte da *Filosofia Natural*. Nella se ensina a separar as diferentes substancias, que entram na Composição de hum Corpo; a examinar cada huma das suas partes; a indagar as propriedades; e analogias dellas; a comparallas, e combinallas com outras substancias; e a produzir por mixturas differentemente combinadas novos Compostos, de que
na

na mesma Natureza se não acha modello, nem exemplo.

2 Porém antes de entrar nas Lições desta Sciencia, dará o Lente hum Resumo abbreviado da *Historia* della: Mostrando a origem que teve; os progressos que fez; as revoluções; os successos; a decadencia; e o descredito, em que esteve pelos mysterios escuros dos *Alchymistas*, e pelas pertensões frivolas da *Pedra filosofal*, e outros segredos, cuja invenção se propunham homens de maior temeridade, que prudencia: E expondo mais circumstanciadamente a restauração desta Sciencia nestes ultimos tempos; e as utilidades, que tem produzido nas Artes, que della dependem.

3 Como a da Analyse, e da Composição dos Corpos he limitada; e se não pôde promover, senão até certo ponto; parando-se finalmente nas barreiras de certas substancias inalteraveis a todas as forças do Artificio Chymico; estas relativamente ao nosso uso se podem, e devem tomar como Principios, e elementos dos Corpos. E sobre estes explicará o Professor tudo o que tem resultado da combinação das Experiencias Chymicas; sem entender com tudo averiguar a natureza de cada hum dos elementos simplicies, de que os Corpos se compõem; substituindo as imaginações, onde faltam as Experiencias.

Liv. III.

Aa

De-

370 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

4 Depois disto dará huma idéa geral das propriedades relativas das substancias, que entram na Composição dos Corpos, e pertencem ao objecto particular da Chymica: Porque assim como na Fysica se explicam os factos, que resultam da attracção, e impulsão dos Corpos, considerados huns fóra dos outros; do mesmo modo na Chymica se consideram os factos, que resultam da íntima união dos mesmos Corpos, á qual em termos da Arte se tem dado o nome de *Affinidade*.

5 Com effeito todas as Experiencias concorrem a provar, que entre os diferentes Corpos, tanto simples, como compostos, ha huma certa conveniencia, relação, ou affinidade, em razão da qual algumas das ditas substancias se unem intimamente entre si; ao mesmo tempo, que repugnam a contrahir união com outras. Este effeito geral (seja qual for a sua causa) he o que se chama *Affinidade*; e tem o mesmo lugar na Chymica, que a *Gravitação Universal* no Mecanismo do Universo; servindo não sómente de dar razão de todos os Fenomenos particulares, mas tambem de os ligar em hum Systema de Doutrina.

6 Pelo que, mostrará o Lente em primeiro lugar as verdades fundamentaes, que se tem provado decisivamente ácerca da *Affinidade* dos Corpos; como por exemplo: Que
se

CURSO PHILOSOP.P.III.T.III.CAP.IV. 371

se a hum Composto de duas substancias se applica hum terceiro Corpo, que não tenha affinidade com huma dellas; e que a tenha com a outra, maior do que ellas ambas entre si; resulta necessariamente huma de Composição, e huma nova união; isto he, que o terceiro Corpo separa as duas substancias huma da outra; e se une com aquella, com a qual tem affinidade; formando com ella hum novo Composto; e deixando a outra livre, e desembaraçada, como ella era antes de haver contrahido a união. Semelhantes a estes são outros factos geraes, que se devem explicar antes de entrar no exame dos particulares.

7 Tendo explicado os Principios geraes, ou os factos generalizados, pela combinação das Experiencias; entrará no exame das substancias, que constituem especies particulares, começando sempre pelas mais simples, e passando dellas ás mais compostas. Assim principiará pelas substancias *salinas* em geral, e particular; mostrando as propriedades, e affinidades dos *ácidos* com as Terras absorventes, com a Agua, e com o *Elogístico*; e applicando as particulares observações dos *Alkalis* fixos, e volateis; dos saes *neutros*; dos *ácidos vitriolicos, nitrosos, &c.*

8 Dahi passará ás substancias *metallicas* em geral, e particular; mostrando o resultado das Experiencias, que se tem feito sobre

372 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

o ouro, prata, cobre, ferro, estanho, chumbo, mercurio, regulo de antimonio, &c.; sobre o que se não esquecerá dos factos mais importantes, que dizem relação ao uso das Artes, que trabalham na manipulação das ditas substancias *metallicas*; como são os meios de procurar-lhes facilmente a *fusão*, *dissolução*, *separação*, a *malagmacão*, &c.

9 Depois disto passará ás substancias *oleosas* em geral, e particular; tratando dos oleos *mineraes*, *vegetaes*, e *animaes*; das preparações, e dos usos delles. Onde se encaminhará para a fermentação em geral, e para as especies particulares della: Examinando as diferentes propriedades, e Fenomenos das fermentações *espirituosas*, *acidas*, e *putridas*: Ajuntando as reflexões necessarias sobre os meios, e operações, que se empregam na analyse das substancias *animaes*, *vegetaes*, e *mineraes*, como são as *distillações*, *emulsões*, *dissoluções*, &c.

10 E acabará a parte Theorica desta Sciencia, explicando a Taboa das *Affinidades*, em que se acham artificialmente recapituladas as verdades fundamentaes da Arte, que no Curso das Lições se mostram pelo resultado das Experiencias. Não dissimulará porém os defeitos, e imperfeições, que nella se acham até o presente. Antes mostrará (se possível for)

CURSO FILOSOF.P.III.T.III.CAP.IV. 373

for) os meios de a fazer cada vez mais perfeita, e completa.

11 Como as Lições *Theoreticas* nesta Sciencia não podem ser bem comprehendidas, sem a prática dellas; deverá o Professor mostrar aos seus Discipulos todos os Processos Chymicos, que são conhecidos na Arte: Tratando da Analyse, e das Operações sobre os diferentes productos dos tres Reinos da Natureza: Não se limitando á escolha dos Processos relativos ao uso de alguma Arte particular: E extendendo a vista sobre todas as que dependem da Chymica geral, e Filosofica.

12 Para isso dará as Lições competentes de *Prática* no *Laboratorio*; nas quaes não fará dos seus Discipulos meros espectadores; mas sim os obrigará a trabalhar nas mesmas Experiencias, para se formarem no gosto de observar a Natureza; e de contribuirem por si mesmos ao adiantamento, e progresso desta Sciencia. A qual não se enriquece com Systemas vãos, e especulações ociosas, mas com descobrimentos reaes, que não se acham de outro modo, senão observando, experimentando, e trabalhando.

13 O Lente será por isso obrigado a dar por si mesmo aos seus Discipulos exemplo do trabalho, e constancia, que se requerem no Observatorio da Natureza: Desabufando-os das

374 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

das idéas infensas dos *Escolásticos*, que punham a sua gloria em fabricar Mundos quimericos no vazio das suas imaginações; e em ignorar o nome, e as propriedades uteis, reaes, e verdadeiras de tantos productos, e riquezas do Mundo actual, que Deos creou para uso, e contemplação do Homem. E faltando a esta parte effencial da sua obrigação, (o que não espero) ficará sujeito ao que Tenho disposto a respeito dos Medicos na Primeira Parte deste Livro, Titulo Terceiro, Capitulo Primeiro, Paragrafos Trinta e hum, e Trinta e dous. Disposição, que igualmente se entenderá a respeito dos outros Lentes, se faltarem do mesmo modo, no que pertencer á prática nas suas respectivas Lições.

TI-

CURSO FILOSOFICO. PART. III. 375

TITULO IV.

Dos Exercicios Literarios do Curso Filosofico.

CAPITULO I.

Dos Exercicios em Geral.

SENDO os *Exercicios Literarios* a alma das Lições em todas as Sciencias, como Tenho declarado na Primeira Parte deste Livro, Titulo Quarto, Capitulo Primeiro; ainda são mais indispensaveis nas Lições do *Curso Filosofico*; pela razão de ser a Filosofia a primeira Sciencia, que na ordem dos Estudos se apresenta ao Entendimento da Mocidade, ainda não costumada a usar da Razão com desembaraço.

2 Pelo que deveráo os Lentes de Filosofia trazer os seus Discipulos em huma circulação contínua nos Exercicios necessarios; não sómente para lhes fixar na memoria as Doutrinas, que vam passando; mas tambem para lhes desembaraçarem o engenho; e procurarem o habito de se exprimirem com ordem, cla-

376 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

clareza, e energia; usando para isso dos meios, que no referido lugar Tenho indicado; e de tudo o mais, que lhes suggerir o ze'o, de que devem ser animados, para o aproveitamento dos seus Ouvintes.

CAPITULO II.

Dos Exercicios Vocaes.

I

OS *Exercicios Vocaes* serão frequentados continuamente, como parte essencial das mesmas Lições; e serão distribuidos em Diarios; Semanarios; e de todos os Mezes; como Tenho ordenado em todas as outras Faculdades.

2 Os *Exercicios Diarios* terão por objecto principal fixar na memoria dos Ouvintes as Doutrinas, que forem passando, e procurar que as entendam. Para o que todos os Lentes repartirão o tempo das Lições em duas partes: Na primeira farão o Exercicio sobre a Lição do dia precedente: Na segunda explicarão a Lição para o dia seguinte: Governando-se em huma, e outra cousa pelo que Tenho ordenado na Primeira Parte deste Livro, Titulo Quarto, Capitulo Segundo, desde o Paragrafo Quinto até o Paragrafo Decimo.

Os

CURSO FILOSOF. P.III. T.IV. CAP.II. 377

3 Os *Exercicios Semanarios* serão ordenados a recapitular as Lições de toda a Semana. E se farão no Sabbado, ou no ultimo dia lectivo della, quando for o Sabbado feriado. Haverá nelles ao menos tres Defendentes, e dobrado numero de Arguentes, tirados por sortes: Guardando-se nisso tudo o que Tenho disposto no referido Capitulo Segundo, Paragrafo Undecimo, e seguintes.

4 Os Exercicios de todos os Mezes serão do mesmo modo ordenados a recapitular as Lições, e Doutrinas, que nelles se houverem explicado. Nestes Exercicios se guardará em tudo, e por tudo; o que fica disposto no mesmo Capitulo Segundo, Paragrafo Decimo quarto, e seguintes.

CAPITULO III.

Dos Exercicios Práticos.

I

TENDO a Filosofia duas Partes; huma *Theoretica*; e outra *Prática*; e sendo os *Exercicios Vocaes* unicamente proporcionados para se adquirir a intelligencia das Doutrinas especulativas; he necessario recorrer aos *Exercicios Práticos*, para se adquirir o habito de obrar com promptidão, e acerto.

2 Por esta razão o Lente do Primeiro Anno,

no,

378 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

no, não somente mostrará executadas as Regras da Arte de discorrer no Tratado, que para esse fim ha de explicar, segundo lhe Tinho encarregado no Capitulo Primeiro doTitulo precedente; mas tambem proporá diferentes Questões aos seus Discipulos; para elles acharem os meios proprios de as provar; e fazerem a combinação das idéas, que para isso for necessaria; costumando-os a discorrer por si mesmos com a attenção, e força necessaria, para evolverem o fundo natural do seu engenho.

3 Do mesmo modo nas Lições da Moral não somente cuidará em instruir os seus Discipulos nas *Verdades Theoreticas*, que illuminam o Entendimento; mas tambem, e principalmente em formar-lhes a Vontade; encaminhando-os para o *Exercicio da Virtude*, sem o qual de nada servem todas as Doutrinas, e especulações sobre a natureza do bom, e do máo, senão de fazerem mais culpavel a quem contradiz o entender com o obrar.

4 O Professor do Segundo Anno tambem se não limitará a mostrar aos seus Discipulos o que tiver resultado da Observação dos Seculos Anteriores; mas procurará empenhallos na Observação da Natureza; distribuindo-lhes algumas producções particulares dos tres Reinos; para elles se costumarem a descrevellas com exactidão, e a observallas com destreza, e sagacidade.

Do

CURSO FILOSOF. P.III.T.IV.CAP.III. 379

5 Do mesmo modo os Lentes do Terceiro, e Quarto Anno ajuntaráo sempre os *Exercicios Vocaes* com os *Práticos*: Sendo frequentes no uso das *Experiencias Fysicas*, e *Chymicas*: Procurando inspirar nos seus Discipulos a Sciencia pessoal, que se requer, para fazer com bom successo as mesmas *Experiencias*, e tirar dellas todas as ventagens, que forem possiveis: E guardando tambem nesta parte o que fica determinado para os *Exercicios Vocaes*, em repetirem, e recapitularem pelas Semanas, e pelos Mezes as *Experiencias*, que envolvem mais difficuldades na execução, para que os Estudantes se habituem no exercicio dellas, como convem.

CAPITULO IV.

Dos Exercicios por Escrito.

SEndo manifesto, que o Exercicio de escrever contribue superiormente para o progresso dos Estudantes em qualquer Sciencia; porque nelle se força o Entendimento a meditar com mais attenção, e profundidade; e se repassam, e combinam os Principios, e Doutrinas aprendidas com mais vagar, e reflexão; ainda he na Filosofia de maior importancia; porque ella he a Sciencia fundamental
de

380 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

de todas as outras; nas quaes todos aquelles, que houverem de exprimir-se com ordem, e exactidão, devem ser previamente exercitados no estylo Filosofico.

2 Por esta razão todos os Lentes passarão aos seus Discipulos differentes Assumptos, relativos ás Disciplinas da sua Repartição, para se exercitarem na Composição delles: Procurando não sómente, que deste modo se aperfeiçoem nas Disciplinas do seu Estudo; e se desembaracem no Exercicio de filosofar; mas que tambem se formem no estylo claro, uniforme, e exacto, que deve ser a lingua de todas as Sciencias.

3 Todos os Mezes se passarão indefectivelmente os referidos Assumptos; e se destinará o ultimo dia feriado, que não for de preceito, para a Lição pública das Composições: Guardando-se a esse respeito tudo o que fica disposto na Primeira Parte deste Livro, Titulo Quarto, Capitulo Quarto, Paragrafo Quarto, e seguintes.

TI-

CURSO FILOSOFICO. PART. III. 381

TITULO V.

Dos Exames, Actos, e Grãos.

CAPITULO I.

Dos Exames, que se bão de fazer no fim de cada Anno do Curso Filosofico.

TONOS os Estudantes da Filosofia serão obrigados no fim de cada Anno a fazerem Exame das Sciencias, que nelle estudarem. E não o fazendo, ou sendo nelle reprovados, ficarão reconduzidos nas Lições do mesmo Anno; e não poderão matricular-se nas do Anno seguinte.

2 Os Exames serão sempre presididos pelo Lente respectivo do Anno, a que pertencerem os Estudantes; sendo Examinadores todos os outros Lentes, e Substitutos por seu turno; e havendo sempre tres em cada Exame, cada hum dos quaes perguntará por espaço de hum quarto de hora.

3 Tambem principiarão sempre os Exames por huma *Difertação*, a qual terão feito os Estudantes por si mesmos nos ultimos Mezes

382 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

zes do Anno lectivo; sendo vista, e emendada pelo Presidente; na fórma, que Tenho ordenado para os Estudantes Medicos na Primeira Parte deste Livro, Titulo Quinto, Capitulo Primeiro, Paragrafo Sexto.

4 A materia principal de cada hum dos Exames, será tirada por sortes da maneira estabelecida no referido Capitulo, Paragrafos Terceiro, e Quarto. E em cada Bilhete das sortes do Primeiro Anno estarão indicadas tres materias; huma de *Logica*; outra de *Metafysica*; e a terceira de *Moral*. Nos do Segundo Anno tambem haverá tres materias, cada huma pertencente a huma parte no Reino da Natureza. Nos do Terceiro duas materias, huma tirada da *Fysica Geral*, e outra da *Particular*. E nos do Quarto finalmente duas materias, huma da *Chymica Theorica*, e outra da *Prática*.

5 Em tudo o mais, que pertence ao modo, que devem ter os Examinadores nas Perguntas, e Argumentos; á fórma, que se ha de guardar na Regulação dos votos, na Approvação, e Reprovação dos Estudantes, e nos Assentos, que disso se hão de tomar, se guardará o que Tenho estabelecido para o Exame dos Medicos no Capitulo assima referido.

6 O Exame do Quarto Anno será feito com mais vigor; porque pelo merecimento delle se ha de conferir o Gráo de Bacharel.

Pa-

CURSO FILOSOF. P.III. T.V. CAP. I. 383

Para isso haverá quatro Examinadores; cada hum dos quaes perguntará por espaço de hum quarto de hora, como fica determinado. E sendo o Estudante approvado, immediatamente se procederá a dar-lhe o Gráo, na mesma fórma, que fica estabelecida para as outras Faculdades. E delle se lhe poderão dar as Cartas com as condições determinadas na Primeira Parte deste Livro, Titulo Quinto, Capitulo Quarto, Paragrafo Setimo.

CAPITULO II.

Do Exame Geral, e Formatura.

I

OS Bachareis, que quizerem formar-se em Filosofia, com Certidão do Gráo farão Petição ao Reitor para lhes assinar hora para o Exame Geral. Neste escolherão qualquer dos Lentes a seu arbitrio para lhes servir de Presidente. E a materia principal delle será tirada por sortes das Urnas de todos os Quatro Annos do *Curso Filosofico*, dous dias antes do Exame.

2 Haverá sempre neste Exame quatro Examinadores; cada hum dos quaes perguntará por espaço de meia hora; guardando a mesma ordem dos Annos do Curso; e deverá proceder com o rigor, e inteireza, que Tenho en-

384 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

encarregado nas outras Faculdades a respeito do Exame respectivo dellas, de que depende a Formatura.

3 Pelo bom successo, e approvação no Exame Geral se haverá os Estudantes, sem mais alguma cerimonia, por *Bachareis Formados*; e gozarão de todas as Honras, e Privilegios, que são concedidos aos Formados em qualquer das outras Faculdades. Além disso, ficarão habilitados para ensinarem a Filosofia em qualquer parte dos meus Reinos, e Senhorios, pública, ou particularmente, sem dependencia de outro algum Exame; exceptuando somente o Magisterio da Universidade, para o qual será necessaria a habilitação dos *Actos Grandes*, na forma, que no Capitulo seguinte se contém.

CAPITULO III.

Da Repetição, e Exame Privado, e dos Grdos de Licenciado, e Doutor.

I

OS Estudantes Formados, que quizerem habilitar-se para os *Actos Grandes*, farão Petição ao Reitor com Certidão da Formatura, para os mandar matricular no Anno da Graduação. Nelle ouvirão por obrigação as Lições proprias do Terceiro, e Quarto An-

CURSO FILOSOF. P.III.T.V.CAP.III. 385

Anno do *Curso Filosofico*; ficando a seu arbitrio ouvirem tambem os outros Lentes, conforme julgarem, que lhes he necessario, para se instruirem completamente nas Lições de toda a Filosofia.

2 Provado o Anno de Graduação, farão Petição ao Reitor, para lhes affinar o dia para o *Acto de Repetição*. O qual será feito na Sala pública da Universidade com todas as formalidades, e ceremonias, que ficam estabelecidas no Livro Primeiro destes Estatutos, Titulo Quarto, Capitulo Sexto, Paragrafo Vinte e cinco, e Paragrafos Sincoenta e seis, Sincoenta e sete, e Sincoenta e oito.

3 Este Acto durará hum dia inteiro: Sendo nelle Presidente o Professor do Quarto Anno, e nos seus impedimentos o do Terceiro: Argumentando oito Doutores; quatro de manhã; e quatro de tarde, com assistencia do Corpo da Faculdade: Guardando-se no tempo delle, na ordem dos lugares, e no vencimento, e quantia das propinas o mesmo, que Tenho disposto para a Repetição dos Theologos no Capitulo assina referido, Paragrafos Trinta, Trinta e hum, e Trinta e dous.

4 A materia para o Acto da Repetição nem será tirada por sortes, nem limitada a parte alguma do *Curso Filosofico*; mas sim resumida, e extrahida de todas as Lições em forma de *Theses*, ou *Conclusões*; cujos Pontos,

Liv. III.

Bb

tos,

386 ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

tos, e Materias ordenará os mesmos Repetentes com approvação do Presidente. Será porém livre a cada hum o numero dos ditos Pontos, com tanto que não sejam menos de doze por cada hum dos Annos. E os quatro Examinadores, tanto de manhã, como de tarde, perguntará por sua ordem os Pontos relativos a cada hum dos Annos.

5 O Repetente lerá neste Acto huma Differtação, que deve ter composto por si mesmo desde o principio do Anno da Graduação, debaixo da direcção do seu Presidente, sobre o assumpto, que lhe for determinado pela Congregação da Faculdade. Em cuja composição, e em tudo o mais, que respeita a este Acto, e não for aqui declarado, se guardará inteiramente o que fica disposto sobre a Repetição dos Medicos na Primeira Parte deste Livro, Titulo Quinto, Capitulo Setimo.

6 Feito o Acto de Repetição, poderão os Graduandos fazer Requerimento ao Reitor para lhes affinar o dia competente para o Exame Privado. O qual se regulará no Despacho pelo que Tenho estabelecido no Livro Primeiro destes Estatutos, Titulo Quarto, Capitulo Sexto, desde o Paragrafo Sincoenta e nove até o Paragrafo Sessenta e oito. A materia delle será tirada por sortes das Urnas proprias do Terceiro, e Quarto Anno; da maneira que Tenho ordenado para o Exame

Pri-

CURSO PHILOSOF. P.III.T.V.CAP.III. 387

Privado dos Medicos. E em tudo o mais que pertence a este Exame, e ao Gráo de Licenciado, que lhe será consecutivo, se guardará a fórma estabelecida para os Medicos, e Mathematicos.

7 Finalmente os Licenciados, que quizerem incorporar-se na Faculdade pelo Gráo de Doutor, poderão fazer Requerimento ao Reitor, para lhes affinar o dia: E Elle se regulará no Despacho pelo que Tenho ordenado a respeito do Doutoramento dos Theologos. E Mando que este Gráo seja conferido aos Philosophos com todas as formalidades, e ceremonias, estabelecidas para as outras Faculdades: E que os Doutores Philosophos conservem as mesmas Insignias, e occupem o mesmo lugar no Doutoral; que foi da Faculdade profcrita das Artes: Sendo elevados á Graduação, Honras, e Privilegios, concedidos aos Doutores em qualquer das outras Faculdades.

Bb ii

Tl-